

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR  
DO SETOR  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
AMAZÔNIA  
VOL. IV (FINAL) E ÍNDICES DOS 4 VOLUMES

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA / IPLAN  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Documento interno,  
sujeito a revisão e aprovação.  
Não poderá ser divulgado ou citado<sup>s</sup>  
sem autorização do EPEA.

Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada  
Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica

9 - ATIVIDADES FINANCEIRAS

9.1 - RÊDE BANCÁRIA REGIONAL

9.1.1 - Evolução da Rede Bancária

Em 1949, a rede bancária da Região Norte compreendia 27 agências, filiais ou sucursais de estabelecimentos bancários, distribuídas segundo o Quadro I/9.

QUADRO I/9

RÊDE BANCÁRIA DA REGIÃO AMAZÔNICA

1950

Unidades Federadas	Banco do Brasil	Bco. Créd. Amazônia	Particulares		TOTAL
			Nacionais	Estrang.	
Rondônia	1	2	-	-	3
Acre	2	1	-	-	3
Amazonas	2	2	-	2	6
Pará	5	2	4	2	13
Roraima	1	-	-	-	1
Amapá	1	-	-	-	1
TOTAL	12	7	4	4	27

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil

O Norte era, então, a região menos beneficiada pelos serviços bancários, correspondendo essas 27 agências, filiais ou sucursais a 1,1% das existentes no País, cuja distribuição por regiões é apresentada no Quadro III/9.

QUADRO III/9

BRASIL

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, SEGUNDO AS REGIÕES-1949

REGIÕES	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DO BRASIL
Região Norte	27	1,1
Região Nordeste	116	4,8
Região Leste	1.022	42,0
Região Sul	1.215	50,0
Região Centro-Oeste	50	2,1
BRASIL	2.430	100,0

Entre 1949 e 1964, a rede bancária da Amazônia, em comparação com a rede bancária nacional, apresentou a expansão indicada no Quadro IV/9.

QUADRO IV/9

EXPANSÃO DA REDE BANCÁRIA - 1949/64

ANOS	Rêde Bancária Nacional (A)	Rêde Bancária Regional	
		Nº de Estabelecimentos (B)	B/A %
1949	2.430	27	1,1
1950	2.596	28	1,07
1951	2.710	27	1,0
1952	3.027	31	1,0
1953	3.348	34	1,1
1954	3.461	35	1,1
1955	3.558	38	1,06
1956	4.257	50	1,1
1957	4.628	59	1,2
1958	4.857	63	1,27
1959	5.135	62	1,1
1960	5.348	64	1,19
1961	5.581	68	1,2
1962	6.109	73	1,1
1963	6.481	79	1,2
1964	6.878	93	1,35

Ao findar 1964, a posição da rede regional em relação à nacional apresentava ligeira melhora, isto é, passando de 1,1% em 1949, para 1,35% em 1964, de acordo com as informações contidas no Quadro V/9.

QUADRO V/9

BRASIL

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, SEGUNDO AS REGIÕES-1964

REGIÕES	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DO BRASIL
Região Norte	93	1,35
Região Nordeste	378	5,50
Região Leste	2.300	33,44
Região Sul	3.803	55,30
Região Centro-Oeste	304	4,41
BRASIL	6.878	100,00

Estabelecendo uma comparação entre 1949 e ... 1964, constata-se, na Região, por natureza de bancos, a evolução indicada no Quadro VI/9.

QUADRO VI/9

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

1949/64

ESPECIFICAÇÃO	1949	1964	+ ou - em 1964
Bancos Oficiais Federais	19	51	32
Bancos Oficiais Estaduais	-	5	5
Bancos Particulares Nacionais	4	35	31
Bancos Particulares Estrangeiros	4	2	- 2
TOTAL	27	93	66

9.1.2 - Bancos Oficiais

O Banco do Brasil S/A e o Banco de Crédito da Amazônia S/A, apresentaram uma expansão, especificada no Quadro VII/9.



QUADRO VII/9  
EXPANSÃO DOS BANCOS OFICIAIS  
1949/64

Unidades Federadas	Banco do Brasil			Banco de C. da Amazônia		
	1949	1964	+ ou - em 1964	1949	1964	+ ou - em 1964
Rondônia	1	2	1	2	2	-
Acre	2	2	-	1	5	4
Amazonas	2	4	2	2	8	6
Pará	5	8	3	2	15	13
Roraima	1	1	-	-	1	1
Amapá	1	1	-	-	1	1
TOTAL	12	18	6	7	32	25

FONTES: B.C.A. - Assessoria Técnica  
Banco do Brasil S/A

9.1.3 - Bancos Particulares

O alargamento verificado na rede de bancos particulares resultou, basicamente, da instalação de agências de bancos sediados em outras regiões, pois, no que concerne aos estabelecimentos de crédito locais, foi insignificante sua expansão, conforme é demonstrado no Quadro VIII/9.

QUADRO VIII/9  
AMAZONAS

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS  
1949/64

B A N C O S	1949	1964	+ ou - em 1964
<u>Bancos Particulares Regionais</u>			
Banco Comercial do Pará	1	2	1
Banco do Pará	1	1	-
Banco Moreira Gomes	1	5	4
Casa Bancária A. Marques	1	-	- 1
<u>Bancos Particulares com Sede em outras regiões</u>			
Banco Francês e Brasileiro	-	1	1
Banco da Lavoura de Minas Gerais	-	7	7
Banco Com. Ind. de Minas Gerais	-	3	3
Banco de Créd. Real de Minas Gerais	-	3	3
Banco Nacional de Minas Gerais	-	2	2
Banco Nacional do Norte	-	2	2
Banco Ultramarino Brasileiro (1)	-	2	2
Banco Cearense Com. Indústria	-	2	2
Banco Com. Ind. América do Sul	-	1	1
Banco Com. Ind. de Pernambuco	-	1	1
Banco Mercantil de Minas Gerais	-	1	1
Banco Mineiro da Produção	-	1	1
Banco Auxiliar do Comércio	-	1	1
<u>Bancos Estrangeiros</u>			
Bank of London	2	2	-
Banco Nacional Ultramarino (1)	2	-	- 2
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>37</b>	<b>29</b>

(1) O Banco Nacional Ultramarino foi nacionalizado sob o nome de Banco Ultramarino Brasileiro S/A

9.1.4 - Bancos Regionais Estaduais

Duas são as instituições de crédito regionais estaduais que operam na Região Norte: o Banco do Estado do Amazonas S/A (BEA), fundado em 1958, e o Banco do Estado do Pará S/A, criado em 1961 (\*).

(\*) Em 1965, o governo do Estado do Acre criou o seu Banco Estadual - o Banco de Crédito e Fomento à Produção do Estado do Acre S/A - inaugurando, em fins do mesmo ano, uma sucursal em Manaus (AM).

Em 31 de dezembro de 1964, as cinco agências dos bancos acima mencionados estavam distribuídas da seguinte forma:

Banco do Estado do Amazonas (4 agências):

Manaus

1 matriz

2 agências urbanas

Parintins

1 agência

Banco do Estado do Pará (1 agência):

Belém

1 agência

### 9.1.5 - Polarização da Rede Bancária

Analisando a distribuição da rede bancária observa-se que a primeira característica do sistema de crédito regional é a sua concentração nos dois mais importantes aglomerados urbanos da Amazônia - Belém e Manaus. Somente essas duas capitais contam com 45% das agências, filiais ou sucursais dos bancos atuantes na área. Em Belém acham-se concentrados 31% dos estabelecimentos bancários, enquanto Manaus dispõe de, aproximadamente, 13%.

Somente existem estabelecimentos de créditos nos municípios mais importantes. A grande maioria dos municípios regionais não dispõe de agência, filial ou sucursal bancária. Alguns ainda contam com os serviços prestados por correspondentes bancários dos bancos oficiais - Banco do Brasil e Banco de Crédito da Amazônia. Outros, nem mesmo correspondentes bancários possuem, devendo recorrer aos municípios vizinhos. Pode-se afirmar que as populações do interior pouco se servem dos serviços prestados pela rede bancária regional, que torna mais séria a dependência total dos produtores em relação aos aviadores e intermediários, para não falar no alto índice de agiotagem e da existência de uma economia pré-capitalista, ainda não monetizada.

Não fora a atuação do Banco do Brasil S/A e do Banco de Crédito da Amazônia S/A, a situação seria muito mais grave. Os vinte e dois bancos particulares encontram-se todos atuando em Belém e Manaus. As cidades do interior, com exceção de Castanhal e Santarém (\*), servidas pelo Banco Mo-

---

(\*) Em 1965, outro Banco privado da Amazônia, o Banco Comercial do Pará S/A, inaugurou agência em Tomé-Açu.

reira Gomes S/A, possuem somente agências de bancos oficiais. Parece que nessas cidades ainda não foi constatada a existência de poupança apreciável, para canalizar e aplicar fora da Região.

#### 9.1.6. - Proporção entre a População e a Rede Bancária

Estabelecendo-se um confronto entre a rede bancária e a população regional, teremos os seguintes resultados:

#### QUADRO X/9

#### RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS-1964

REGIÕES	POPULAÇÃO (hab)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	Hab/Est
Norte	2.957.000	93	31.795
Nordeste	17.059.000	378	45.024
Leste	27.507.000	2.300	11.959
Sul	28.738.000	3.803	7.556
Centro-Oeste	3.710.000	304	12.203

#### 9.2 - DEPÓSITOS E APLICAÇÕES

##### 9.2.1 - Depósitos bancários

A participação da região norte no volume de depósitos existentes nos bancos, no período 1947/64, em relação ao resto do país, é mostrada no Quadro XI/9.

QUADRO XI/9

TOTAL DOS DEPÓSITOS - 1947/64

Saldos em 31/12 (Cr\$1.000)

ANOS	BRASIL	NORTE	% do BRASIL
1947	51:808:893	585:847	1,13
1948	57:217:860	807:429	1,41
1949	64:026:428	837:161	1,30
1950	84:800:379	862:027	1,01
1951	104:257:866	801:091	0,77
1952	128:161:212	968:473	0,75
1953	146:098:218	1:238:971	0,84
1954	177:089:228	1:818:319	1,02
1955	209:949:871	1:914:595	0,91
1956	260:192:893	2:609:910	1,00
1957	348:076:330	3:316:615	0,95
1958	377:831:364	3:726:628	0,98
1959	529:610:421	5:005:460	0,94
1960	753:825:814	8:477:148	1,12
1961	1:183:433:661	12:973:794	1,09
1962	2:195:303:373	21:759:653	0,99
1963	3:447:994:193	28:474:955	0,82
1964	7.902.032.564	84.573.498	1,07

Fonte: Anuário Estatístico

Como verificamos, os depósitos na região norte giraram em torno de 1% em relação ao total dos depósitos bancários do país.

É de se notar que essa proporção é a mesma que se constata entre o número de bancos existentes na região e o de bancos que operam no país, embora tenha havido um crescimento real no volume de depósitos especialmente no período de ... 1956/64, conforme se constata no Quadro XV/9 e no Gráfico II/9.

Estabelecendo-se um comparativo entre o volume de depósitos nas diversas Unidades Federadas que integram a região norte, constata-se que o Estado do Pará vem-se mantendo na liderança, seguido do Estado do Amazonas.

Todavia, a posição do Estado do Pará é percentualmente muito superior à do Estado do Amazonas, conforme pode ser constatado no Quadro XII/9, em que tomamos apenas as posições em 31/12 dos anos de 1947, 1955 e 1964:

QUADRO XII/9  
TOTAL DOS DEPÓSITOS

	1 9 4 7		1 9 5 5		1 9 6 4	
	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%
Amazonas	131,619	22,5	372,855	19,5	20,754,359	24,5
Rondônia	16,319	2,8	29,953	1,6	1,663,838	2,0
Acre	14,343	2,4	57,580	3,0	2,496,340	3,0
Pará	407,904	69,6	1.385,174	72,4	58.015,988	68,6
Roraima	10,019	1,7	16,832	0,8	590,878	0,7
Amapá	5,643	1,0	51.201	2,7	1.052.095	1,2
TOTAL	585.847	100,0	1.914.595	100,0	84.573.498	100,0

Analisando-se a natureza dos depósitos existentes nos Estados do Pará e Amazonas, verificaremos que a partir de 1955 os depósitos de poderes públicos passaram a ter maior significação no montante, especialmente no Estado do Pará, em decorrência da ampliação dos serviços federais na região, tendo Belém como sede principal desses serviços, através dos Órgãos como SPVEA, SNAPP, PETROBRÁS, etc.

QUADRO XIII/9

ESPECIFICAÇÃO	1947	%	1955	%	1964	%
Amazonas	.	.	.	.	.	.
Públ.	1,657	1,3	66,022	17,7	8,034,609	38,7
Priv.	129.962	98,7	306.833	82,3	12.719.750	61,3
Pará	.	.	.	.	.	.
Públ.	19,974	4,9	423.742	30,6	27,453.933	47,3
Priv.	387.930	95,1	962.432	69,4	30.562.055	52,7

Considerando-se a distribuição dos depósitos pelos estabelecimentos bancários, constata-se através do Quadro XVI/9, que o Banco do Brasil S/A deteve no período de 1949 a 1964 as maiores somas de depósito, numa percentagem que variou entre 32 e 50%, justificando-se este fato pela razão de ser o Banco oficial, onde, por força de dispositivos legais, são concentrados, em grande maioria, os depósitos de entidades públicas, assim como os depósitos compulsórios dos demais Bancos.

Seguindo o Banco do Brasil S/A, vem a rede bancária particular que deteve depósitos que variaram entre 30 e 44%.

O Banco de Crédito da Amazônia S/A, que em .. 1949 apresentou uma taxa de 21% dos depósitos totais, logo em 1950 apresentou um declínio brusco para 4%, em decorrência de igual redução nos depósitos dos poderes públicos. Daí em diante, a participação do BCA no total dos depósitos regionais teve uma variação percentual que oscilou entre 2% e 8%.

As Caixas Econômicas, entre 1949 e 1959, participaram dos depósitos totais numa proporção que variou entre 10 e 13%. Porém, a partir de 1960, essa participação sofreu pequeno declínio e, em 1963, foi de 8,85%.

A rede dos bancos particulares, por seu turno, participou no montante dos depósitos num percentual que flutuou entre 33,0% e 44,44%, nos anos de 1949 a 1963. Nesse último ano, sua taxa máxima de participação foi atingida. Porém, em 1964, constatou-se uma brusca redução para 29,74%, não em decorrência de uma diminuição absoluta em seus depósitos, pois, ao contrário, os mesmos cresceram, entre 1963 e 1964, de aproximadamente 100%. A causa, parece-nos, deve-se ao acréscimo, da ordem de 300%, no volume dos depósitos totais do Banco do Brasil S/A, que viu aumentar sua participação, em relação aos depósitos totais, de 34,98% para 48,87%.

Em relação aos depósitos totais do BCA, cumpre observar que os mesmos subiram, entre 1963 e 1964, de ... 1,98 para 6,2 bilhões de cruzeiros, isto é, em mais de 200%. Entretanto, em percentuais, a participação do BCA em relação ao total regional, cresceu apenas de 6,32 para 7,35%.

A evolução constatada, no item acima, em relação aos depósitos existentes no BCA, entre os anos de 1963 e 1964, decorre, principalmente, do aumento verificado no montante dos depósitos de poderes públicos, no Estado do Pará, de 3,3 bilhões de cruzeiros.

QUADRO XIV/9

REGIÃO NORTE

DEPÓSITOS DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000)

1947/64

A N O	A Vista e a curto prazo				A Prazo				T O T A L
	Entidades Públicas	% do Total	Entidades Privadas	% do Total	Entidades Públicas	% do Total	Entidades Privadas	% do Total	
1947	36:979	6,4	443:453	75,7	-	-	105:415	17,9	585:847
1948	135:921	16,8	521:475	64,6	30	0,0	150:003	18,6	807:429
1949	191:213	22,8	534:586	63,8	30	0,0	111:352	13,3	837:161
1950	64:134	7,4	649:392	75,3	387	0,0	148:114	17,2	862:027
1951	101:331	12,6	562:232	70,2	914	0,1	136:614	17,0	801:091
1952	195:070	20,1	617:415	63,7	3:909	0,4	152:079	15,8	968:473
1953	180:127	14,5	908:971	73,4	2:551	0,2	147:322	11,9	1:238:971
1954	498:378	27,4	1:099:267	60,5	5:221	0,3	215:453	11,8	1:818:319
1955	518:719	27,1	1:136:755	59,4	5:628	0,3	253:483	13,2	1:914:595
1956	828:802	31,8	1:526:798	58,5	43:201	1,6	211:109	8,1	2:609:910
1957	1.097:873	33,1	1:980:074	59,7	28:664	0,9	210:004	6,3	3:316:615
1958	930:585	24,9	2:432:210	65,3	5:990	0,2	357:843	9,6	3:726:628
1959	1:302:299	26,0	3:410:082	68,1	13:628	0,3	279:451	5,6	5:005:460
1960	2:106:964	24,8	6:052:890	71,4	-	-	317:294	3,8	8:477:148
1961	4:370:397	33,7	8:224:787	63,4	-	-	378:610	2,9	12:973:794
1962	7:560:614	34,8	13:615:579	62,6	10:371	0,0	573:089	2,6	21:759:653
1963	5:971:876	21,0	22:059:443	77,5	6:531	0,0	437:115	1,5	28:474:965
1964	36.903.822	43,6	47.121.709	55,7	4.771	0,1	543.196	0,6	84.573.498

FONTE: Ministério da Fazenda - Serv. de Estatística - Movimento Bancário do Brasil - IBGE - 1954/62

Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - 1947/53

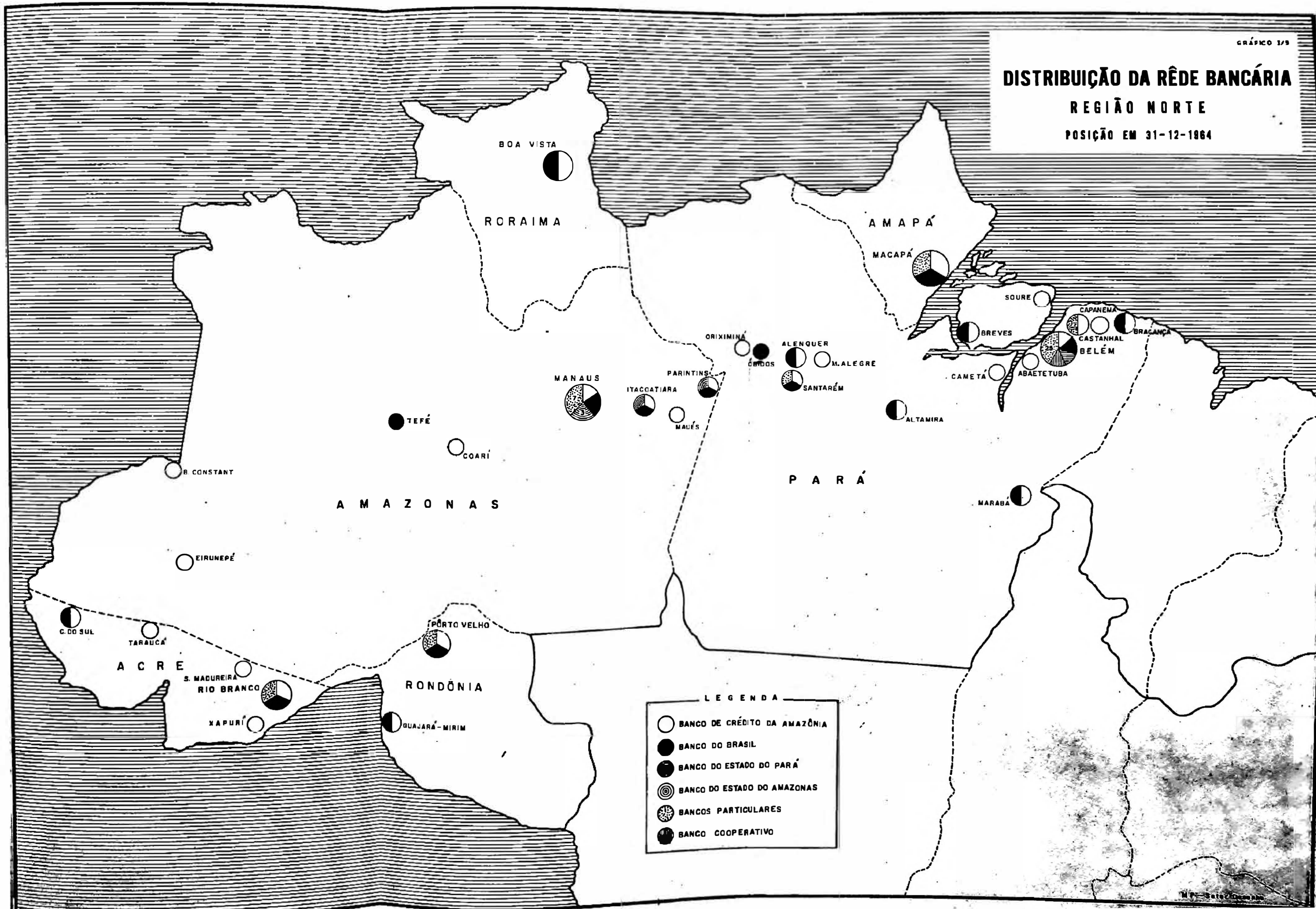
Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - 1963/65



# DISTRIBUIÇÃO DA RÊDE BANCÁRIA

## REGIÃO NORTE

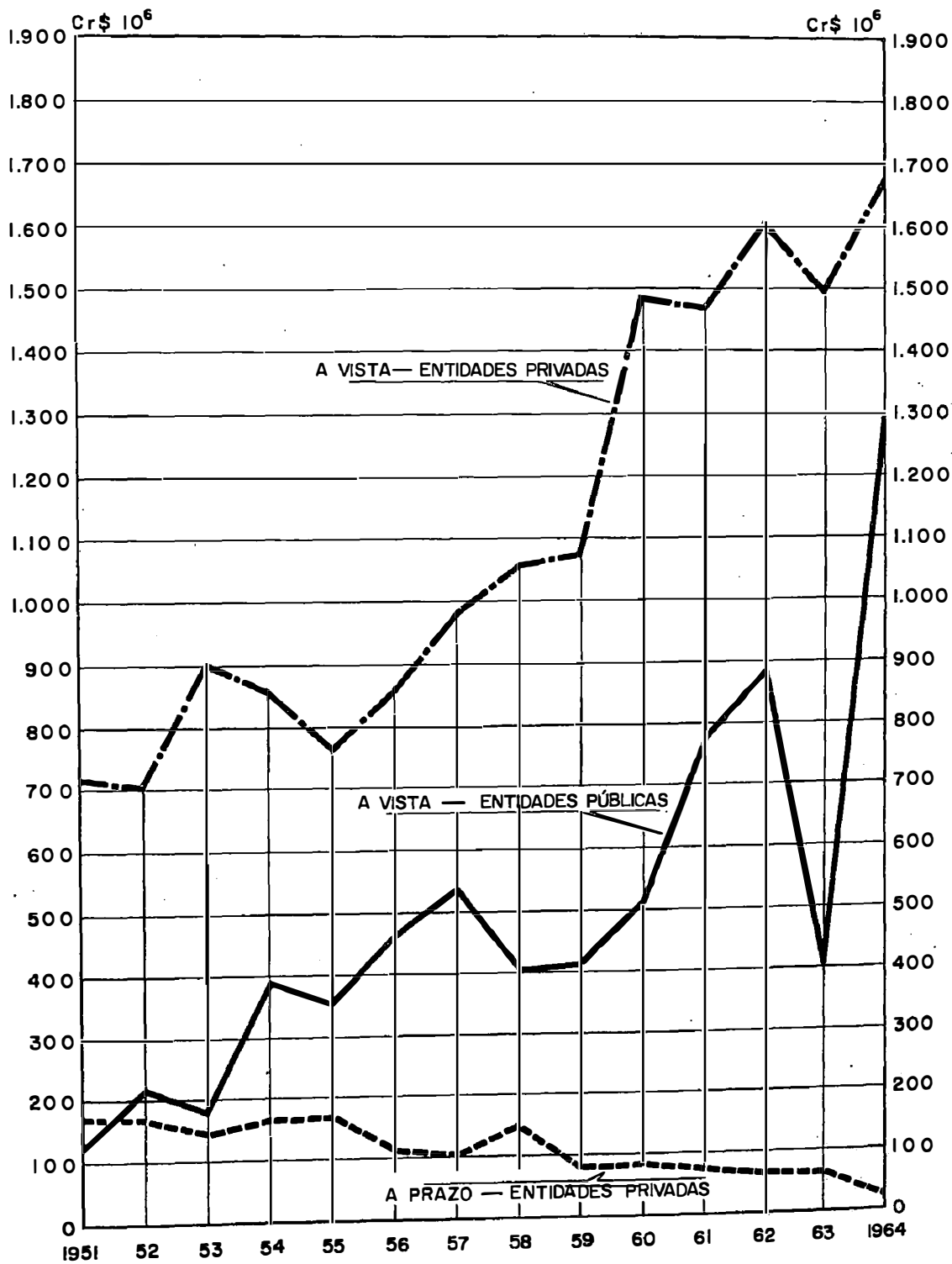
POSIÇÃO EM 31-12-1964



**LEGENDA**

- BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
- BANCO DO BRASIL
- ◐ BANCO DO ESTADO DO PARÁ
- ◑ BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS
- ◒ BANCOS PARTICULARES
- ◓ BANCO COOPERATIVO

REGIÃO NORTE  
 TODOS OS BANCOS  
 DEPÓSITOS POR NATUREZA  
 VALORES DEFLACIONADOS



QUADRO XVI/9  
REGIÃO NORTE

COMPARATIVO DOS DEPÓSITOS TOTAIS COM OS DEPÓSITOS EM BANCOS OFICIAIS,  
BANCOS PARTICULARES E CAIXAS ECONÔMICAS

DEPÓSITOS PÚBLICOS E PRIVADOS - Saldos em 31/12

1949/64

ANOS	B. C. A.		B. Brasil		B. Est. do Pará		Bco. Estado do Amazonas		Caixas Econômicas		Bancos Particulares		TOTAL
	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	
1949	197.183	21,07	304.256	32,50	-	-	-	-	98.979	10,57	335.722	35,86	936.140
1950	41.085	4,10	431.176	43,50	-	-	-	-	131.127	13,20	389.766	39,20	993.154
1951	42.005	4,33	363.193	37,38	-	-	-	-	170.665	17,56	395.893	40,73	971.756
1952	41.061	3,52	482.489	41,38	-	-	-	-	197.689	16,95	444.923	38,15	1.166.162
1953	59.693	3,95	628.863	41,64	-	-	-	-	271.485	17,97	550.425	36,44	1.510.456
1954	45.021	2,09	1.082.105	50,39	-	-	-	-	329.080	15,33	691.193	32,19	2.147.399
1955	192.223	8,05	921.261	38,61	-	-	-	-	471.988	19,78	801.114	33,56	2.386.583
1956	149.687	4,69	1.409.124	44,24	-	-	-	-	575.473	18,07	1.051.099	35,00	3.185.383
1957	321.261	8,15	1.637.278	41,56	-	-	-	-	623.852	15,83	1.358.076	33,46	3.940.467
1958	258.917	5,91	1.529.127	34,93	-	-	57.979	1,32	651.203	14,88	1.880.603	42,56	4.377.831
1959	387.984	6,69	2.186.434	37,74	-	-	88.063	1,51	788.724	13,62	2.342.279	49,44	5.794.184
1960	629.538	6,73	3.899.256	41,74	-	-	241.747	2,58	866.498	9,28	3.706.507	39,57	9.343.646
1961	696.882	4,96	6.902.129	49,19	46.646	0,33	333.001	2,37	1.060.567	7,55	4.995.136	35,60	14.034.361
1962	1.197.920	5,08	11.868.877	50,31	351.889	1,49	505.948	2,14	1.834.137	7,77	7.835.013	33,21	23.593.790
1963	1.976.933	6,32	10.925.000	34,98	1.003.515	3,21	689.638	2,20	2.761.319	8,85	13.879.879	44,44	31.236.284
1964	6.217.214	7,35	41.323.000	48,87	5.786.141	6,84	6.097.720	7,20	-	-	25.149.423	29,74	84.573.498

FONTE: Assessoria Técnica do Banco de Crédito da Amazônia S/A

QUADRO XVII/9

REGIÃO NORTE

COMPARATIVO DOS DEPÓSITOS TOTAIS COM OS DEPÓSITOS EM BANCOS OFICIAIS,  
BANCOS PARTICULARES E CAIXAS ECONÔMICAS

DEPÓSITOS PÚBLICOS E PRIVADOS - Saldos em 31/12  
VALORES REAIS (Cr\$ 1.000)

1949/64

ANOS	Bco. Crédito Amazônia	Bco.do Brasil	Bco. do Esta- do do Para	Bco.do Esta- do Amazonas	Caixas Economicas	Bancos Particulares	TOTAL
1949	328.638	507.093	-	-	164.965	559.536	1.560.232
1950	61.320	643.546	-	-	195.711	581.740	1.482.317
1951	53.852	465.632	-	-	218.801	507.555	1.245.840
1952	47.196	554.585	-	-	227.228	511.405	1.340.414
1953	59.693	628.863	-	-	271.485	550.425	1.510.456
1954	35.449	852.051	-	-	259.118	544.246	1.690.864
1955	129.880	522.473	-	-	318.910	541.291	1.612.554
1956	84.568	796.115	-	-	325.125	593.841	1.799.649
1957	159.040	810.533	-	-	308.837	672.314	1.950.724
1958	113.064	667.741	-	25.318	284.368	821.224	1.911.715
1959	122.779	691.909	-	27.868	249.596	741.449	1.833.601
1960	154.677	958.048	-	59.397	212.898	910.714	2.295.734
1961	124.665	1.234.727	8.344	59.570	189.725	893.584	2.510.615
1962	141.264	1.399.631	41.496	59.663	216.289	923.940	2.782.283
1963	134.211	741.683	58.127	46.818	187.462	942.286	2.120.587
1964	221.174	1.470.046	205.839	216.923	-	894.678	3.008.660

FONTE: Assessoria Técnica do Banco de Crédito da Amazônia S/A

QUADRO XVIII/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO DOS DEPÓSITOS POR MODALIDADE

Posição em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

1949/64

A N O S	=====				T O T A L		TOTAL
	à Vista		à Prazo		Entidades Privadas	TOTAL	
	Entidades Públicas	Entidades Privadas	Entidades Públicas	Entidades Privadas			
1949	21.311	258.120	-	24.825	304.256		
1950	51.476	339.795	-	29.905	431.176		
1951	99.635	242.600	770	20.188	353.193		
1952	193.432	259.684	793	18.540	482.449		
1953	162.711	445.125	2.389	18.638	528.853		
1954	450.856	608.524	5.305	17.420	1.082.105		
1955	423.717	473.397	5.531	18.516	921.261		
1956	741.938	645.145	5.440	15.601	1.409.124		
1957	820.557	783.379	5.715	27.617	1.637.278		
1958	700.572	794.314	5.990	28.251	1.529.127		
1959	1.082.456	1.076.721	1.480	25.777	2.185.434		
1960	1.770.819	2.099.033	-	29.404	3.899.256		
1961	3.754.836	3.054.846	-	92.447	6.902.129		
1962	6.692.835	4.985.438	-	190.604	11.868.877		
1963	4.880.000	6.458.000	-	187.000	10.925.000		
1964	21.930.000	19.215.000	-	178.000	41.323.000		

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1949/51, Relatório do Banco do Brasil 1952, Anuário Estatístico do Brasil 1953/55, Movimento Bancário do Brasil IBGE - Ministério da Fazenda 1956/62, Anuário Estatístico do Brasil 1963/64

QUADRO XIX/9  
BANCO DO BRASIL  
REGIÃO NORTE

DISTRIBUIÇÃO DOS DEPÓSITOS POR MODALIDADE

Posição em 31/12 - (Cr\$ 1.000)  
1949/64

A N O S	T O T A L			D E F L A C I O N A D O		NÚMEROS RELATIVOS (1953 = 100)
	A Vista		TOTAL	Entidades Privadas	Entidades Públicas	
	Entidades Públicas	Entidades Privadas				
1949	35.518	430.200	465.718	41.375	507.093	80,6
1950	91.755	507.156	598.911	44.634	643.545	102,3
1951	127.737	311.025	438.762	25.882	465.631	74,0
1952	222.335	309.981	532.316	21.310	554.537	88,1
1953	162.711	445.125	607.836	18.638	628.863	100,0
1954	355.004	479.152	834.156	13.716	852.049	135,4
1955	286.295	319.862	606.157	12.578	622.472	98,9
1956	419.174	355.053	774.227	8.814	796.114	126,5
1957	406.221	387.811	794.032	13.671	810.532	128,8
1958	305.926	346.862	652.788	12.336	667.739	106,1
1959	342.549	340.734	683.283	8.157	691.908	110,0
1960	435.090	515.732	950.822	7.224	958.046	152,3
1961	671.705	545.484	1.217.189	16.537	1.234.726	196,3
1962	789.249	587.905	1.377.154	22.476	1.399.630	222,5
1963	331.296	438.424	769.720	12.695	782.415	124,4
1964	780.149	683.564	1.463.713	6.332	1.470.045	233,7

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1949/51, Relatório do Banco do Brasil 1952  
Anuário Estatístico do Brasil 1953/55, Movimento Bancário do Brasil IBGE -  
Ministerio da Fazenda 1956/52, Anuario Estatístico do Brasil 1953/64

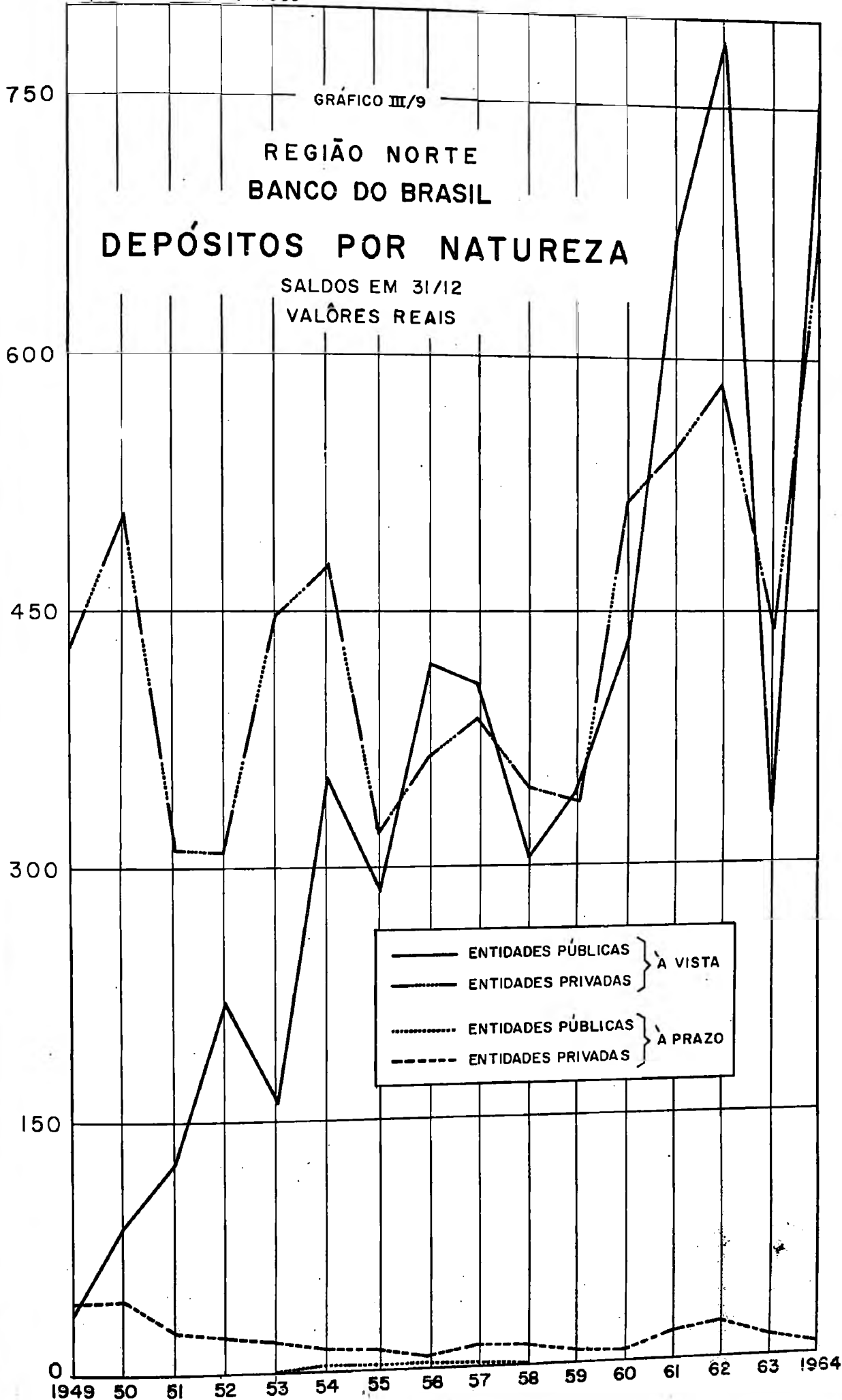
Depósitos - Cr\$ Milhões

GRÁFICO III/9

REGIÃO NORTE  
BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS POR NATUREZA

SALDOS EM 31/12  
VALORES REAIS



QUADRO XX/9

REGIÃO NORTE

TODOS OS BANCOS E CAIXAS ECONÔMICAS

DEPÓSITOS DO SETOR PRIVADO

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

1949/64

A N O S	Em bancos	Em Caixas Economicas	TOTAL	Total Deflacionado
1949	645,938	98,979	744,917	1,241,528
1950	797,506	131,127	928,633	1,386,019
1951	698,846	170,665	869,511	1,114,757
1952	769,494	197,689	967,183	1,111,704
1953	1,056,293	271,485	1,327,778	1,327,778
1954	1,314,720	329,080	1,643,800	1,294,330
1955	1,390,248	471,988	1,862,236	1,573,318
1956	1,739,907	575,473	2,315,380	1,308,124
1957	2,190,078	623,852	2,813,930	1,393,034
1958	2,790,053	651,203	3,441,256	1,502,731
1959	3,689,533	788,724	4,478,257	1,417,169
1960	6,370,184	866,498	7,236,682	1,778,054
1961	8,603,397	1,060,567	9,663,964	1,728,794
1962	14,188,668	1,834,137	16,022,805	1,889,481
1963	22,496,558	2.761.319	25,257,877	1,714,723
1964	47.664.905	-	47.664.905	1.695.656

FONTE: Assessoria Técnica do Banco de Crédito da Amazônia S/A



## 9.2.2 - Recursos e Aplicações (+)

### 9.2.3 - O Comportamento dos Empréstimos Bancários

Analisando o comportamento da evolução do volume dos empréstimos bancários na Amazônia, no período de ... 1951 a 1964, constata-se:

- uma tendência ascendente, mesmo em termos reais;
- a existência de duas fases definidas:
  - a) a primeira - de 1951 a 1955 - caracterizada por um crescimento relativamente lento;
  - b) a segunda - de 1956 a 1963 - apresentando um desenvolvimento em ritmo mais acelerado;
- uma queda acentuada em 1964, possivelmente em reflexo da política financeira então estabelecida pelo Governo visando a perseguir, entre outros pontos essenciais, o combate à inflação.

Em relação ao volume total dos empréstimos bancários concedidos à Região Norte, cabe ao setor comércio a maior participação. Os setores primário e secundário não mereceram tratamento que os incentivasse a maior desenvolvimento. Cumpre, porém, ressaltar que dos empréstimos concedidos ao setor comércio, possivelmente considerável parcela transforma-se em financiamento indireto ao setor primário. Observa-se, destarte, nas regiões(++) onde se consubstancia esse fenômeno e no setor aludido, a canalização de um substancial volume de renda, produzido pelo setor primário para aquele setor visualizado pelos elevados lucros dos aviadores, constituindo-se, ao final, verdadeira hipertrofia do setor serviços.

---

(+) A análise a que estamos procedendo, da influência do sistema bancário regional, fica parcialmente prejudicada por sermos compelidos a fazê-la através dos saldos de fim de ano. O ideal seria lançar mão do volume de financiamento e do número de contratos concedidos durante cada ano.

(++) Região em que o ostrativismo predomina e onde os produtores, em sua maioria, ainda não alcançaram etapa de trabalho por conta própria, vivendo na dependência de intermediários conhecidos como aviadores, para os quais são dirigidos, em grande parcela, os financiamentos bancários. Os aviadores, por seu turno, financiam os pequenos produtores através do fornecimento de mercadorias de toda a sorte, utensílios de trabalho e pequena parcela em dinheiro, os quais se obrigam a lhes entregar sua produção para encontro de contas.

Posteriormente transformam-se os aviadores em exportadores, transferindo a produção reunida para os centros industriais do país e do exterior, após o que os títulos de correntes dessas operações são negociados com os estabelecimentos bancários, fazendo-se a liquidação do financiamento recebido.

Como responsáveis pela desproporcional participação do setor comércio no global dos financiamentos concedidos pela rede bancária na Amazônia, destacam-se, ainda, os seguintes fatores adicionais:

- a concentração populacional e a expansão dos serviços federais e do sociedades de economia mista nas duas capitais - Belém e Manaus -, aliadas à natural elevação do nível de renda de certas camadas da população, que ensejaram acentuado crescimento do setor comércio;
- a expansão, a partir de 1956, da rede de agências bancárias particulares, principalmente através do estabelecimento na área de bancos de outras regiões. Belém e Manaus vêm-se constituindo em excelentes fontes de captação de poupanças e campo fácil para a proliferação das atividades dos bancos privados pelas aplicações a juros elevados, embora de forma disfarçada;
- a falta de capital próprio para fazer face ao giro comercial, especialmente em decorrência da implantação do sistema de crediário, levou os comerciantes a buscar nos financiamentos bancários, a curto prazo, a complementação de recursos. Amparadas pelo crédito, as atividades comerciais, em todos os ramos, e em especial no de utilidades domésticas, cresceram em proporções consideráveis, principalmente na última década;
- a ausência do espírito empresarial, problema sócio-cultural básico da Amazônia, tem impedido a utilização positiva do ponto-de-vista da comunidade do excesso econômico potencial. A poupança pessoal gerada na Amazônia tem sido, de preferência, canalizada para o fomento de atividades especulativas promotoras de taxas de lucros elevados em curto espaço de tempo. O comércio exportador de produtos regionais ou a importação de bens manufaturados constituíram as atividades prediletas dos homens de negócio, para não falar nas atividades extra-legais do contrabando.

QUADRO XXI/9

REGIÃO NORTE

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS POR ATIVIDADE BENEFICIADA

Saldo em 31/12 (Ca\$ 1.000)

1951/64

ANOS	P. Públicos	% do total	Bancos	% do total	Comércio	% do total	Indústria	% do total	Lavoura	% do total	Pecuária	% do total	Particulares	% do total	TOTAL
1951	12.933	1,9	-	-	398.337	57,5	49.386	7,2	97.032	14,0	15.452	2,2	119.103	17,2	592.243
1952	25.964	3,0	-	-	454.018	51,4	63.726	7,2	155.816	17,6	21.495	2,4	162.709	18,4	883.728
1953	38.707	3,6	-	-	520.888	48,5	53.440	5,0	209.505	19,5	27.162	2,5	224.422	20,9	1.074.124
1954	42.185	3,3	-	-	721.871	56,2	175.190	13,6	273.176	21,3	45.457	3,5	27.489	2,1	1.285.368
1955	50.104	2,9	-	-	922.773	54,1	323.296	19,0	311.086	18,2	57.131	3,4	40.559	2,4	1.704.949
1956	60.077	2,5	2.000	0,1	1.289.433	53,0	487.328	20,0	402.149	16,5	87.412	3,6	106.246	4,4	2.434.645
1957	79.141	2,2	53.262	1,5	1.605.091	44,1	827.630	22,8	690.402	19,0	149.029	4,0	231.617	6,4	3.535.172
1958	112.963	2,4	59.000	1,2	1.992.507	43,8	1.003.789	22,0	883.570	19,4	192.462	4,2	314.819	7,0	4.549.110
1959	45.009	0,8	167.649	3,1	2.363.997	43,6	1.108.981	20,4	755.488	13,9	597.656	11,0	390.141	7,2	5.438.921
1960	30.633	0,4	479.057	5,9	3.463.416	42,4	1.806.867	22,1	1.497.970	18,4	297.241	5,6	587.811	7,2	8.162.995
1961	59.949	0,5	100.631	0,8	5.814.905	49,0	2.346.688	19,8	2.379.948	20,1	312.084	2,6	851.942	7,2	11.866.147
1962	113.174	0,6	-	-	7.986.702	43,4	3.624.184	19,7	4.331.657	23,6	631.442	3,4	1.708.246	9,3	18.395.405
1963	153.691	0,5	-	-	14.467.773	43,8	7.438.578	22,5	8.215.266	24,8	1.236.265	3,7	1.541.984	4,7	33.053.557
1964	2.611.445	4,3	4.000	0,1	24.505.358	40,6	12.814.799	21,2	15.944.960	26,4	2.100.057	3,5	2.409.193	4,0	60.389.812

FONTE: SEEF - colhidas na fonte 1947/1955  
 Movimento Bancario do Brasil 1956/62  
 SEEF - 1963/64

QUADRO XXII/9

REGIÃO NORTE

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS POR ATIVIDADE BENEFICIADA

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000) - Valores Reais

1951/64

ANOS	P. Públicos	Bancos	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	Parti- culares	TOTAL	Números Relativos (1953=100)
1951	16.580	-	510.688	63.315	124.400	19.810	152.696	887.696	82,6
1952	29.843	-	521.859	73.248	179.098	24.706	187.021	1.015.775	94,6
1953	38.707	-	520.888	53.440	209.505	27.162	224.422	1.074.124	100,0
1954	33.216	-	558.402	137.944	215.099	35.792	21.644	1.012.097	94,2
1955	33.854	-	623.495	218.443	210.193	38.602	27.404	1.151.991	107,2
1956	33.941	1.129	728.493	275.326	227.202	49.385	60.025	1.375.501	128,0
1957	39.178	26.367	794.599	409.717	341.783	73.776	114.661	1.800.081	167,6
1958	49.328	25.764	870.090	438.335	385.838	84.044	137.475	1.990.874	185,3
1959	14.243	53.053	748.100	350.943	239.078	189.131	123.462	1.718.010	160,0
1960	7.526	117.704	850.962	443.947	368.051	73.032	144.425	2.005.647	186,7
1961	10.724	18.001	1.040.233	419.801	425.750	55.828	152.404	2.122.741	197,6
1962	13.345	-	941.828	427.380	510.808	74.462	201.444	2.169.267	201,9
1963	10.433	-	982.190	504.994	557.723	261.366	104.683	2.421.390	225,4
1964	92.900	1.042	871.760	455.880	567.230	74.711	85.705	2.149.228	200,1

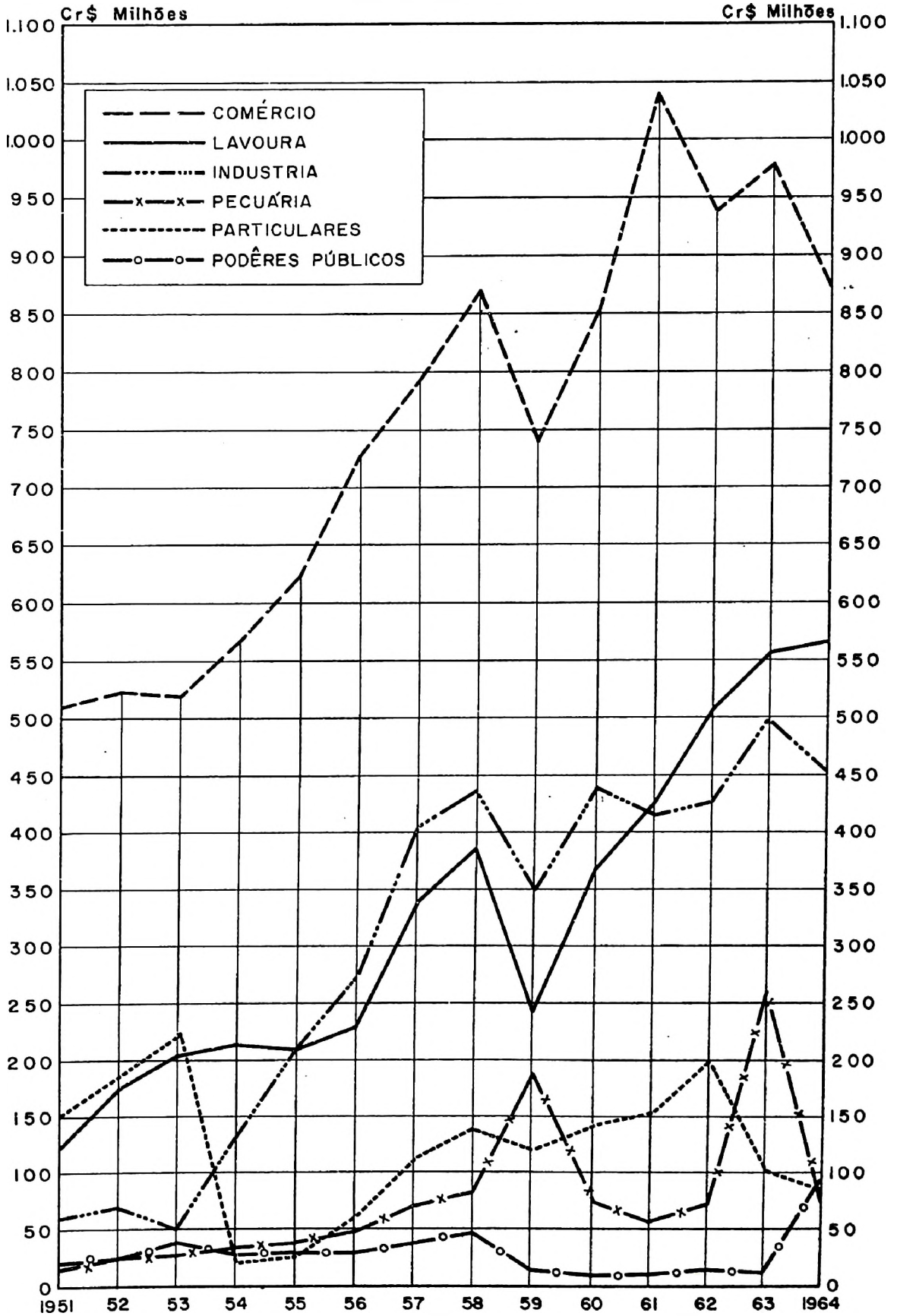
FONTE: SEEF - colhidas na fonte 1947/1955  
 Movimento Bancario do Brasil 1956/62  
 SEEF - 1963/64



GRÁFICO IV/9

REGIÃO NORTE  
 TODOS OS BANCOS  
 EMPRÉSTIMOS TOTAIS POR ATIVIDADE BENEFICIADA

SALDOS EM 31/12  
 VALORES REAIS



### 9.3 - COMPORTAMENTO DAS APLICAÇÕES EM RELAÇÃO AOS DEPÓSITOS

Estabelecendo um comparativo entre os depósitos e os empréstimos bancários, relativo ao período de 1951 a 1964, constata-se que entre os mesmos não existe uma relação uniforme a considerar.

A oscilação do comportamento entre os depósitos arrecadados e as aplicações efetuadas é muito grande. Pelo Gráfico VI/9, verifica-se que, entre 1951 e 1956, o montante dos depósitos arrecadados foi superior aos das aplicações. De 1957 a 1959, especialmente em 1958, os empréstimos foram superiores aos depósitos. Entre 1960 e 1962, os depósitos tomaram um impulso considerável, superando as aplicações. Em 1963, sofreram os depósitos um declínio violento, enquanto que os empréstimos subiram mais em relação ao ano anterior. Em 1964, porém, os depósitos tomaram novo impulso e as aplicações não declínio, de forma a serem superadas, em muito, por aqueles. É de se notar que, conforme já analisamos anteriormente, essa elevação no montante dos depósitos foi motivada especialmente pelo aumento dos depósitos de poderes públicos e de entidades privadas no Banco do Brasil S/A e no Banco de Crédito da Amazônia S/A, especialmente no Estado do Pará.

O Banco de Crédito da Amazônia S/A, conforme é demonstrado perfeitamente pelo Gráfico XI/9, apresentou-se nesse período com um volume de empréstimos sempre muito superior ao dos depósitos.

Justifica-se essa posição pelo fato de atuar como banco regional de desenvolvimento e que tema seu cargo a execução da política de amparo à produção de borracha, para cujo setor são canalizados recursos em grande escala.

Além dos financiamentos que realiza, o BCA tem ainda, a seu cargo, a execução, em nome do Governo Federal, do monopólio de compra e venda de borracha, em cujos estoques são imobilizados somas elevadíssimas que não estão computadas nos totais das aplicações que serviram de base para os presentes comparativos.

O Banco do Brasil S/A, entre 1951 e 1963, fez aplicações na região que variaram entre 45,9% e 72,5% do montante dos depósitos arrecadados no mesmo período, conforme demonstramos no Gráfico VIII/9. Em 1964, essas aplicações declinaram, correspondendo somente a 28,8% dos depósitos.

QUADRO XXIII/9

REGIÃO NORTE

Empréstimos ao Comércio

Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000)

1952/64

ANOS	B.C.da Amazônia		Banco do Brasil		B.E. do Amazonas		B. Est. do Pará		B.Particulares		TOTAL (Cr\$ 1.000)
	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	
1952	71.613	15,8	268.032	59,0	-	-	-	-	114.373	25,2	454.018
1953	96.137	18,5	316.193	60,7	-	-	-	-	108.558	20,8	520.888
1954	110.775	15,3	339.596	47,0	-	-	-	-	271.500	37,7	721.871
1955	182.939	19,8	369.812	40,1	-	-	-	-	370.022	40,1	922.773
1956	258.889	20,1	429.897	33,3	-	-	-	-	600.647	46,6	1.289.433
1957	218.642	13,6	554.165	34,5	-	-	-	-	832.284	51,9	1.605.091
1958	237.443	11,9	702.477	35,2	22.923	1,2	-	-	1.029.664	51,7	1.992.507
1959	230.485	9,7	1.109.726	47,0	47.097	2,0	-	-	976.689	41,3	2.363.997
1960	304.800	8,8	1.505.886	43,5	157.861	4,5	-	-	1.494.869	43,2	3.463.416
1961	319.597	5,5	3.356.215	57,8	202.252	3,5	24.942	0,4	1.911.899	32,8	5.814.905
1962	645.834	8,1	3.776.169	47,3	181.049	2,3	406.489	5,1	2.977.161	37,2	7.986.702
1963	2.019.266	13,9	5.767.000	39,9	339.357	2,3	877.181	6,1	5.464.969	37,8	14.467.773
1964	3.623.864	14,8	8.288.000	33,8	2.354.414	9,6	2.786.994	11,4	7.452.086	30,4	24.505.358

FONTE: Assessoria Técnica do BCA

QUADRO XXIV/9

REGIÃO NORTE

Empréstimos ao Setor de Produção  
Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000)

1952/64

ANOS	B.C.da Amazônia		B. do Brasil		B.E. do Amazonas		B.Est. do Pará		B.Particulares		TOTAL (Cr\$ 1.000)
	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	
1952	115.485	48,0	65.872	27,3	-	-	-	-	59.680	24,7	241.037
1953	154.255	53,2	86.023	29,6	-	-	-	-	49.829	17,2	290.107
1954	230.262	46,6	127.093	25,8	-	-	-	-	136.468	27,6	493.823
1955	326.897	47,3	109.451	15,8	-	-	-	-	255.165	36,9	691.513
1956	463.999	47,5	363.122	37,2	-	-	-	-	149.768	15,3	976.889
1957	947.305	56,8	283.967	17,0	-	-	-	-	435.789	26,2	1.667.061
1958	1.162.667	56,0	475.292	22,8	17.017	0,8	-	-	424.845	20,4	2.079.821
1959	1.513.834	61,5	491.947	20,0	20.779	0,8	-	-	435.565	17,7	2.462.125
1960	1.950.746	54,2	787.191	21,8	65.534	1,8	-	-	798.607	22,2	3.602.078
1961	2.461.142	49,8	1.283.592	25,5	92.076	1,8	33.637	0,7	1.168.273	23,2	5.038.720
1962	3.560.066	41,5	2.559.498	29,8	135.941	1,6	347.329	4,0	1.984.449	23,1	8.587.283
1963	7.124.978	42,2	3.228.000	19,1	172.731	1,1	1.018.680	6,0	5.345.720	31,6	16.890.190
1964	13.990.996	45,3	6.419.000	20,8	2.033.757	6,6	2.829.866	9,2	5.586.197	18,1	30.859.816

FONTE: Assessoria Técnica do BCA



QUADRO XXV/9

REGIÃO NORTE

Total de Empréstimos

Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000)

1951/64

ANOS	B.C.da Amazônia		Banco do Brasil		B.Est.do Pará		B.E.Amazonas		C.Econômica		B.Particulares		TOTAL (Cr\$ 1.000)
	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	
1951	256.352	30,9	211.587	25,5	-	-	-	-	148.387	17,9	211.371	25,5	827.697
1952	191.079	18,5	350.098	33,9	-	-	-	-	174.759	16,9	316.587	30,6	1.032.523
1953	254.846	20,2	416.489	33,0	-	-	-	-	226.153	17,9	364.082	25,6	1.261.570
1954	342.044	22,4	497.085	32,6	-	-	-	-	278.020	18,2	404.054	26,4	1.521.203
1955	536.458	26,0	507.531	24,6	-	-	-	-	359.902	17,4	660.960	32,0	2.064.851
1956	744.397	26,6	713.736	25,5	-	-	-	-	417.948	14,9	916.435	32,8	2.792.516
1957	1.228.443	30,2	914.646	22,4	-	-	-	-	508.197	12,5	1.413.942	34,7	4.065.228
1958	1.463.167	29,1	1.259.417	25,0	-	-	50.027	0,9	586.549	11,6	1.663.536	33,1	5.022.596
1959	1.817.190	30,1	1.791.413	29,7	-	-	81.910	1,3	642.849	10,6	1.593.318	23,1	6.026.680
1960	2.360.849	25,8	2.747.747	31,0	-	-	267.049	3,0	707.005	8,0	2.756.717	31,2	8.839.367
1961	2.868.913	22,9	4.672.607	37,3	61.084	0,5	362.452	2,9	726.699	5,7	3.851.132	30,7	12.542.897
1962	4.599.487	23,3	6.357.412	32,3	859.910	4,4	396.423	2,1	1.387.878	7,0	6.068.999	30,9	19.670.109
1963	9.522.081	27,2	9.014.000	25,7	2.170.366	6,2	634.569	1,8	2.164.886	6,1	11.558.850	33,0	35.064.752
1964	17.889.721	29,6	14.725.000	24,4	7.029.331	11,6	4.566.996	7,6	-	-	16.178.764	26,8	50.389.812

FONTE: Assessoria Técnica do BCA

QUADRO XXVI/9  
REGIÃO NORTE

Total dos Empréstimos  
Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000) -Valores Reais  
1951/54

A NO S	B.C. Amazônia	B. do Brasil	B.E. do Pará	B.E. Amazonas	C.E. Federal	B. Particula- res	TOTAL
1951	328.656	271.255	-	-	190.239	270.988	1.061.148
1952	219.631	402.411	-	-	200.872	363.893	1.185.807
1953	254.846	416.489	-	-	226.153	324.082	1.261.570
1954	269.325	391.405	-	-	218.913	318.152	1.197.795
1955	362.471	342.925	-	-	243.177	446.594	1.395.168
1956	420.563	403.240	-	-	236.128	517.759	1.577.590
1957	508.140	452.795	-	-	251.582	699.971	2.012.488
1958	638.937	549.963	-	21.845	256.134	726.434	2.193.313
1959	575.060	566.902	-	25.920	203.433	535.850	1.907.175
1960	580.061	675.122	-	65.614	173.711	677.326	2.171.834
1961	513.222	835.886	10.927	64.841	129.999	588.932	2.243.807
1962	542.392	749.694	101.404	46.747	163.664	715.683	8.319.584
1963	646.441	611.948	147.343	43.080	146.971	784.714	2.380.497
1964	636.418	523.834	250.065	162.468	-	575.551	2.148.335

FONTE: assessoria Técnica do BCA

QUADRO XXVII/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO BRASIL

Empréstimos Por Atividade Beneficiada

Saldos em 31/12 - (em 1.000)

1951/64

ANOS	P. Públicos	Bancos	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	Parti- culares	TOTAL
1951	3:813	-	185:914	2:973	8:833	9:054	-	211:587
1952	15:933	-	268:032	12:057	38:990	14:825	261	350:098
1953	14:012	-	316:193	9:911	54:231	21:881	261	415:489
1954	30:274	-	339:596	36:913	61:196	28:984	122	497:085
1955	28:156	-	369:812	40:309	49:085	20:057	102	507:531
1956	17:291	2:000	429:897	195:713	47:752	119:657	1.426	713:736
1957	22:672	53:262	554:165	206:398	55:941	21:628	580	914:646
1958	22:256	59:000	702:477	380:954	67:184	27:154	392	1:259:417
1959	22:917	166:649	1:109:726	345:459	93:599	52:889	174	1:791:413
1960	22:493	474:057	1:505:886	500:530	204:956	81:705	120	2:747:747
1961	22:109	100:631	3:356:215	639:960	498:535	145:097	60	4:762:607
1962	21:735	-	3:776:169	856:224	1:386:969	306:305	10	6:357:412
1963	19:000	-	5:767:000	1:360:000	1:485:000	383:000	-	9:014:000
1964	18:000	-	8:288:000	2:805:000	2:806:000	808:000	-	14:725:000

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil  
Movimento Bancário do Brasil  
Relatório do Banco do Brasil

QUADRO XXVIII/9

REGIÃO NORTE

Banco do Brasil

Empréstimos Por Atividade Beneficiada

Saldos em 31/12 (Cm\$ 1.000)

Valores Reais

1951/64

ANOS	P. Públicos	Bancos	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	Parti- culares	TOTAL
1951	4:888	-	239:633	3:811	11:324	11:607	-	271:263
1952	18:313	-	308:082	13:858	44:816	17:040	300	402:409
1953	14:012	-	316:193	9:911	54:231	21:881	261	416:489
1954	23:837	-	267:398	29:065	48:185	22:822	96	391:403
1955	19:031	-	249:872	27:235	33:165	13:552	68	342:923
1956	9:760	1:129	242:879	110:572	26:978	11:105	805	403:236
1957	11:223	26:357	274:339	102:177	27:693	10:706	287	452:792
1958	9:718	25:764	306:758	166:355	29:337	11:857	171	549:960
1959	7:252	52:737	351:179	109:322	29:619	16:737	55	566:901
1960	5:526	116:475	369:996	122:980	50:357	20:074	29	685:437
1961	3:955	18:001	600:396	114:483	89:183	25:956	10	851:984
1962	2:553	-	445:302	102:149	163:557	36:120	1	749:692
1963	1:289	-	391:513	92:328	100:814	26:001	-	611:945
1964	640	-	294:841	99:786	99:822	28:744	-	424:047

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil  
Movimento Bancário do Brasil  
Relatório do Banco do Brasil

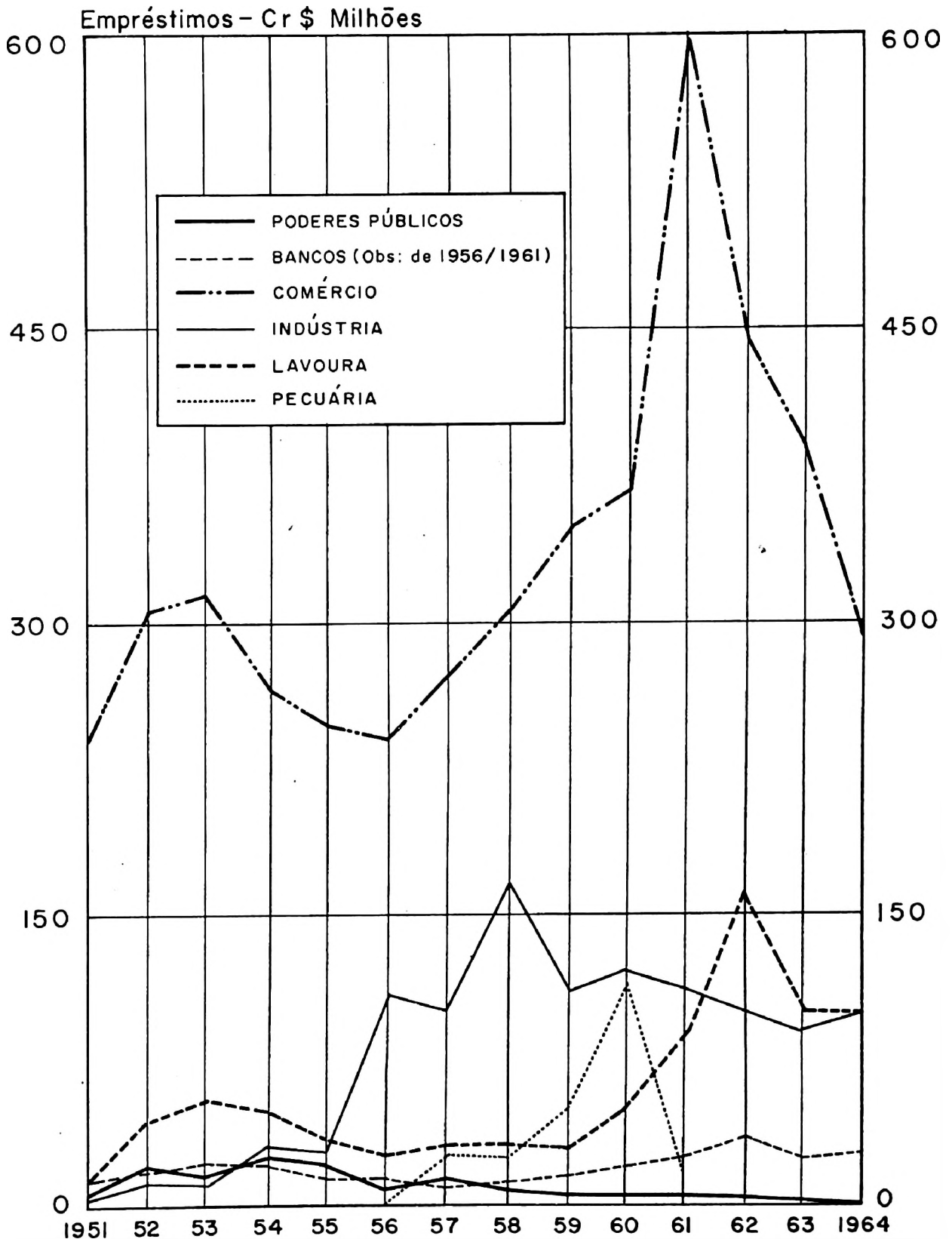
GRÁFICO V/9

REGIÃO NORTE  
BANCO DO BRASIL

## EMPRÉSTIMOS POR ATIVIDADE BENEFICIADA

POSIÇÃO EM 31/12

VALORES REAIS



QUADRO XIX/9  
REGIÃO NORTE

Comparativo dos Depósitos e Empréstimos dos Poderes Públicos  
Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)  
1951/54

ANOS	DEPÓSITOS DE ENTIDADES PÚBLICAS		TOTAL (A)	EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS OFICIAIS (B)	$\frac{(A)}{(B)}$ %
	à Vista	à Prazo			
1951	101.331	914	102.245	480.872	21,2
1952	195.070	3.909	198.979	567.141	35,0
1953	180.127	2.551	182.678	710.042	25,7
1954	498.378	5.221	503.599	881.314	57,1
1955	518.719	5.628	524.347	1.043.909	50,2
1956	828.802	43.201	872.003	1.518.210	57,4
1957	1.097.873	28.654	1.126.527	2.222.230	50,6
1958	930.585	5.990	936.575	2.885.574	32,4
1959	1.302.299	13.628	1.315.927	3.735.603	35,2
1960	2.106.964	-	2.106.964	5.406.278	38,9
1961	4.370.397	-	4.370.397	8.015.015	54,5
1962	7.560.614	10.371	7.570.985	12.326.406	51,4
1963	5.971.876	5.531	5.978.407	21.494.707	27,8
1964	35.903.822	4.771	36.908.593	44.211.048	83,4

FONTE: Assessoria Técnica do Banco de Crédito da Amazônia S/A

REGIÃO NORTE  
 TODOS OS BANCOS  
 COMPARATIVO ENTRE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS TOTAIS  
 POSIÇÃO EM 31/12  
 VALORES REAIS

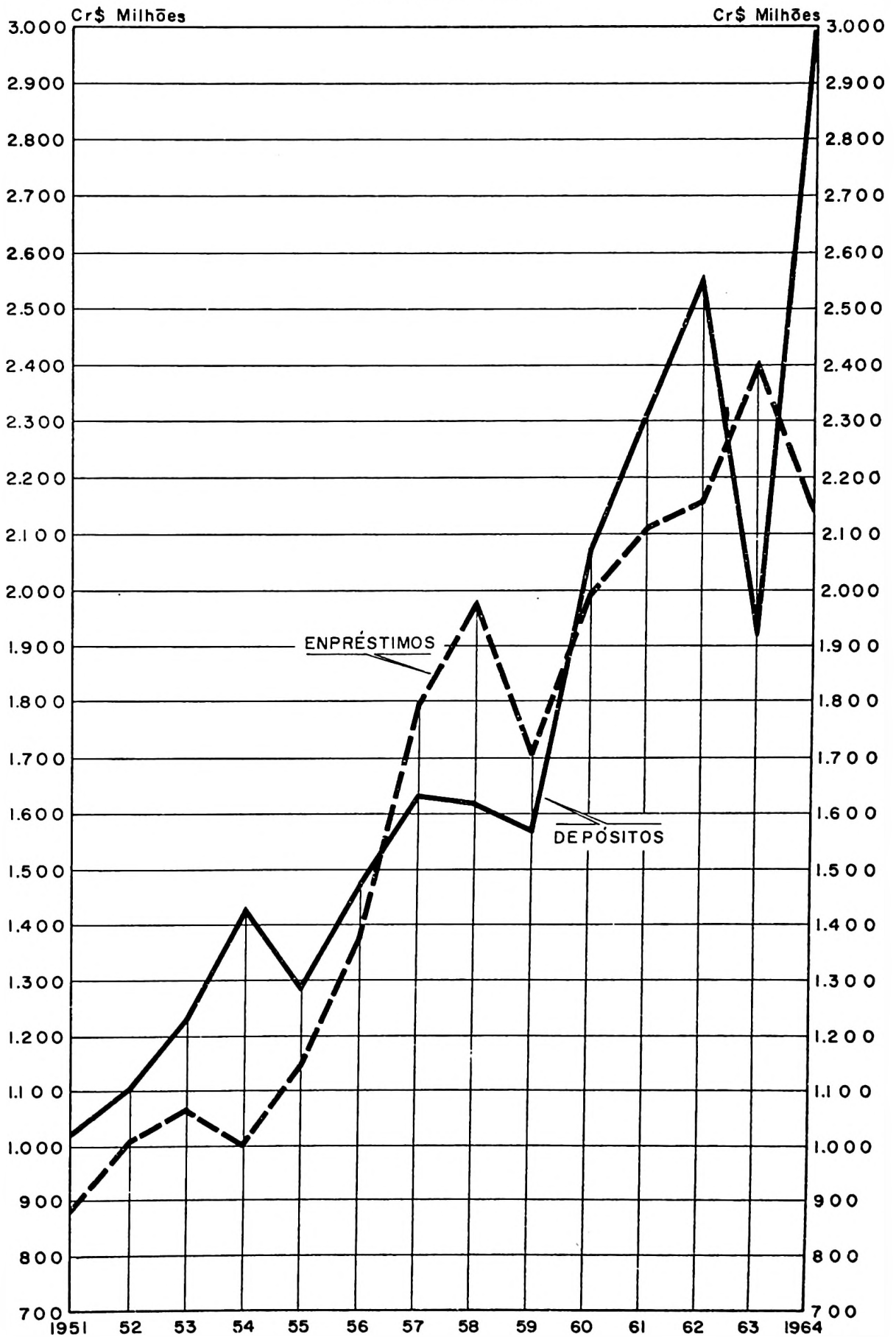




GRÁFICO VII/9

REGIÃO NORTE  
 TODOS OS BANCOS

COMPARATIVO ENTRE OS DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS  
 DO SETOR PRIVADO

POSIÇÃO EM 31/12  
 VALORES REAIS

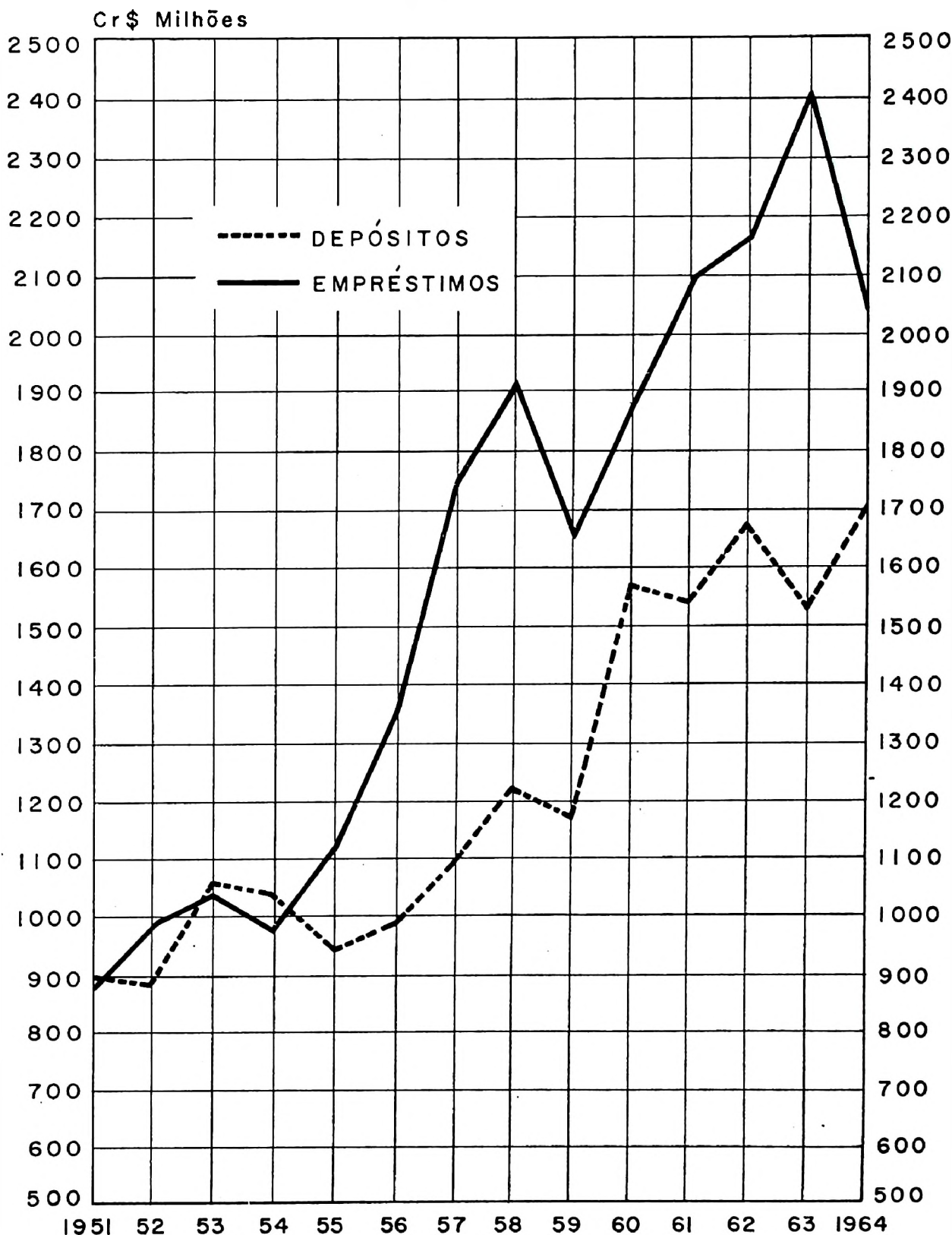


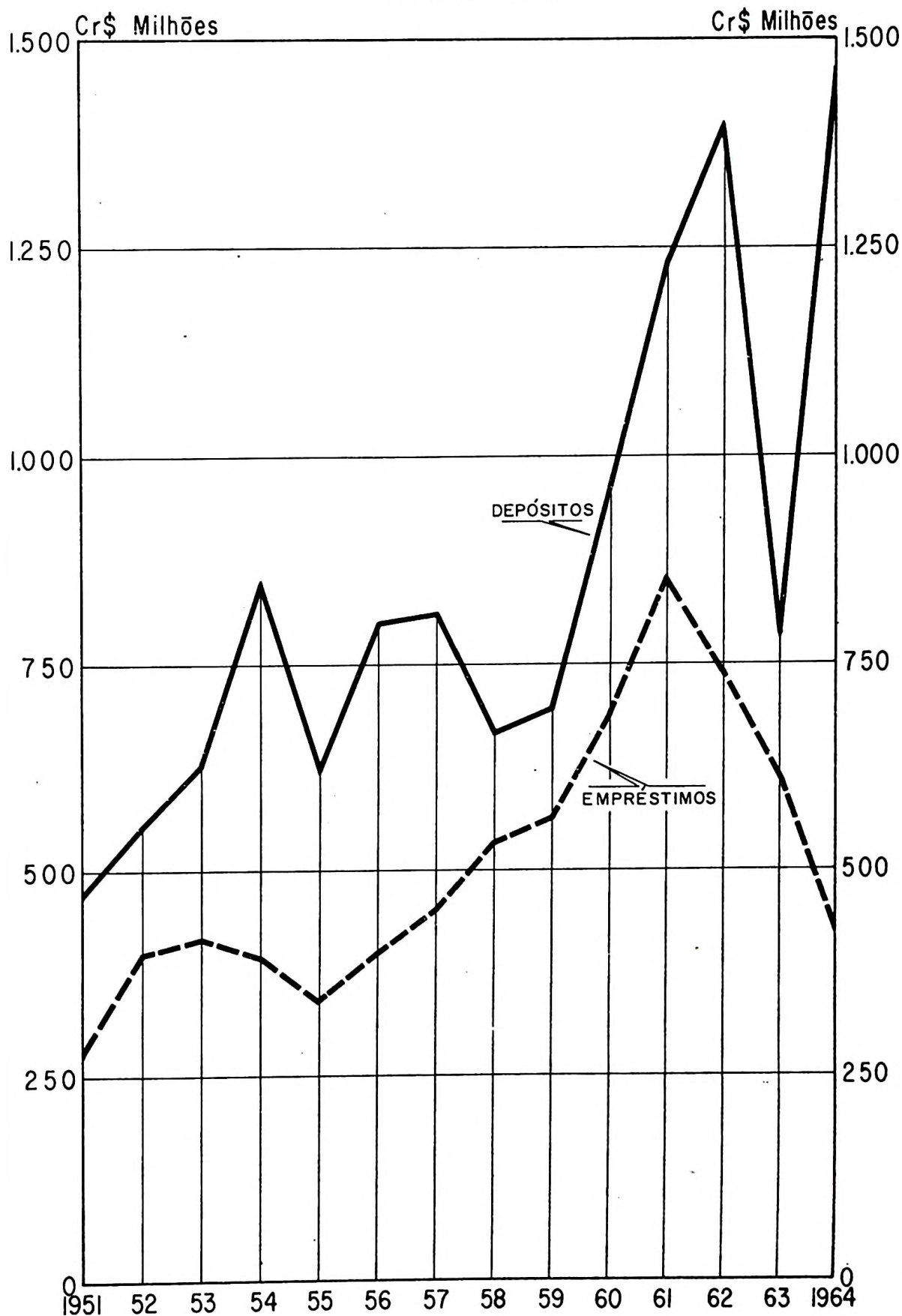


GRÁFICO VIII/9

REGIÃO NORTE  
BANCO DO BRASIL  
COMPARATIVO ENTRE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS

POSIÇÃO EM 31-12

VALORES REAIS



## 9.4 - BANCOS REGIONAIS

### 9.4.1 - O Banco de Crédito da Amazônia S/A

O Banco de Crédito da Amazônia S/A tem sido, sem dúvida alguma, o grande impulsionador da economia da região norte, com sua participação decisiva no amparo a todas as atividades, a despeito de crises financeiras conjunturais em decorrência do exercício do monopólio de compra e venda de borracha em nome do Governo Federal, mantendo uma imobilização de valor elevadíssimo e sempre crescente nos estoques desse produto, e da amplitude de seu campo operacional.

Conforme se infere do Quadro XXV/9, sua participação no montante geral dos empréstimos na região tem sido bastante significativa, correspondendo à média de 25,9% no período, embora nos valores registrados ali não esteja computado o do estoque de borracha, que na realidade representa uma forma de aplicação financeira em favor da produção regional.

Pelos Quadros XXII/9 e XXIII/9, constata-se que a atuação do BCA esteve voltada principalmente para os setores primário e secundário, sem deixar, contudo, de amparar o setor comércio. O comparativo evidencia um comportamento característico de banco de fomento à produção.

Incluindo-se no montante das aplicações do BCA o valor dos estoques de borracha existentes em 31/12 e somando-se aos depósitos o saldo das contas "Recursos para Investimentos - Lei 4.216", "Fundo de Fomento à Produção" e "Fundo de Fomento à Produção de Borracha", movimentadas pelo referido Estabelecimento - conforme Quadro XXIV/9, verificaremos que os recursos externos canalizados para o mesmo foram sempre muito inferiores às suas aplicações, em uma proporção que variou entre 74,5 e 42,3%.

QUADRO XX/9  
REGIÃO NORTE

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

Distribuição dos Depósitos For Modalidade

Saldos em 31/12 - (cruzeiros)

1952/64

A N O S	à vista		à prazo		T O T A L
	Entidades Públicas	Entidades Privadas	Entidades Públicas	Entidades Privadas	
1952	1.366.047	34.752.679	3.115.241	1.816.724	41.060.691
1953	13.012.793	45.556.518	161.602	961.956	59.592.859
1954	2.231.475	36.043.709	-	6.745.841	45.021.025
1955	40.193.507	103.371.347	181.236	40.477.261	192.223.351
1956	34.153.308	100.506.704	-	15.026.750	149.686.762
1957	112.675.095	204.536.162	-	4.049.551	321.260.808
1958	20.954.930	141.950.255	-	96.011.711	258.915.896
1959	51.455.241	328.918.233	-	7.610.745	387.984.219
1960	59.783.862	540.176.821	-	29.577.011	629.537.694
1961	242.521.444	442.562.035	-	11.799.098	696.882.577
1962	314.533.967	382.074.989	-	1.306.570	1.197.920.526
1963	254.232.406	1.721.893.139	-	807.742	1.976.933.287
1964	3.589.786.503	2.627.041.717	-	386.006	6.217.214.225

FONTE: Departamento de Contabilidade do Banco de Crédito da Amazônia S/A

QUADRO XXI/9

REGIÃO NORTE

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

Distribuição dos Depósitos Por Modalidade

Saldos em 31/12 (cruzeiros)

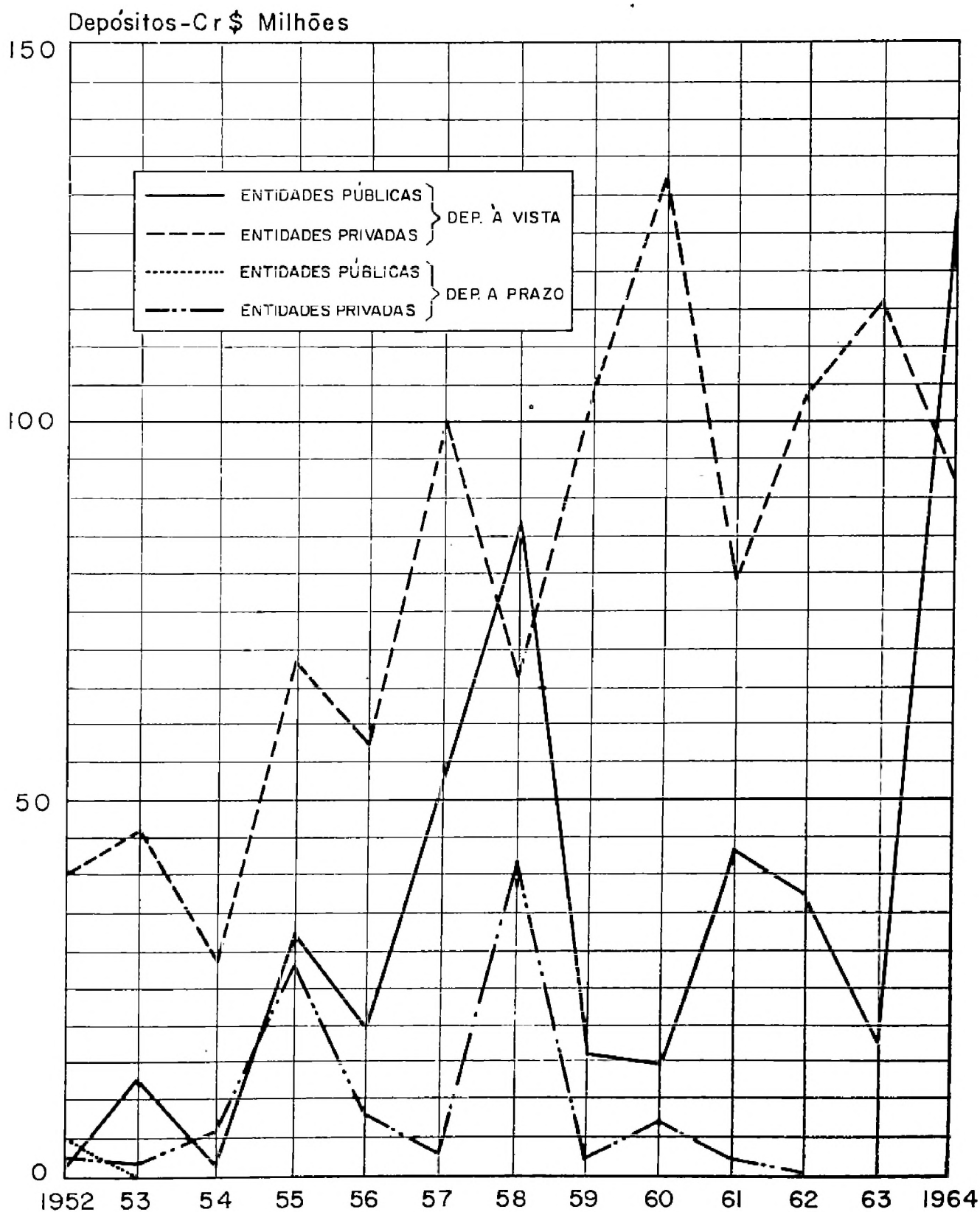
Valores Reais

1952/64

A N O S	1. Vista		2. Prazo		T O T A L
	Entidades Públicas	Entidades Privadas	Entidades Públicas	Entidades Privadas	
	1952	1.570.158	39.957.102	3.580.736	
1953	13.012.793	45.556.518	161.602	961.956	59.692.869
1954	1.757.066	28.380.873	-	5.311.685	35.449.624
1955	32.563.180	69.845.504	122.456	27.349.500	129.880.640
1956	19.295.654	56.783.448	-	8.482.689	84.568.791
1957	55.779.750	101.255.525	-	2.004.728	159.040.003
1958	91.150.624	61.987.010	-	41.926.511	195.064.145
1959	16.283.304	104.088.048	-	2.408.463	122.779.815
1960	14.688.909	132.721.577	-	7.267.078	154.677.564
1961	43.384.873	79.170.310	-	2.110.750	124.665.933
1962	37.091.859	104.018.277	-	154.076	141.264.212
1963	17.259.498	116.897.022	-	54.836	134.211.356
1964	127.704.962	93.455.770	-	13.731	221.160.463

FONTE: Departamento de Contabilidade do Banco de Crédito da Amazônia S/A

GRÁFICO IX/9  
 REGIÃO NORTE  
 BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA  
 DEPÓSITOS SEGUNDO A NATUREZA  
 POSIÇÃO EM 31/12  
 VALORES REAIS



QUADRO XXII/9

REGIÃO NORTE

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

Empréstimos por Atividade Beneficiada

Saldos em 31/12 (cruzeiros)

1952/64

ANOS	P. Públicos	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	Parti- culares	T O T Á L
1952	-	71.612.776	9.423.059	104.458.578	1.603.061	3.981.366	191.078.840
1953	-	96.137.443	6.584.266	144.237.092	3.433.596	4.453.806	254.846.203
1954	159.039	110.774.925	16.671.888	205.778.156	7.811.732	847.909	342.043.649
1955	21.888.538	182.939.501	49.766.705	247.453.048	29.677.357	4.733.206	536.458.355
1956	17.175.161	258.889.453	74.264.552	334.371.824	55.362.437	4.333.885	744.397.312
1957	15.582.021	218.642.291	276.795.826	576.341.744	94.167.715	46.913.875	1.228.443.472
1958	6.619.528	237.443.177	283.327.136	749.232.200	130.107.206	56.438.387	1.463.167.634
1959	-	230.484.726	361.067.148	992.666.454	160.100.382	72.871.540	1.817.190.250
1960	-	304.799.868	584.018.743	1.207.605.864	159.121.366	105.303.319	2.360.849.160
1961	1.391.028	319.596.615	641.543.357	1.685.961.527	133.637.026	86.783.148	2.868.912.701
1962	41.232.028	645.833.977	908.038.072	2.488.713.220	163.314.910	352.354.936	4.599.487.193
1963	28.916.241	2.019.266.242	1.359.905.972	5.386.302.098	378.769.928	78.893.251	9.252.080.732
1964	15.774.900	3.623.864.505	1.511.177.767	12.031.543.951	448.274.156	259.086.632	17.889.721.911

FONTE: Departamento de Contabilidade do BCA

QUADRO XXIII/9  
REGIÃO NORTE  
BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

Empréstimos Por Atividade Beneficiada  
Saldos em 31/12 (cruzeiros)

Valores Reais  
1952/64

ANOS	P. Públicos	Comércio	Indústria	Lavoura	Pecuária	Parti- culares	T O T A L
1952	-	82.313.535	10.831.102	120.067.331	1.842.598	4.576.282	215.054.566
1953	-	96.137.443	6.584.266	144.237.092	3.433.596	4.453.806	254.846.203
1954	125.227	87.224.350	13.127.470	162.030.044	6.150.970	6.667.644	269.325.705
1955	14.789.552	123.607.770	33.626.152	167.198.005	20.052.268	3.198.112	362.471.859
1956	9.703.480	146.265.227	41.957.374	188.910.635	31.278.212	2.448.522	420.563.450
1957	7.713.871	108.238.757	137.027.636	285.317.695	46.617.680	23.224.690	608.140.329
1958	2.890.623	103.686.976	123.723.640	327.175.633	56.815.373	24.645.583	638.937.828
1959	-	72.938.204	114.261.755	314.134.953	50.664.677	23.060.613	575.060.202
1960	-	74.889.402	143.493.548	296.709.057	39.096.158	25.873.051	580.061.216
1961	248.842	57.172.918	114.766.253	301.603.135	23.906.444	5.524.713	513.222.305
1962	4.862.267	76.159.667	107.079.961	293.480.332	19.258.833	41.551.289	542.392.349
1963	1.963.084	137.085.284	92.322.197	365.668.845	25.714.183	5.355.957	628.109.550
1964	561.184	128.917.271	53.759.436	428.016.504	15.947.141	9.216.884	636.418.420

FONTE: Departamento de Contabilidade do Banco de Crédito da Amazônia S/A



GRÁFICO X/9

REGIÃO NORTE

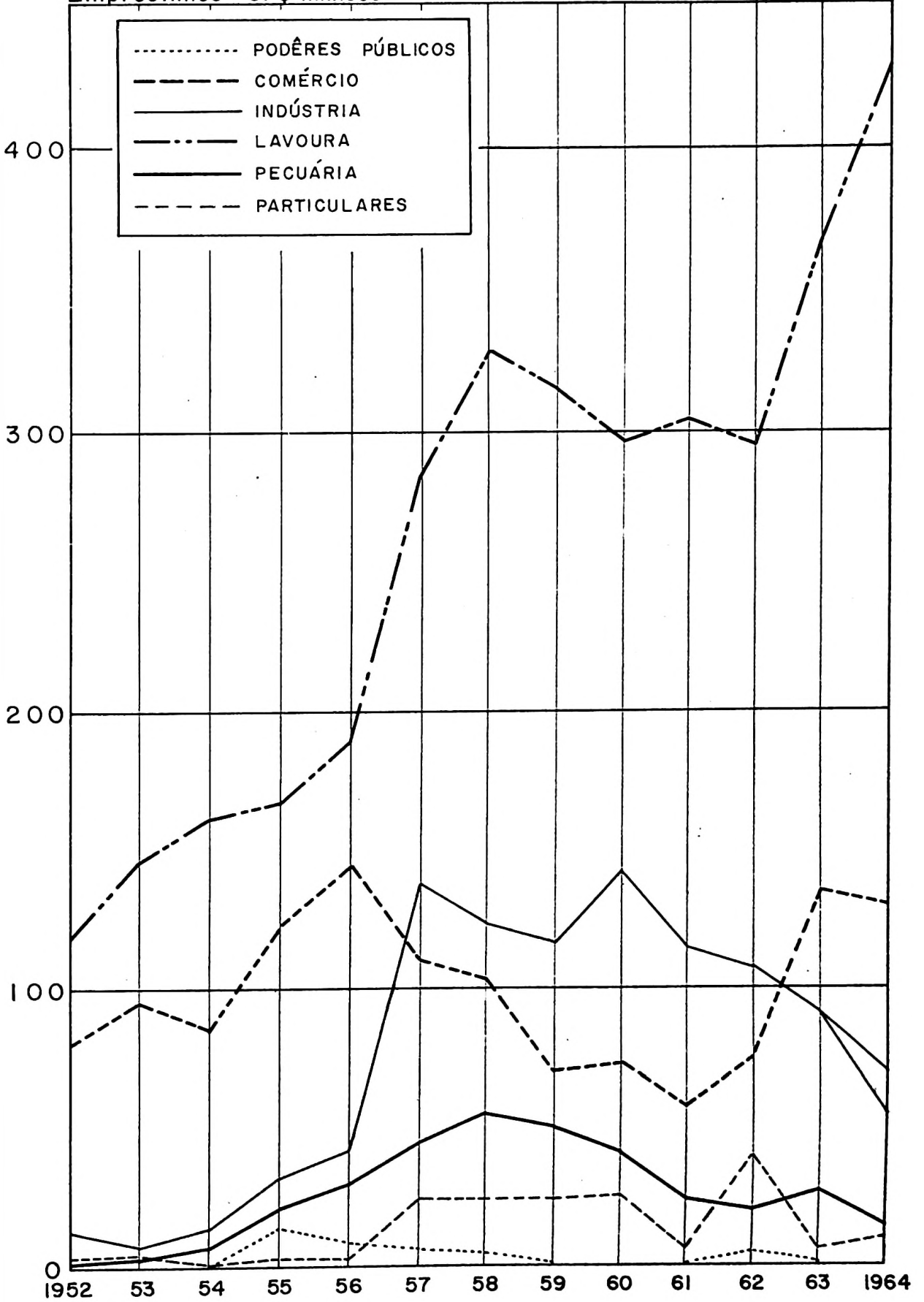
BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

EMPRÉSTIMOS POR ATIVIDADE BENEFICIADA

SALDOS EM 31/12

VALORES REAIS

Empréstimos - Cr\$ Milhões





QUADRO XXIV/9  
REGIÃO NORTE  
 BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA  
 Recursos e Aplicações  
 Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)  
 1952/64

ANOS	FONTE S DE RECURSOS			APLICAÇÕES			Total (B)	$\frac{(A)}{(B)}$ %	
	Depósitos	Fundo de Fomento a Produção	Fundo de Fomento à Produção de Borracha	Recursos p/ Investimento Lei 4.216	Total (A)	Empréstimos			Estoque de Borracha
1952	41.060	254.191	-	-	295.251	191.078	204.938	396.016	74,5
1953	59.692	319.151	-	-	378.843	254.846	269.938	524.784	72,1
1954	45.021	320.522	-	-	365.543	342.043	244.147	586.190	62,3
1955	192.223	401.447	-	-	593.670	536.458	531.931	1.068.389	55,5
1956	149.586	549.834	-	-	699.520	744.397	401.217	1.145.614	61,0
1957	321.260	671.817	-	-	993.077	1.228.443	385.133	1.613.576	61,5
1958	258.916	747.150	-	-	1.006.076	1.463.167	240.476	1.703.643	59,0
1959	387.984	1.037.451	-	-	1.455.435	1.817.190	573.511	2.390.701	60,8
1960	629.537	1.194.356	-	-	1.823.893	2.360.849	573.511	2.934.360	62,1
1961	696.882	1.564.373	-	-	2.261.255	2.866.912	1.505.891	4.372.803	51,7
1962	1.197.920	1.631.511	-	-	2.829.431	4.599.487	2.089.253	6.688.740	42,3
1963	1.976.933	2.061.299	3.022.435	1.077.570	8.128.238	9.252.080	7.738.343	16.990.423	47,8
1964	6.217.214	4.475.434	5.846.757	4.393.875	20.933.280	17.889.721	17.707.995	35.597.716	58,8

FONTE: Assessoria Técnica do BC.

GRÁFICO XI/9

REGIÃO NORTE

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

## COMPARATIVO ENTRE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS

SALDOS EM 31/12

VALORES REAIS

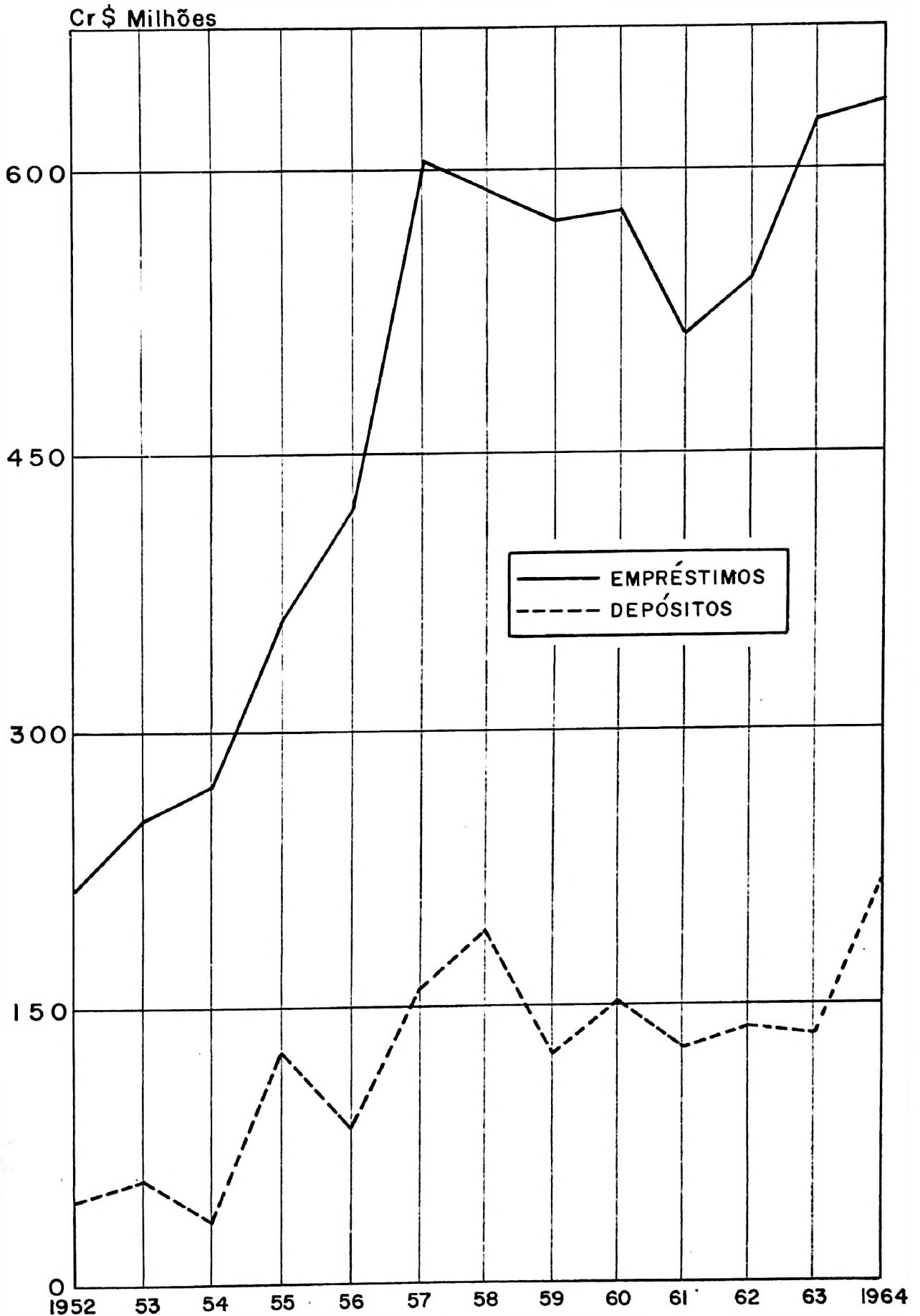


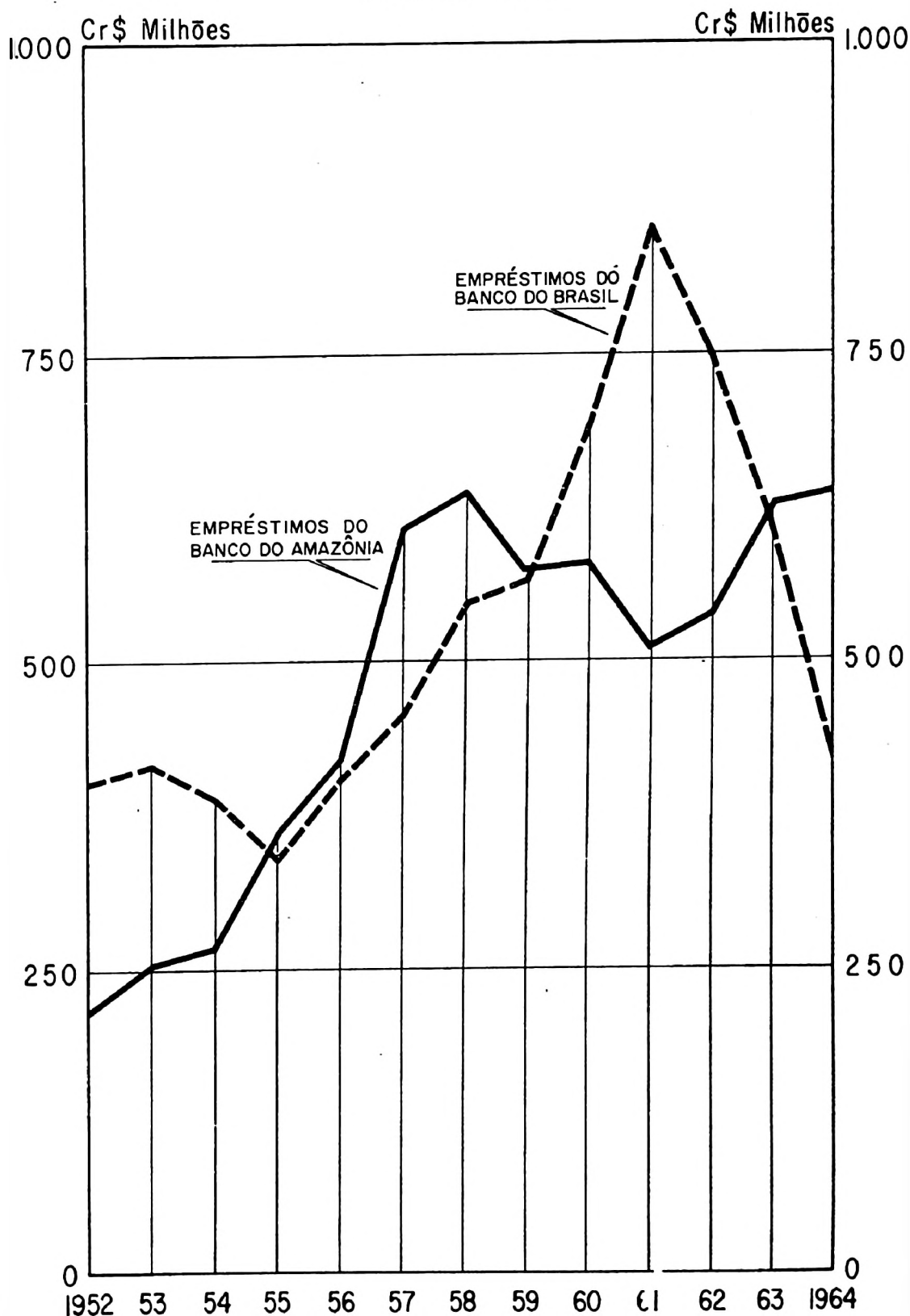
GRÁFICO XII/9

REGIÃO NORTE

COMPARATIVO ENTRE OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA E BANCO DO BRASIL

SALDO EM 31-12

VALORES REAIS



#### 9.4.2 - Banco do Estado do Amazonas S/A

O Banco do Estado do Amazonas S/A é um banco regional de fomento, criado pelo governo estadual, cujas atividades foram iniciadas em 1958.

Sua participação no montante dos depósitos regionais vem crescendo a cada ano, conforme pode ser constatado no Quadro XVI/9. Em 1958, seus depósitos corresponderam a 1,32% do total, elevando-se gradativamente até atingir em 1964 a taxa de 7,20%.

É de se salientar a maior participação dos depósitos de poderes públicos nesse crescimento, os quais, de acordo com o Quadro XXV/9, em 1964, corresponderam a 78,6% do total. Esses depósitos são de Órgãos dos Governos Estadual e Municipal.

Com suas operações restritas ao Estado do Amazonas, sua participação no volume dos empréstimos totais da região oscilou nos anos de 1958 e 1963 entre 0,9% e 3%, subindo para 7,6% em 1964, conforme pode ser visto no Quadro XXV/9.

Todavia, considerando-se somente as aplicações efetuadas no Estado do Amazonas, sua participação no montante dos empréstimos em 31.12.64 era de 26,9, bem diferente dos anos anteriores, quando sua participação girava em torno de 1% a 3%.

Analisando-se as suas operações e a forma como se processam, chega-se à conclusão de que ainda não alcançou a sua real finalidade, isto é, não tem atuado realmente como banco de fomento, caracterizando-se as suas operações como de natureza comercial, talvez em decorrência de sua estrutura administrativa e da falta de pessoal especializado para atuar nos setores de produção na forma que seria de desejar.

QUADRO XXV/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS

Distribuição dos Depósitos segundo modalidades

Saldos em 31/12 (Cr\$ 1.000)

1958/54

A N O S	PODÉRES		PÚBLICOS		VOLUNTÁRIOS		T O T A L
	À Vista	À Prazo	À Vista	À Prazo	À Vista	À Prazo	
1958	4.821	-	39.558	13.600			57.979
1959	2.830	9.399	57.521	18.213			88.063
1960	103.316	-	135.371	3.060			241.747
1961	83.321	-	247.552	2.028			333.001
1962	234.867	-	269.048	2.033			505.948
1963	361.234	-	322.450	5.954			689.638
1964	4.788.310	-	1.303.419	5.991			6.097.720

FONTE: Banco do Estado do Amazonas S/A

QUADRO XXVI/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS

Empréstimos por Entidade Beneficiada

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

1958/64

A N O S	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	LAVOURA	PECUÁRIA	GOVERNO MUNICIPAL	PARTICULARES	T O T A L
1958	22:923	17:017	-	-	-	10:087	50:027
1959	47:097	20:779	-	-	-	14:034	81:910
1960	157:851	65:534	-	-	7:040	36:614	267:049
1961	202:252	89:556	2:510	-	11:300	56:834	362:452
1962	181:049	124:961	10:980	-	27:045	52:388	395:423
1963	339:357	152:031	10:700	-	36:250	86:231	534:569
1964	2.354.414	3.650.942	339.375	43.440	-	178.825	4.566.995

FONTE: Banco do Estado do Amazonas S/A

### 9.4.3 - Banco do Estado do Pará S/A

O Banco do Estado do Pará S/A é um banco estadual de fomento e teve suas operações iniciadas em 1961. Embora com atuação restrita à praça de Belém, até o ano de 1965, vem crescendo consideravelmente o volume de seus negócios em relação às operações realizadas na região.

Em 31 de dezembro de 1961 sua participação no volume das operações bancárias realizadas na região era de 0,5% e em 31.12.1964 alcançou a taxa de 11,6%, conforme se constata no Quadro XXV/9.

A exemplo do Banco do Estado do Amazonas S/A, ainda não tem uma estrutura que lhe permita atuar realmente como banco de fomento, caracterizando-se as suas operações pelo aspecto comercial, a curto prazo.

Os seus depósitos vêm tendo uma evolução regular, embora a maior parcela seja representada por depósitos de órgãos do poder público estadual.

Acreditamos que ampliando sua rede de Agências, buscando encontrar no meio rural campo para aplicação de seus recursos, e com uma reformulação em sua estrutura, poderá vir a prestar bons serviços aos setores da produção regional.

### 9.5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A atuação das Caixas Econômicas Federais do Pará e do Amazonas, únicas existentes nas Unidades Federadas que compõem a região norte, tem-se caracterizado por um volume de aplicações superior ao dos depósitos arrecadados, conforme se mostra no Gráfico XIV/9.

Seus depósitos, captados principalmente nas classes populares, entraram em franco declínio a partir do ano de 1956, não só em termos percentuais em relação ao montante global dos depósitos da região, como em termos reais, conforme se verifica nos Quadros 22-c e 22-d e no Gráfico 14.

Suas aplicações sofreram igual retrocesso não só em termos percentuais em relação às aplicações globais na

região, como também em termos reais, conforme se observa nos Quadros XVI/9 e XVII/9 e Gráfico XIV/9.

Essas aplicações, que entre 1951 e 1955 tiveram uma regular significação, especialmente no que se refere a empréstimos hipotecários para aquisição de moradias, embora tenham crescido em termos absolutos, decresceram em termos reais a partir de 1956.



QUADRO XXVII/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Aplicações por Atividade Beneficiada

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

Valores Reais

1961/64

ANOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	LAVOURA	PECUÁRIA	P. PÚBLICOS	P. PARTICULARES	TOTAL
1961	4.462	4.917	54	1.046	-	448	10.927
1962	47.935	30.042	5.005	5.911	-	12.511	101.404
1963	59.551	54.162	1.975	13.698	3.235	14.722	147.343
1964	99.146	82.645	1.213	16.813	19.708	30.540	250.065

FONTE: Banco do Estado do Pará

QUADRO XXVIII/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Depósitos segundo modalidades

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

1961/64

ANOS	PODÊRES PÚBLICOS		PRIVADOS			TOTAL (Cr\$ 1.000)	VALORES REAIS				TOTAL (Cr\$ 1.000)
	Cr\$ 1.000	% do Total	À Vista		À Prazo		Públicos Cr\$ 1.000	Privados		TOTAL (Cr\$ 1.000)	
			Cr\$ 1.000	% do Total				À Vista Cr\$ 1.000	À Prazo Cr\$ 1.000		
1961	7.128	15,3	35.553	76,2	3.960	8,5	46.646	1.275	6.361	708	8.344
1962	72.214	20,52	279.439	79,43	185	0,05	351.888	8.515	32.958	21	41.494
1963	422.282	42,08	581.216	57,91	17	0,001	1.003.515	28.668	39.457	1	68.126
1964	4.622.987	79,898	1.162.654	20,094	500	0,008	5.786.141	164.460	41.360	17	205.837

FONTE: Banco do Estado do Pará S/A

QUADRO XXIX/9

REGIÃO NORTE

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Empréstimos por Atividade Beneficiada

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

1961/64

ANOS	Comércio		Lavoura		Pecuária		P. Públicos		Particulares		Indústria		TOTAL Cr\$ 1.000
	Cr\$ 1.000	% do total	Cr\$1.000	% do total	Cr\$1.000	% do total	Cr\$1.000	% do total	Cr\$1.000	% do total	Cr\$ 1.000	% do total	
1961	24.942	40,8	300	0,5	5.850	9,6	-	-	2.505	4,2	27.487	44,9	61.084
1962	406.489	47,3	42.443	5,0	50.130	5,8	-	-	106.092	12,3	254.756	29,6	859.910
1963	877.181	40,4	29.100	1,3	201.770	9,3	47.650	2,2	216.855	10,0	797.810	36,8	2.170.366
1964	2.786.994	39,6	34.100	0,5	472.618	6,7	554.000	7,9	858.471	12,2	2.323.148	33,1	7.029.331

FONTE: Banco do Estado do Pará

QUADRO XXX/9  
REGIÃO NORTE

Depósitos nas Caixas Econômicas Federais

Saldos em 31/12 - (Ca\$ 1.000)

1949/63

A N O S	V O L U N T Á R I O S			Total	Compulsórios	TOTAL GERAL
	Populares	Comerciais	Outros			
1949	69.442	4.560	28.923	98.365	614	98.979
1950	89.845	7.074	33.350	130.269	858	131.127
1951	122.012	7.182	40.561	169.755	.910	170.665
1952	143.623	6.268	46.479	196.370	1.319	197.689
1953	195.941	9.709	62.960	268.610	2.875	271.485
1954	225.639	12.627	88.681	326.947	2.133	329.080
1955	275.773	17.195	176.337	469.305	2.683	471.988
1956	311.420	180.105	81.019	572.544	2.929	575.473
1957	370.732	134.726	109.225	618.683	5.169	623.852
1958	436.499	103.552	106.876	646.927	4.276	651.203
1959	493.177	152.415	139.440	784.032	4.692	788.724
1960	655.367	110.373	91.509	857.249	9.249	866.498
1961	821.777	115.119	111.370	1.048.566	12.001	1.060.567
1962	1.078.259	252.829	328.229	1.639.317	194.820	1.834.137
1963	1.386.886	576.733	530.769	2.494.388	266.931	2.761.319

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1950/1965

QUADRO XXXI/9

REGIÃO NORTE

Depósitos nas Caixas Econômicas Federais

Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

Valores Reais

1949/63

ANOS	VOLUNTÁRIOS				Total	Compulsórios	Total Geral
	Populares	Comerciais	Outros				
			Comerciais	Outros			
1949	115.736	7.600	48.205	163.941	1.023	164.964	
1950	134.097	10.558	49.776	194.431	1.280	195.711	
1951	156.426	9.207	52.001	217.634	1.166	218.800	
1952	165.084	7.204	53.424	225.712	1.516	227.228	
1953	195.941	9.709	62.960	268.610	2.875	271.485	
1954	177.668	9.942	69.828	257.438	1.680	259.118	
1955	86.333	11.618	119.146	317.097	1.812	318.909	
1956	175.944	101.754	45.773	323.471	1.655	325.126	
1957	183.352	66.696	54.071	306.279	2.558	308.837	
1958	190.611	45.219	46.670	282.500	1.868	284.368	
1959	156.069	47.916	44.127	248.112	1.484	249.596	
1960	161.023	27.119	22.484	210.626	2.272	212.898	
1961	147.008	20.647	27.364	187.579	2.147	189.726	
1962	127.153	27.456	38.706	193.315	22.974	216.289	
1963	94.153	39.153	36.034	169.340	18.122	187.462	

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1950/1965

QUADRO XXXII/9  
REGIÃO NORTE

Empréstimos das Caixas Econômicas Federais  
Saldos em 31/12 - (R\$ 1.000)

1949/63

A N O S	Sob garantia hipotecária	Com garantia simultanea	Sob consignação de vencimentos	Sob penhores	Sob cações de títulos	Outras	TOTAL
1949	49.335	14.553	17.505	5.836	-	503	87.732
1950	61.751	14.026	27.640	6.555	301	500	110.773
1951	79.414	13.404	48.150	6.209	210	1.000	148.387
1952	95.243	12.875	56.480	7.109	2.052	1.000	174.759
1953	120.406	17.859	81.991	5.895	2	-	226.153
1954	158.677	14.001	94.400	6.038	-	4.904	278.020
1955	207.524	12.451	127.590	8.241	124	3.972	359.902
1956	260.473	13.538	133.785	9.825	84	243	417.948
1957	323.930	11.992	155.454	16.229	396	196	508.197
1958	383.580	10.557	169.315	22.686	296	115	586.549
1959	447.773	9.590	158.478	26.727	230	51	642.849
1960	526.180	8.075	148.023	24.352	-	375	707.005
1961	535.530	6.870	160.936	22.953	-	410	726.699
1962	659.179	6.297	698.704	23.415	-	283	1.387.878
1963	872.307	6.023	1.250.555	35.827	-	174	2.154.886

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1949/64

QUADRO XXXIII/9  
REGIÃO NORTE

Empréstimos das Caixas Econômicas Federais  
Saldos em 31/12 - (Cr\$ 1.000)

Valores Reais  
1949/64

ANOS	TOTAL	Sob garantia hipotecária	Com garantia simultânea	Sob consignação de vencimentos	Sob penhores	Sob cações de títulos	Outras
1949	146.219	82.225	24.255	29.175	9.726	-	838
1950	165.332	92.165	20.934	41.253	9.783	449	746
1951	190.237	101.812	17.184	61.730	7.960	269	1.282
1952	201.049	109.474	14.798	64.919	8.171	2.358	1.149
1953	226.153	120.406	17.859	81.991	5.895	2	-
1954	218.911	124.942	11.024	74.330	4.754	-	3.861
1955	243.173	140.218	8.412	86.209	5.568	83	2.683
1956	236.125	147.159	7.648	75.584	5.550	47	137
1957	251.581	160.351	5.936	76.957	8.034	196	97
1958	256.133	167.502	4.610	73.936	9.906	129	50
1959	203.430	141.700	3.034	50.151	8.457	72	16
1960	173.710	129.282	1.984	36.369	5.983	-	92
1961	129.997	95.801	1.228	28.789	4.106	-	73
1962	163.663	77.733	742	82.394	2.761	-	33
1963	146.968	59.219	408	84.898	2.432	-	11

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1949/1964 - Deflator - Revista Conjuntura Econômica, Agosto, 1965, fls. 135



GRÁFICO XIII/9

REGIÃO NORTE

# COMPARATIVO ENTRE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS DOS BANCOS PARTICULARES

SALDOS EM 31/12

VALORES REAIS

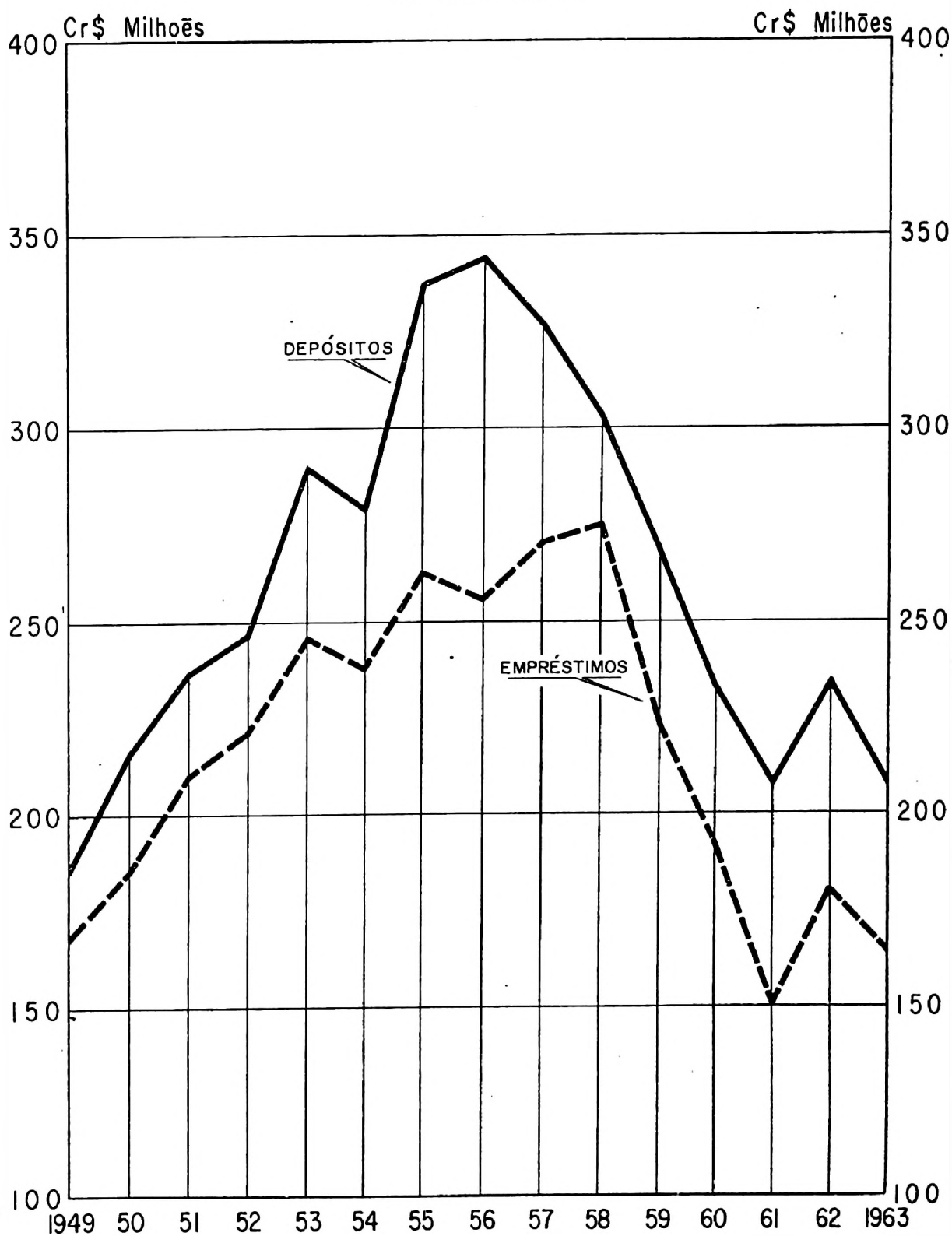




GRÁFICO XIV / 9

REGIÃO NORTE  
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
 COMPARATIVO ENTRE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS

SALDO EM 31-12  
 VALÔRES REAIS



## 9.6 - BANCO NACIONAL DE DESENVILVIMENTO ECONOMICO (BNDE)

Embora a análise da composição da colaboração financeira aprovada pelo BNDE, segundo as regiões geo-econômicas onde se localizam os empreendimentos beneficiados, revele crescente participação das áreas menos desenvolvidas do País - Nordeste e Centro-Oeste - no montante global das operações compromissadas, a contribuição direta dessa instituição de fomento para o desenvolvimento da economia da Amazônia tem sido inexpressiva, não obstante apresentar essa região extrema carência de investimentos básicos.

Apesar de a Lei nº 2973/56, em seu artigo 34, estabelecer que o Banco aplique prioritariamente 25% de seus recursos em empreendimentos que se situem nas Regiões menos evoluídas economicamente (+), a participação percentual da Região Norte no total da colaboração financeira autorizada, de 1952 a 1964, foi de 1,2% apenas.

Por outro lado, apesar de terem sido avaliadas pelo BNDE importações de equipamento no valor de algumas centenas de milhões de dólares, nenhum aval favoreceu empreendimentos na Amazônia (++).

Considerando as origens dos recursos do Banco - adicional de 15% sobre o imposto de renda -, constata-se que as suas aplicações na região norte são consideravelmente inferiores às quantias arrecadadas.

Justificando sua modesta atuação nas áreas menos favorecidas, encontramos a seguinte passagem na exposição de 1964 sobre o programa de reaparelhamento econômico do .... BNDE (+++):

"... ao longo do período de funcionamento, verifica-se que as áreas geo-econômicas de menor progresso econômico são, justamente, aquelas que mais modestamente têm sido favorecidas pela ajuda da Entidade, o que é explicável, de um lado, pela reduzida demanda de re

---

(+) Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais o Estado do Espírito Santo.

(++) Cf. Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, Reflexões sobre o Desenvolvimento da Amazônia, Manaus, 1965, p.6.

(+++)BNDE, XIII Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico - 1964, Rio de Janeiro, 1965, p.12.

curios originária dessas regiões e, de outro, pela agravante de que a maioria dos projetos localizados nessas áreas, para os quais se tem invocado a assistência do Banco, não encontra apoio na legislação que disciplina a aplicação dos recursos sob sua administração".

A oferta inelástica de indivíduos ávidos a tomar riscos no lançamento de novos empreendimentos ou a ausência de espírito empresarial são, porém, constantes nas áreas mais atrasadas, onde o empresário tende a acompanhar o desenvolvimento e não a dirigi-lo (+).

---

(+) Conquanto o empresário esteja bastante ansioso para aproveitar qualquer oportunidade propícia que se apresente, não se acha em condições tão favoráveis a ponto de exercer influências decisivas no fomento ao desenvolvimento.

QUADRO XXXV/9

AMAZONIA - COLABORAÇÃO FINANCEIRA PRESTADA  
PELO BNDE A ENTIDADES LOCALIZADAS NA REGIÃO

PROJETOS	Data	Setor de Atividade	Valor do financiamento em milhares de cruzeiros
<u>AMAZONAS</u>			
<u>Cia. Petróleo da Amazônia</u> - Instalação de refinaria de petróleo com capacidade nominal de 5.000 barris por dia. Projeto iniciado em 1955 e concluído em 1957.	10.11.55	Indústria	70.000
<u>Serviços Elétricos do Estado do Amazonas</u> - Instalação de nova usina térmica em Manaus. A empresa desistiu de utilizar o financiamento concedido pelo Banco em face da transferência do acervo da empresa para a nova concessionária - Cia. de Eletricidade de Manaus. O contrato foi, então, rescindido amigavelmente.	18.10.56	Energia	14.221
<u>Madeiras Compensadas da Amazônia - COMPENSA</u> - Instalação de fábrica de compensados e laminados de madeira, com capacidade de produção de 48m <sup>3</sup> /dia de compensados, e 9m <sup>3</sup> /dia de laminados. A execução do projeto foi iniciada em 1960 e terminada em 1962.	24.05.62	Indústria	40.000
<u>Cia. Brasileira de Fiação e Tecedura de Juta</u> - Ampliação da capacidade de produção de artefatos de juta, bem como a instalação de prensagem de juta na cidade de Itacoatiara.	08.10.63	Indústria	280.000

PROJETOS	Data	Setor de Atividade	Valor do financiamento em milhares de cruzeiros
<u>PARÁ</u>			
<u>Fôrça e Luz do Pará S/A</u> - Instalação de 2 unidades a vapor de 7.500 KW cada uma; constituição de 2 circuitos em .. 34,5 KV, com 11 km de extensão; ampliação de subestações da rua Gaspar Viana; ampliação da rede de distribuição com a construção de 35 km de rede primária em 13,2KV e 120 km de rede secundária em 220/127 km.	22.03.60	Energia	319.000
<u>Fôrça e Luz do Pará S/A</u> - Idem, idem, idem	25.01.62	Energia	142.000
<u>AMAPÁ</u>			
<u>Cia. de Eletricidade do Amapá</u> Complementação de recursos em moeda nacional, necessários à conclusão da 1ª etapa do aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira do Paredão. Aprovado pela Decisão do C.A. de 17.3.64.		Energia	1.500.000

FONTE: BNDE - Departamento Econômico - Boletim Regional nº 4

BRASIL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Composição Regional da Colaboração Financeira,  
em Moeda Nacional, Aprovada  
(milhões de cruzeiros)

1952/64

A N O S	VALOR DA COLABORAÇÃO APROVADA (CR\$ MILHÕES)						Inter-regio- nal (1)
	BRASIL	REGIÕES GEO - ECONÔMICAS					
		Norte	Nordeste	Sudoeste	Sul	Centro-Oeste	
1952	47.240,0	-	47.240,0	26.560,7	-	-	
1953	52.502,6	-	26.041,9	16.743,6	12.900,3	-	
1954	76.837,3	7.244,9	39.948,5	7.463,3	53,0	-	
1955	52.910,2	12.391,8	31.283,7	7.901,4	2.744,5	-	
1956	122.417,7	2.557,1	108.675,1	28.504,4	1.058,3	539,6	
1957	145.079,8	5.252,8	108.739,1	6.964,8	1.405,3	1.515,2	
1958	157.810,5	8.837,6	146.371,0	4.308,9	5.263,1	4.230,8	
1959	101.325,6	2.195,6	85.190,6	756,2	1.357,3	570,2	
1960	122.535,5	5.353,5	115.007,4	10.234,7	724,1	151,2	
1961	135.292,4	780,1	120.135,0	13.950,8	10.517,7	-	
1962	71.512,8	3.418,5	38.725,7	7.422,9	2.414,4	-	
1963	149.348,3	8.289,6	135.001,9	160,0	12.800,0	-	
1964	136.731,9	12.205,0	110.066,9	130.971,7	51.239,0	7.017,0	
1952/64	1.381.845,7	71.755,4	1.113.426,8	130.971,7	51.239,0	7.017,0	

FONTE: BNDE, XIII Exposição sobre o Programa de Reparelhamento Econômico - 1964, Rio, 1965

(1): Principalmente navegação e transporte aéreo.

te para o pequeno produtor, incentivando o desenvolvimento do sistema cooperativista. Trabalho este de desenvolvido pelo Banco de Crédito da Amazônia S/A.

- b) Arrancada para o processo de industrialização da região, através de um trabalho visando a despertar o sentido empresarial dos homens da região e de captação de recursos em outras áreas, valendo-se, para isto, dos benefícios oriundos das políticas fiscal e monetária federais. Tarefa que vem sendo desenvolvida pelos bancos oficiais federais, especialmente o Banco de Crédito da Amazônia S/A.
- c) Dinamização e ampliação do campo de ação dos bancos comerciais regionais.

Tomando-se o período como um todo, é de se ressaltar o seguinte:

- evidente ascensão irregular no volume real de depósitos e aplicações.
- aumento significativo na participação do poder público nos depósitos regionais
- atuação inexpressiva da instituição de crédito nacional, especializada em desenvolvimento.



## 9.7 - CONCLUSOES

Com base nos dados colhidos e constantes deste trabalho, conclui-se que o crédito bancário apresentou, no período de 1947 a 1964, três fases distintas, sendo:

A primeira (período de 1947 a 1955) com as seguintes características:

- a) assistência financeira ao extrativismo, com grande parcela aplicada através dos aviadores.
- b) Crédito ao comércio de utilidades e gêneros importados, em termos reduzidos, em face de o sistema de vendas predominante ser à vista.
- c) Ausência total, na rêde bancária, de estabelecimentos privados sediados em outras regiões do país.

A segunda (período entre 1956 a 1962), evidenciando-se pelo seguinte:

- a) Continuidade do sistema de crédito ao extrativismo.
- b) Grande expansão nos financiamentos ao comércio de gêneros e utilidades, especialmente eletrodomésticos, em virtude da dinamização do sistema de crediário, com vendas a longo prazo, exigindo maior demanda de recursos.
- c) Afluxo de bancos com sede em outras regiões, os quais encontraram campo fácil para captação de recursos, valendo-se dos serviços de cobrança de títulos girados sobre a praça em decorrência das importações do comércio, do pagamento de taxas mais elevadas de juros aos depositantes e das facilidades que concedem aos tomadores de ordens de pagamento. Esses Bancos procuraram, também, justificar sua presença na área através de aplicação de uma parcela dos recursos reunidos, em empréstimos comerciais e ao público, mediante juros elevados, de forma disfarçada.

A terceira (período de 1963 e 1964), identificada por:

- a) Tentativa de fuga ao processo de financiamento aos setores de produção através dos aviadores, especialmen-



1979

FONTES INTERESTADUAIS E PRIVADAS DE FINANCIAMENTO

FONTE	FINALIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS	ENCARGOS FINANCEIROS				PRAZO	AMORTIZAÇÃO	GARÂNCIA	GARANTIAS	LIMITES	
			Juros	Comis. Banc.	Correção Monetária	Total					Individual	Global
SPVEA	Promover o desenvolvimento e emancipação econômica da Amazônia Brasileira	3% da renda tributária da União, Estados e Territórios	4%	..	..	4%	5 a 8 anos	conforme o projeto	Penhor Industrial Hipoteca Títulos Outros	flexível conforme a disponibilidade de da SPVEA	US\$ 26.6 milhões para 1965	
BCA	Financiar empreendimentos de valorização da Amazônia, Projeto a Prod. Borracha	Fundo de Fomento à Produção, Fundo de Fomento à Prod. Borracha Lei nº 4.216	12%	..	variável conforme o Fundo	12%	4 a 6 anos	conforme o projeto	Penhor Produção Hipoteca Garantia Cambial	Em função do empenho de empreendimento	Em 1964 o limite global para todas as operações foi de US\$ 138.8 milhões	
Bancos Privados	Prover crédito a curto prazo	Depósitos Banculares, Juros, Comissões, Outras operações	2 a 3% ao mês	..	..	2 a 3% ao mês	30 dias	Total	Cadastro Aval. Hipoteca Penhor Outras	..	50% de média dos depósitos	

FONTE, INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO

FONTE	FINALIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS	ENCARGOS FINANCEIROS				PRAZO	AMORTIZAÇÃO	GARANTIA	GARANTIAS	LIMITES	
			Juros	Comissões	Cor. Mo- netaria- tal	To- tal					Indivi- dual	Global
B I R D	Reconstrução e desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Incentivo ao comércio internacional.	contribuição dos países membros	5% a 6,25%	-	Total	-	conforme o projeto	conforme o projeto	Aval do governo do país	-	-	
IFC Companhia Financeira Internacional	Operações com empresas privadas em países subdesenvolvidos.	B I R D	variável conforme o projeto	-	Total	-	conforme o projeto	conforme o projeto	A empresa deve oferecer perspectivas de contabilidade	50% do projeto	-	
Eximbank de Washington D.C.	Financiar a exportação de bens e serviços americanos.	Governo dos EE.UU.	5,5%	-	Total	-	semestral	conforme o projeto	-	-	-	
B I D (a) Capital	Acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina	Capital Social	5%	1%	Total	-	semestral	conforme o projeto	Aval do governo do País Garantias Bancárias	-	-	
B I D (b) Operações Especiais	Acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina	Contribuições especiais do Gov. dos EE.UU. e O N U	4%	0,75%	Total	-	semestral	conforme o projeto	Aval do governo do País Garantias Bancárias	-	-	
B I D (c) Fundo Fiduciário			1,25% a 1,75%	0,75% comissão de serviço	Total	-	semestral	conforme o projeto			US\$ 525 milhões	



FONTES NACIONAIS DE FINANCIAMENTO

FONTE	FINALIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS	ENCARGOS FINANCEIROS			PRAZO	AMORTIZAÇÃO	CARENCIA	GARANTIAS	LÍMITES	
			Juros	Comissões	Cor. Monetária					Total	Individual
BNDE	Financiar a Infra-estrutura	Externos: - Fundo Trigo - BID Internos: - FUNAI - Fundo reaparelhamento de próprios - Outras	12%	1% abertura do crédito. 0,5% período de carência. 0,25% período de amortização	25 ± %	37 ± %	Semestral	Conforme o projeto	Hipoteca Aval Cauções - Títulos - Ações Fiança Reserva - Domínio - Outras	Até 60% do projeto	Global
			12%	1%	25 ± %	38 ± %	2 a 5 anos	Conforme o projeto	Hipoteca Penhor Aval Fiança	Até 200 milhões	
FIPEME	Financiar investimentos e vendas de maquinários e equipamentos Implantação Novas Indústrias e ampliação	AGÊNCIAS: - Nacionais - Estrangeiras - Internacionais Mercado Capitais Próprios B I D B N D E	8%	1% abertura do crédito 0,5% comissão de fiscalização	25 ± %	34 ± %	Semestral	Conforme o projeto	Hipoteca Penhor-Industrial Penhor-Mercantil Fiança Cauções de ações Debêntures Outras	US\$ 1 milhão	
			12%	4%	12%	28%	4 a 6 anos	Conforme o projeto	Hipoteca Penhor-Industrial Penhor-Mercantil Cauções de ações	Até 60% do projeto	
FUNDECE	Prover capital de giro Colocar no mercado ações das empresas	A I D Banco do Brasil Rendimentos próprios Fontes: nacionais ou externas	12%	4%	12%	28%	mensal	180 dias	Hipoteca Penhor-Industrial Penhor-Mercantil Cauções de ações	Até 60% do projeto	
			5%	-	25%	30 ± %	10 anos	2 anos	Conforme o autor	Até 85% do projeto	
FINEP	Financiar projetos e programas de desenvolvimento econômico	BID AID BNDE Banco do Brasil Rendimentos próprios Outros	12%	2%	0%	14%	Total ou parcial	nihil	Produção Fiança Outros	Até 5 milhões	Em 1963 o limite global para todas operações de CREA, foi de ordem de R\$ 205 bilhões
			12%	4%	0%	16%	1 ano	nihil	Gado Fiança Outros	Até 5 milhões	
B.B. -CREAI (a) Agricultura	Próprios FN-R Outros	até 500.000 500.000 a 1.000.000 mais de 1.000.000	12%	5%	0%	17%	Total ou parcial	nihil	Penhor-Industrial Hipoteca		
			12%	5%	20%	37%	até 5 anos	nihil	Penhor-Mercantil		
B.B. -CREAI (c) Indústria	Próprios FNRR Outros	até 500.000 500.000 a 1.000.000 mais de 1.000.000	12%	5%	0%	13%	Total	nihil	Penhor-Mercantil Das células do crédito rural	Até 5 milhões	
			12%	1% na abertura do crédito	0%	13%	até 2 anos	nihil	Penhor-Mercantil Das células do crédito rural	Até 5 milhões	
CNCR	Prestar Assistência Financeira às Atividades agropecuárias	A I D Fundo Trigo Juros Bancários Empréstimos Acordos Dotações orçamentárias	12%	1% na abertura do crédito	0%	13%	Total	nihil	Penhor-Mercantil Das células do crédito rural	Até 5 milhões	
			12%	1% na abertura do crédito	0%	13%	até 2 anos	nihil	Penhor-Mercantil Das células do crédito rural	Até 5 milhões	

FONTE: Adaptado de: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO E USAID/BRASIL, Estudo do Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso e Plano para Ação, 1965.

## 10 - ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS

### 10.1 - INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta, apenas, a análise da receita pública e, ao final, algumas considerações em torno da carga tributária. Com relação à despesa, a impossibilidade de aferição dos gastos do Governo Federal impediu-nos de examinar a evolução dos investimentos públicos na região amazônica, carecendo de importância, desta forma, qualquer tentativa de mensurar a ação governamental através dos seus dispêndios na área.

### 10.2 - RECEITA TRIBUTÁRIA

#### 10.2.1 - Estrutura da Receita Tributária segundo a Incidência

Impõe-se, inicialmente, estabelecer a distinção conceitual entre tributos de incidência direta e indireta.

Costuma-se distingui-los segundo a coincidência ou não das pessoas do contribuinte de direito e de fato. Assim, se o tributo percute sobre um indivíduo ou empresa e incide finalmente no mesmo contribuinte sobre o qual recai legalmente, o imposto é direto. Se, entretanto, o contribuinte de direito recolhe, em primeira instância, o imposto aos cofres públicos, atuando como um agente arrecadador para o governo e o transfere posteriormente a outrem, no todo ou em parte, diz-se que o tributo é indireto. O tributo indireto é, pois, aquele que é transferido do contribuinte de direito ao contribuinte de fato e o mecanismo de transferência atua via preços.

A distinção é particularmente relevante porque permite diferenciar entre si os agregados macro-econômicos renda ou produto a custo de fator e produto a preço de mercado.

O primeiro, agregado, isto é, renda ou produto social a custo de fator consiste no somatório das remunerações pagas aos fatores de produção participantes do processo produtivo que gerou determinado volume de bens e serviços finais no decorrer de determinado período, antes de deduzidos os impostos

diretos. Em outras palavras, o agregado a custo de fator inclui os tributos diretos.

Já os impostos indiretos (+), pelo fato de incorporarem-se aos preços finais dos bens e serviços produzidos, devem ser adicionados ao produto a custo de fator para obter-se o produto ao preço de mercado.

A distinção teórica aparentemente simples é, na realidade, muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista, ou mais especificamente: é difícil precisar-se o grau em que a transferência do tributo se efetiva. Tal grau dependerá, fundamentalmente, da elasticidade de procura e da oferta dos diversos bens sujeitos ao tributo (++).

A classificação dos tributos em diretos e indiretos para efeito de contabilidade social envolve, fatalmente, um elevado grau de arbitrariedade, pois poucos países ou nenhum teriam, para tal fim, levado a efeito pesquisas profundas sobre a incidência dos tributos que integram seus sistemas tributários.

Costuma-se classificar como de incidência direta os tributos que recaem sobre a renda, a propriedade, a transmissão da propriedade e, como indiretos, aqueles que incidem sobre a produção e a circulação dos bens, e as transações em geral, supondo-se que o tributo se incorpore, em sua totalidade, ao preço.

---

(+) líquidos dos subsídios que nada mais são que impostos indiretos negativos.

(++) Vide a respeito/Hugh Dalton - Princípios de Finanças Públicas, cap. VII - trad. para o português da EBAP, FGV, 1960.

QUADRO I/10  
 TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA (1)  
 ESTADOS DO NORTE, NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
 1950 - EM MILHÕES DE CR\$ CORRENTES

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO DIRETA		TRIBUTAÇÃO INDIRETA		TRIBUTAÇÃO TOTAL	
	CR\$ (milhões)	%	CR\$ (milhões)	%	CR\$ (milhões)	%
REGIÃO NORTE	137,5	23,77	441,0	76,23	578,5	100
AMAZONAS	50,1	21,27	185,4	78,73	235,5	100
PARÁ	87,4	25,48	255,6	74,52	343,0	100
REGIÃO NORDESTE	1.036,3	25,60	3.011,5	74,40	4.047,8	100
GUANABARA	3.731,2	34,79	6.944,4	65,21	10.725,6	100
BRASIL	13.271,8	33,37	26.494,8	66,63	39.769,6	100

FONTE: Revista Brasileira de Economia - março/63

(1) : O setor público compreende a União, Estados, Municípios, algumas autarquias estaduais e federais, inclusive o sistema de Previdência Social.

QUADRO II/10  
 TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA (1)  
 ESTADOS DO NORTE, NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
 1960 - EM MILHÕES DE CR\$ CORRENTES

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO DIRETA		TRIBUTAÇÃO INDIRETA		TRIBUTAÇÃO TOTAL	
	CR\$ (milhões)	%	CR\$ (milhões)	%	CR\$ (milhões)	%
REGIÃO NORTE	1.867,4	19,52	7.697,8	80,48	9.565,2	100
AMAZONAS	.650,7	18,20	2.924,7	81,80	3.575,4	100
PARÁ	1.216,7	20,31	4.773,1	79,69	5.989,8	100
REGIÃO NORDESTE	9.257,0	19,70	38.926,0	80,30	48.473,0	100
GUANABARA	36.991,3	33,81	72.431,8	66,19	109.423,1	100
BRASIL	148.441,3	27,17	397.857,0	72,83	546.335,4	100

FONTE: Revista Brasileira de Economia - março/63

(1): O setor público compreende a União, Estados, Municípios, Autarquias Estaduais e algumas Autarquias Federais, inclusive o sistema de Previdência Social.



QUÁDRO III/10

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA  
ESTADOS DO NORTE, NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
1961 - EM MIL Cr\$ CORRENTES

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO DIRETA		TRIBUTAÇÃO INDIRETA (1)		TRIBUTAÇÃO TOTAL	
	Cr\$ (mil)	%	Cr\$ (mil)	%	Cr\$ (mil)	%
REGIÃO NORTE	2.852.592	30,5	6.493.627	69,5	9.346.219	100
AMAZONAS	1.099.392	34,9	2.051.101	65,1	3.150.493	100
PARÁ	1.753.200	28,3	4.442.526	71,7	6.195.726	100
REGIÃO NORDESTE	14.844.803	26,6	40.917.914	73,4	55.762.717	100
GUANABARA	53.457.974	46,8	60.884.542	53,2	114.342.516	100
BRASIL	227.231.935	33,4	452.165.215	66,6	679.397.150	100

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - Fundação Getúlio Vargas

(1): A Tributação Indireta compreende somente os dados dos governos Federal, Estadual e Municipal, excluindo as Autarquias. A Tributação Direta inclui a Previdência Social.

QUADRO V/10  
 TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA  
 ESTADOS DO NORTE, NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
 1963 - EM MIL CR\$ CORRENTES

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO DIRETA		TRIBUTAÇÃO INDIRETA (1)		TRIBUTAÇÃO TOTAL	
	CR\$ (mil)	%	CR\$ (mil)	%	CR\$ (mil)	%
REGIÃO NORTE	6.453.785	29,8	15.179.639	70,2	21.633.424	100
AMAZONAS	2.350.532	29,3	5.674.081	70,7	8.024.613	100
PARÁ	4.103.253	30,2	9.505.558	61,2	13.608.811	100
REGIÃO NORDESTE	37.958.997	23,1	126.683.732	76,9	164.642.729	100
GUANABARA	136.453.892	39,8	206.193.783	60,2	342.647.675	100
BRASIL	591.282.965	30,5	1.344.863.956	69,5	1.936.146.921	100

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - Fundação Getúlio Vargas

(1): A Tributação Indireta compreende somente dados dos governos: Federal, Estadual e Municipal, excluindo as Autarquias. A Tributação Direta inclui a Previdência Social.

QUADRO VI/10  
 TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA  
 ESTADOS DO NORTE, NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
 1964 - EM MIL CR\$ CORRENTES

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO DIRETA		TRIBUTAÇÃO INDIRETA (1)		TRIBUTAÇÃO TOTAL	
	CR\$ (mil)	%	CR\$ (mil)	%	CR\$ (mil)	%
REGIÃO NORTE	12.486.024	27,6	32.683.870	72,4	45.173.894	100
AMAZONAS	4.716.879	26,3	13.220.473	73,7	17.937.352	100
PARÁ	7.769.145	28,5	19.463.397	71,5	27.236.542	100
REGIÃO NORDESTE	78.114.233	22,7	266.448.472	77,3	344.562.705	100
GUANABARA	279.955.097	40,2	415.722.942	59,8	695.678.039	100
BRASIL	1.184.568.820	29,2	2.865.526.624	70,8	4.050.095.444	100

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - Fundação Getúlio Vargas

(1): A Tributação Indireta compreende somente os govêrnos: Federal, Estadual e Municipal, excluindo as Autarquias. A Tributação Direta inclui a Previdência Social.

A análise dos quadros I a VI/10 evidencia a predominância da participação dos tributos indiretos sobre os diretos, tanto na região Norte como na região Nordeste, Brasil e Guanabara.

Verificamos também que a intensidade de participação da incidência indireta é maior na região Norte e Nordeste que na Guanabara e Brasil.

O fato de o Brasil e suas regiões apresentarem tal estrutura tributária não se constitui em nada de extraordinário, pois, como demonstra o quadro abaixo, o sistema tributário da maioria dos países subdesenvolvidos confere prioridade aos tributos indiretos.

ESTRUTURA TRIBUTÁRIA SEGUNDO A INCIDÊNCIA EM  
ALGUNS PAÍSES  
1960 - Em %

Discriminação	Trib.Direta	Trib.Indireta
Desenvolvidos		
Estados Unidos .....	66,4	33,6
Grã-Bretanha .....	51,7	48,3
Suécia .....	63,2	36,8
Noruega .....	54,5	45,5
Bélgica .....	58,1	41,9
Holanda .....	67,0	33,0
Subdesenvolvidos		
Colômbia .....	41,7	58,3
Brasil .....	28,6	71,4
Equador .....	36,3	63,7
Índia .....	28,0	72,0
Costa Rica.....	25,5	74,5
Honduras .....	13,4	86,6

FONTE: National Accounts Yearbook, Nações Unidas, 1962.

Do ponto-de-vista da política fiscal para países subdesenvolvidos, costumam alguns autores justificar a conveniência de tal estrutura, desde que fôr orientada no sentido de canalizar poupanças para o setor público, de maneira a não afetar ou interforir o mínimo com a poupança que se formaria espontâneamente no setor privado. A tributação incidiria preferencialmente sobre o consumo, não se permitindo a este que se expandisse proporcional ou mais que proporcionalmente ao crescimento da renda. Os recursos assim obtidos pelo

Govêrno seriam canalizados para investimentos de infrastrutura, a fim de proporcionar à economia d'esses países condições mais propícias ao seu desenvolvimento econômico.

A êsse argumento opõe-se o de que quanto mais indireta fôr a incidência tributária, mais regressivo será o sistema correspondente, no sentido de que as classes de renda mais baixa contribuiriam com parcela relativamente mais alta de sua renda. Nesse caso, o processo seria iníquo do ponto-de-vista da justiça social, uma vez que o ônus do desenvolvimento seria suportado com maior intensidade pelas classes de mais baixa capacidade contributiva, que formam a maior parte da população.

Contra-argumenta-se que tributos indiretos não são necessariamente sinônimos de tributos regressivos. O sistema tributário pode ser concebido de tal maneira a fazer com que os tributos indiretos tenham caráter progressivo, incidindo pouco ou nada sobre os consumos de caráter mais essencial e gradativamente mais sobre os menos essenciais e supérfluos.

A concepção do sistema tributário brasileiro não teria obedecido a um esforço consciente, coordenado e uno, orientado para objetivos sociais e econômicos especificamente definidos.

Não se quer dizer com isso que nossos legisladores não se tenham preocupado, em diferentes pontos no tempo, com considerações de ordem social e econômica. Parece-nos, entretanto, que a estruturação de nosso sistema tributário, assim como a distribuição de competência entre os diversos níveis do govêrno, teria como motivação principal assegurar recursos financeiros suficientes para que cada esfera de govêrno pudesse enfrentar as despesas a seu cargo.

Visando, portanto, fundamentalmente ao objetivo de maior volume de receitas, nosso sistema eminentemente indireto teria sido a resultante de um complexo de fatores institucionais de ordem social, econômica, política, psicológica e administrativa, os quais, nos países subdesenvolvidos, têm traços comuns. Vejamos, rapidamente, como atuam algumas dessas características.

A desigual distribuição da renda gera grupos de pressão contrários à tributação direta, fato êste ainda mais evidente quando se tratar de tributos de competência lo-

cal. Já a tributação indireta atinge todas as classes de renda, com maior ou menor grau de intensidade, dependendo das estruturas tributárias e dos orçamentos familiares, mas o importante no caso é que o seu campo de incidência é muito mais amplo.

Politicamente, é mais fácil aos governos valem-se dessa classe de tributos, pois fatores de ordem psicológica atuam no sentido de que encontrem menor resistência da parte dos produtores, que esperam transferi-los aos consumidores e destes porque não tomam muita consciência do seu ônus.

Do ponto-de-vista administrativo, os tributos indiretos são muito mais fáceis de arrecadar. O levantamento de receita através dos diretos exige um aparelhamento administrativo muito mais aperfeiçoado e conseqüentemente caro, portanto, mais próprio de país cujo grau de desenvolvimento permita um sistema mais eficiente de lançamento, arrecadação e controle.

A comparação da estrutura tributária entre os anos de 1950/60, revela ter-se verificado um crescimento relativamente maior da tributação indireta em todas as áreas analisadas. No período 1961/64, essa tendência não se modificou e os tributos indiretos mantiveram um crescimento relativamente maior que os diretos.

Convém ressaltar, no entanto, que, se compararmos o período 1961/64 com os anos de 1950 e 1960, constatamos na região amazônica e Guanabara um aumento na participação da tributação direta. Relativamente ao Nordeste e Brasil, este fato somente se verificou quando comparado a 1960.

Dois fatores concorreram para essa perda de importância da tributação indireta: o primeiro desses fatores foi simplesmente não conseguirmos efetuar o levantamento do montante de impostos indiretos arrecadados pelas autarquias federais no período 1961/64 que, como se verifica pela análise dos quadros VII e VIII/10, influencia substancialmente a participação da referida tributação na área amazônica; o outro fator que contribuiu para este fato foi o crescimento verificado na arrecadação da previdência social, em virtude não somente da alteração de 6% para 8% na alíquota de contribuição em outubro de 1960, como também pelos reajustamentos de salários-mínimos

mos decretados no período. Enquanto entre 1950 e 1960 os níveis de salários-mínimos foram reajustados quatro vezes ( dezembro de 1951, maio de 1954, julho de 1956 e dezembro de ... 1958), no período 1961/64, em apenas quatro anos, os referidos salários sofreram o mesmo número de reajustamentos ( outubro de 1960 - repercussão sobre 1961, outubro de 1961, janeiro de 1963 e fevereiro de 1964).

Relativamente aos estados da área amazônica, os mesmos seguiram a tendência da região e tiveram suas estruturas tributárias bem próximas daquela constatada para a região.



QUADRO VII/10

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
ESTADOS DO NORTE, REGIÃO NORDESTE GUANABARA E BRASIL  
1950 - EM MILHÕES DE CRIZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará				
		Total				
Tribut. Indireta	185,4	255,6	441,0	3 011,5	6 994,4	26 494,8
União	92,0	119,9	211,9	1 222,7	5 061,5	13 788,0
Gov. Federal	23,8	57,0	80,8	872,5	4 920,6	12 109,6
Autarquias Fed.	68,2	62,9	131,1	350,2	140,9	1 678,4
Estados	74,4	84,8	159,2	1 341,6	1 932,9	10 789,6
Municípios	19,0	50,9	69,9	393,2	-	1 917,2
Tribut. Direta	50,1	87,4	137,5	1 036,3	3 731,2	13 274,8
União	42,9	78,0	120,9	829,9	3 149,8	9 904,1
Gov. Federal	18,9	40,2	59,1	399,9	1 954,9	5 683,2
Autarquias Fed.	24,0	37,8	61,8	430,0	1 114,9	4 221,0
Estados	2,4	5,6	8,0	135,2	** 581,4	2 178,7
Municípios	4,8	3,8	8,6	71,2	-	1 192,0
Total	235,5	343,0	578,5	4 047,8	10 725,6	39 769,6
União	134,9	197,9	332,8	2 052,6	8 211,3	23 692,1
Gov. Federal	42,7	97,2	139,9	1 272,4	6 885,5	17 792,7
Autarquias Fed.	92,2	100,7	192,9	780,2	1 325,8	5 899,4
Estados	76,8	90,4	167,2	1 476,8	2 514,3	12 968,3
Municípios	23,8	54,7	78,5	464,4	-	3 109,2

(\*\*) Inclusive tributos de competência municipal.

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO VIII/10

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
1960 - EM MILHÕES DE CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	NORTE			REGIÃO NOR-ESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
Tribut. Indireta	2 924,7	4 773,1	7 697,8	38 926,0	72 431,8	397 857,0
União	1 762,2	2 940,1	4 702,3	19 542,4	54 637,6	220 259,4
Gov. Federal	197,9	1 279,9	1 477,8	7 824,8	24 830,9	132 792,6
Autarquias Fed.	1 396,6	1 461,1	2 857,7	8 269,6	2 736,9	35 066,8
Saldo dos Ágios	167,7	199,1	366,8	3 448,0	27 069,8	52 400,0
Estados	1 065,3	1 453,1	2 518,4	16 173,6	17 794,2	164 810,1
Gov. Estaduais	1 065,3	1 453,1	2 518,4	15 838,8	(*) 17 784,1	162 073,2
Autarquias Est.	-	-	-	334,8	10,1	2 736,9
Municípios	97,2	379,9	477,1	3 210,0	-	12 787,5
Tribut. Direta	650,7	1 216,7	1 867,4	9 477,0	36 991,3	148 478,4
União	588,4	1 123,6	1 712,0	7 998,0	33 471,1	124 184,6
Gov. Federal	287,8	570,4	858,2	3 217,8	20 667,1	66 668,1
Autarquias Fed.	300,6	553,2	853,8	4 780,2	12 804,0	57 516,5
Estados	32,5	40,0	72,5	853,9	(*) 3 520,2	14 857,1
Municípios	29,8	53,1	82,9	625,1	-	9 436,7
Total	3 575,4	5 989,8	9 565,2	48 403,0	109 423,1	546 335,4
União	2 350,6	4 063,7	6 414,3	27 540,4	88 108,7	344 444,0
Gov. Federal	485,7	1 850,3	2 336,0	11 042,6	45 498,0	199 460,7
Autarquias Fed.	1 697,2	2 014,3	3 711,5	13 049,8	15 540,9	92 583,3
Saldo dos Ágios	167,7	199,1	366,8	3 448,0	27 069,8	52 400,0
Estados	1 097,8	1 493,1	2 590,9	17 027,5	21 314,4	179 667,2
Gov. Estaduais	1 065,3	1 453,1	2 518,4	15 838,8	17 784,1	162 073,2
Autarquias Est.	-	-	-	334,8	10,1	2 736,9
Municípios	127,0	433,0	560,0	3 835,1	-	22 224,2

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE.  
(\* Incluir tributos de competência municipal.

QUADRO IX/10

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
ESTADOS DO NORTE, REGIÃO NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
1961 - EM MIL CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
Tribut. Indireta	2 051 101	4 442 526	6 493 627	41 418 000	60 884 542	452 165 339
União	259 802	1 682 547	1 942 349	11 043 000	36 186 756	196 553 278
Gov. Federal	259 802	1 682 547	1 942 349	11 043 000	36 186 756	196 553 278
Estados	1 703 516	2 269 171	3 972 687	25 545 000	(*) 24 697 786	236 760 555
Municípios	87 783	490 808	578 591	4 830 000	-	18 851 506
Trib. Direta	1 099 392	1 753 200	2 852 592	14 945 000	53 457 974	227 232 435
União	1 036 646	1 661 451	2 698 097	12 749 000	48 887 007	195 810 853
Gov. Federal	384 646	675 451	1 060 097	4 474 000	26 200 307	90 917 953
Autarquias	652 000	986 000	1 638 000	8 275 000	22 686 700	104 892 900
Estados	39 798	41 820	81 618	1 116 000	(*) 4 570 967	18 558 076
Municípios	22 948	49 929	72 877	1 080 000	-	12 863 506
Total	3 150 493	6 195 726	9 346 219	56 363 000	114 342 516	679 397 774
União	1 296 448	3 343 998	4 640 446	23 792 000	85 073 763	392 364 131
Gov. Federal	644 448	2 357 998	3 002 446	15 517 000	62 387 063	287 471 231
Autarquias	652 000	986 000	1 638 000	8 275 000	22 686 700	104 892 900
Estados	1 743 314	2 310 991	4 054 305	26 661 000	29 268 753	255 318 631
Municípios	110 731	540 737	651 468	5 910 000	-	31 714 388

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - F.G.V.  
(\* ) Inclusive tributos de competência municipal.

QUADRO X - 10

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
ESTADOS DO NORTE, REGIÃO NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
1962 - EM MIL CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE		REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará			
Tribut. Indireta	2 932 464	6 499 856	63 872 000	108 178 915	743 128 968
União	420 468	2 790 905	18 506 000	60 734 393	329 700 621
Gov. Federal	420 468	2 790 905	18 506 000	60 734 393	329 700 621
Estados	2 400 308	2 999 000	37 774 000	(*) 47 444 522	385 723 200
Municípios	111 688	709 951	7 592 000	-	27 705 147
Tribut. Direta	1 449 046	2 384 565	20 054 000	75 072 196	323 074 712
União	1 391 146	2 203 340	17 582 000	69 501 226	285 027 633
Gov. Federal	558 546	780 740	4 975 000	35 646 626	125 959 233
Autarquias	832 600	1 422 600	12 607 000	33 854 600	159 068 400
Estados	16 335	45 100	494 000	(*) 5 570 370	15 182 028
Municípios	41 565	136 125	1 978 000	-	22 865 051
Total	4 381 510	8 884 421	83 926 000	183 251 111	1 066 203 680
União	1 811 614	4 994 245	36 106 000	130 235 619	614 728 254
Gov. Federal	979 014	3 571 645	23 481 000	96 381 019	455 659 854
Autarquias	832 600	1 422 600	12 607 000	33 854 600	159 068 400
Estados	2 416 643	3 044 100	38 268 000	53 015 492	400 905 228
Municípios	153 253	846 076	9 570 000	-	50 570 198

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - F.G.V.

(\*) Inclusive tributos de competência municipal

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
ESTADOS DO NORTE, REGIÃO NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
1963 - EM MIL CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE		REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará (*)			
Tribut. Indireta	5 674 081	9 505 568	15 179 649	206 193 783	1 344 863 956
União	728 839	5 170 265	5 899 104	123 441 749	603 357 325
Gov. Federal	728 839	5 170 265	5 899 104	123 441 749	603 357 325
Estados	4 544 376	2 999 000	7 543 376	82 752 034	686 825 855
Municípios	(1) 400 866	1 336 293	1 737 159	-	54 680 776
Tribut. Direta	2 350 532	4 103 253	6 453 785	136 453 892	591 282 965
União	2 188 861	3 801 915	5 990 776	128 472 617	528 658 041
Gov. Federal	825 361	1 114 115	1 939 476	69 133 417	251 012 641
Autarquias	1 363 500	2 687 800	4 051 300	59 339 200	277 645 400
Estados	12 502	45 100	57 602	(**) 7 981 275	18 709 591
Municípios	149 169	256 238	405 407	-	43 915 333
Total	8 024 613	13 608 821	21 633 434	342 647 675	1 936 146 921
União	2 917 700	8 972 180	11 889 880	251 914 366	1 132 015 366
Gov. Federal	1 554 200	6 284 380	7 838 580	192 575 166	854 369 966
Autarquias	1 363 500	2 687 800	4 051 300	59 339 200	277 645 400
Estados	4 556 878	3 044 100	7 600 978	90 733 309	705 535 446
Municípios	550 035	1 592 531	2 142 566	-	98 596 109

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - F.G.V.

(\*) Orçamento para 1962

(\*\*) Inclusive tributos de competência municipal

(1) Estimativa



QUADRO XII/LC

TRIBUTAÇÃO SEGUNDO A INCIDÊNCIA E ESFERAS DE GOVERNO  
ESTADOS DO NORTE, REGIÃO NORDESTE, GUANABARA E BRASIL  
1964 - EM MIL CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
<b>Tribut. Indireta</b>						
União	13 220 473	29 463 397	42 683 870	266 448 000	415 722 942	2 865 526 624
Gov. Federal	1 364 576	10 736 655	12 101 231	72 790 000	247 133 217	1 227 525 920
Estados	1 364 576	10 736 655	12 101 231	72 790 000	247 133 217	1 227 525 920
Municípios	11 455 032	15 624 777	27 079 809	167 582 000	(1) 168 589 725	1 544 329 461
	(*) 400 866	3 101 965	3 502 830	26 076 000	-	93 671 243
<b>Tribut. Direta</b>						
União	4 716 879	7 769 145	12 486 024	75 003 000	279 954 097	1 181 568 820
Gov. Federal	4 531 297	7 138 496	11 669 793	70 569 000	262 211 472	1 078 681 320
Autarquias	1 888 397	2 221 896	4 110 293	19 878 000	140 635 272	500 141 420
Estados	2 642 900	4 916 600	7 559 500	50 691 000	121 576 200	578 539 900
Municípios	36 412	35 838	72 250	1 186 000	(1) 17 742 625	29 810 981
	149 170	594 811	743 981	3 248 000	-	73 076 519
<b>Total</b>	17 937 352	37 232 542	55 169 894	341 451 000	695 677 639	4 047 095 444
União	5 895 873	17 875 151	23 771 024	143 359 000	509 344 689	2 306 207 240
Gov. Federal	3 252 973	12 958 551	16 211 524	92 668 000	387 768 489	1 727 667 340
Autarquias	2 642 900	4 916 600	7 559 500	50 691 000	121 576 200	578 539 900
Estados	11 491 444	15 660 615	27 152 059	168 768 000	186 332 350	1 574 149 442
Municípios	550 035	3 696 776	4 246 811	29 324 000	-	169 747 762

FONTE: Centro de Estudos Fiscais - IBRE - F.G.V.

(\*) Mantida a estimativa de 1963

(1) Inclusive tributos de competência municipal.

QUADRO XIII/10

RECEITA TRIBUTÁRIA SEGUNDO ESFERAS DE GOVERNO

1950 e 1960

EM % DO TOTAL DAS COLUNAS

DISCRIMINAÇÃO	1950			1960 (**)		
	Norte	Nordeste	Brasil	Norte	Nordeste	Brasil
União	57,5	50,7	59,6	65,8	53,6	59,1
Gov. Federal	24,2	31,4	44,7	25,4	24,6	40,4
Autarquias Fed.	33,3	19,3	14,9	40,4	29,0	18,7
Estados (*)	28,9	36,5	32,6	28,2	37,5	36,4
Municípios	13,6	11,5	7,8	6,1	8,5	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Dados básicos do IBRE

(\*) Incluindo Governos e Autarquia Estaduais

(\*\*) Exclusive saldo dos ágrs



RECEITA TRIBUTÁRIA SEGUNDO ESFERAS DE GOVERNO

1961 e 1962

EM % DO TOTAL DAS COLUNAS

DISCRIMINAÇÃO	1961			1962		
	Norte	Nordeste	Brasil	Norte	Nordeste	Brasil
União	49,6	42,2	57,7	51,3	43,0	57,6
Gov. Federal	32,1	27,5	42,3	34,3	28,0	42,7
Autarquias (1)	17,5	14,7	15,4	17,0	15,0	14,9
Estados	43,4	47,3	37,6	41,2	45,6	37,6
Municípios	7,0	10,5	4,7	7,5	11,4	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Autarquias - Somente Previdência Social

## RECEITA TRIBUTÁRIA SEGUNDO ESFERAS DO GOVÉRNO

1963 e 1964

EM % DO TOTAL DAS COLUNAS

DISCRIMINAÇÃO	1963			1964		
	Norte	Nordeste	Brasil	Norte	Nordeste	Brasil
União	55,0	41,0	58,5	43,1	42,0	57,0
Gov. Federal	36,2	26,8	44,1	29,4	27,2	42,7
Autarquias (1)	13,8	14,2	14,4	13,7	14,8	14,3
Estados	35,1	46,8	36,4	49,2	49,4	38,9
Municípios	9,9	12,2	5,1	7,7	8,6	4,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Autarquias - Sômente Previdência Social

10.2.2 - Estrutura da Receita Tributária segundo Esferas de  
Governo: Incidência e Principais Impostos

Os Quadros XIII a XV/10 evidenciam a participação relativa das várias esferas do govêrno na arrecadação tributária total na região Norte, Nordeste e Brasil.

Pela análise desses quadros, observa-se que em 1960, relativamente a 1950, a participação da União se elevou na área Norte e Nordeste, caindo ligeiramente no país como um todo.

Na região Norte o crescimento da participação da União teve como principal responsável as autarquias federais, pois o govêrno federal aumentou apenas modestamente sua participação, passando de 24,2% para 25,4%. A esfera estadual praticamente manteve sua participação e a esfera municipal diminuiu sua participação de 13,6% para 6,1%. No Nordeste as autarquias foram as únicas responsáveis pelo aumento da participação da União, pois, inclusive a participação do Govêrno Federal caiu de 31,4% para 29%. A esfera estadual aumentou ligeiramente sua participação e os municípios perderam posição passando de 11,5% para 8,5%. No Brasil, apenas os Estados tiveram suas participações aumentadas, provavelmente pela evolução do imposto sobre vendas e consignações. Convém evidenciar, aliás, que, se computássemos apenas a previdência social no item das autarquias, a esfera estadual teria aumentado na área amazônica e teria sido maior no Brasil e Nordeste.

Para o período 1961/64, computou-se apenas as autarquias federais, e, dentre estas, unicamente a previdência social.

Tomando-se 1961 como base, a análise da evolução da participação das três esferas de govêrno na região Norte evidencia que, enquanto a União e os Municípios tiveram suas participações aumentadas no período 1961/63, os Estados tiveram as suas diminuídas. No ano de 1964 a participação da União caiu tanto em relação a 1963 como em relação a 1961, e a participação dos Municípios caiu somente em relação a 1963, crescendo unicamente a participação dos Estados que no referido ano alcançou a mais alta participação dessa esfera de govêrno no período 1961/64.

Na região Nordeste praticamente não se modificou a participação da União; os Estados aumentaram sua participação e os municípios perderam posição. Para o país como um todo, os Estados apresentaram ligeiro aumento, a União apresentou pequena diminuição em sua participação e os municípios melhoraram ligeiramente no período 1961/63, caindo em 1964 abaixo da participação obtida em 1961.

Convém evidenciar que, enquanto no Nordeste a arrecadação de competência dos Estados foi relativamente maior que aquela de competência da União, em todos os anos analisados na região Norte a arrecadação de competência dos Estados somente teve participação maior que a da União no ano de 1964. A causa desse fato foi a importância da previdência social e do imposto de consumo na arrecadação da União na área amazônica, sendo que este último imposto, quase que exclusivamente no Estado do Pará.

Constatamos ainda que a participação da União na região Norte foi maior do que a da mesma esfera do governo no Nordeste e menor que a do país como um todo.

PORCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1950

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GB	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
União	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	68,2	60,6	63,7	59,6	61,6	58,2
Tribut. direta	31,8	39,4	36,3	40,4	38,4	41,8
Gov. Federal	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	55,7	58,6	57,7	68,6	71,5	68,0
Tribut. Direta	44,3	41,4	42,3	31,4	28,5	32,0
Autarquias Federais	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	74,0	62,5	68,0	44,9	10,6	28,5
Tribut. direta	26,0	27,5	32,0	55,1	89,4	71,5
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	96,9	93,8	95,2	91,2	76,9	83,2
Tribut. direta	3,1	6,2	4,8	8,8	23,1	16,8
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	79,8	93,0	89,0	84,7		61,7
Tribut. direta	20,2	7,0	11,0	15,3		38,3

FONTE: Dados básicos do IBRE

QUADRO XVII/10

PERCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1960

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
União	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	81,8	72,4	73,3	70,7	62,0	63,9
Tribut. direta	18,2	27,6	26,7	29,3	38,0	36,1
Gov. Federal	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	55,9	72,2	58,2	77,8	96,9	73,5
Tribut. direta	44,1	27,8	31,8	22,2	3,1	26,5
Autarquias federais	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	82,3	72,5	77,0	63,4	17,6	37,9
Tribut. direta	17,7	27,5	23,0	36,6	82,4	62,1
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	97,0	97,3	97,2	95,0	83,5	91,7
Tribut. direta	3,0	2,7	2,8	5,0	16,5	8,3
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	76,5	37,7	85,2	83,7	-	57,5
Tribut. direta	23,5	12,3	14,8	16,3	-	42,5

FONTE: IBRE

QUADRO XVIII/10

PERCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1961

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GB	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
	União	100	100			
Tribut. indireta(*)	20,0	50,3	41,8	46,4	42,5	50,1
Tribut. direta (**)	80,0	49,7	58,2	53,6	57,5	49,9
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	97,7	98,1	97,9	95,8	84,4	92,7
Tribut. direta	2,3	1,9	2,1	4,2	15,6	7,3
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	79,3	90,7	88,8	81,7		59,4
Tribut. direta	20,7	9,3	11,2	18,3		40,6

FONTE: IBRE

(\*) Somente dados do Governo Federal

(\*\*) Compreende Governo Federal e Previdência Social



QUADRO XIX/10  
 PERCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1962  
 REGIÃO NORDESTE; ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	Guanabara	Brasil
	Amazonas	Pará	Total			
União	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta(*)	23,2	55,9	47,2	51,3	46,6	53,6
Tribut. direta (**)	76,8	44,1	52,8	48,7	53,4	46,4
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	99,3	98,2	98,9	98,7	39,5	96,2
Tribut. direta	0,7	1,8	1,1	1,3	10,5	3,8
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	72,9	83,9	82,2	79,3	-	54,8
Tribut. direta	27,1	16,1	17,8	20,7	-	45,2

FONTE: IBRE

(\*) Somente dados do Governo Federal  
 (\*\*) Compreende Governo Federal e Previdência Social

## PERCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1963

## REGIÃO NORDESTE, ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	Brasil
	Amazonas	Pará	Total			
União	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta(*)	25,0	57,6	49,6	50,7	68,3	53,3
Tribut. direta (**)	75,0	42,4	50,4	49,3	31,7	46,7
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	99,7	98,5	99,2	99,1	91,2	97,3
Tribut. direta	0,3	1,5	0,8	0,9	8,8	2,7
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	72,9	83,9	81,1	79,9	-	55,5
Tribut. direta	27,1	16,1	18,9	20,1	-	44,5

FONTE: IBRE

(\*) Somente dados do Governo Federal

(\*\*) Compreende Governo Federal e Previdência Social

## PERCENTAGEM DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA - 1964

## REGIÃO NORDESTE, ESTADOS DO NORTE, GUANABARA E BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE	GUANABARA	BRASIL
	Amazonas	Pará	Total			
União	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta(*)	23,1	60,0	50,9	50,8	48,5	53,2
Tribut. direta (**)	76,9	40,0	49,1	49,2	51,5	46,8
Estados	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	99,6	99,7	99,7	99,3	90,4	98,1
Tribut. direta	0,4	0,3	0,3	0,7	9,6	1,9
Municípios	100	100	100	100	100	100
Tribut. indireta	72,9	83,9	82,4	88,9	-	55,2
Tribut. direta	27,1	16,1	17,6	11,1	-	44,8

FONTE: IBRE

(\*) Somente dados do Governo Federal

(\*\*) Compreende Governo e Previdência Social

### 10.2.2.1 - Esfera da União

A análise dos quadros XVI a XXI/10 revela que a estrutura tributária, segundo a incidência na área amazônica, não se comportou de uma forma muito diferente daquela constatada para o Nordeste, Brasil e Guanabara. Relativamente ao Nordeste, este fato se verificou para todos os anos analisados. Com respeito à Guanabara e Brasil, este fato não se verificou igualmente para todos os anos, pois, em 1960, enquanto a tributação indireta na região alcançou a participação de 73,3%, naquelas duas áreas as participações foram de 22,0% e 63,9% respectivamente; em 1961 apenas o Brasil apresentou um desvio considerável e em 1963 apenas na Guanabara os tributos indiretos tiveram uma participação bem acima daquela obtida na região Norte, 68,3% contra 49,6%.

Observa-se, ainda, nos referidos quadros, que em todas as áreas analisadas a participação dos tributos indiretos nos anos de 1950 e 1960 apresentaram-se bem acima daquelas constatadas no período 1961/64. As causas da diminuição da importância dos tributos indiretos neste último período foram as duas já apontadas anteriormente, ou seja, não inclusão dos impostos indiretos provenientes das autarquias federais (principalmente o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes DNER) e o grande crescimento verificado na arrecadação da previdência social.

Relativamente aos Estados da região Norte, a análise do período 1961/64 evidencia a predominância da tributação direta no Amazonas e a da indireta no Pará. A explicação para este fato reside na importância que tem para o primeiro Estado a arrecadação da previdência social, e a arrecadação do imposto de consumo para o segundo. Para os anos de 1950 e 1960, a tributação indireta predominou em todos os estados, não somente pela participação pequena da previdência social, como também pela inclusão dos tributos indiretos correspondentes às autarquias federais.

Dentre os tributos diretos de competência da União, convém observar o comportamento daqueles de maior importância: imposto de renda e contribuições para a previdência social (contribuição de empregados e empregadores).

Os quadros XXVIII a XXXIII/10 evidenciam as diferenças regionais da participação relativa desses dois tributos diretos, tanto na receita tributária da União, quanto na receita tributária total.

Por esses quadros podemos verificar que, para os anos de 1950 e 1960, enquanto a arrecadação da previdência social na área amazônica e nordestina teve uma importância relativamente maior, no Brasil o imposto de renda apresentou importância maior.

No período 1961/64, incluindo-se também a Guarabara, podemos constatar que foi somente neste Estado (excluindo-se 1962), que o imposto de renda teve uma importância maior que a arrecadação da Previdência Social, pois mesmo em relação ao Brasil o imposto de renda perdeu sua posição em benefício da arrecadação das referidas autarquias.

Quanto aos fatores que influenciam o crescimento da arrecadação da Previdência Social, convém evidenciar que a evolução dessa arrecadação depende do crescimento do número de segurados, do reajuste das alíquotas, dos aumentos de salários-mínimos e da fixação do salário-teto de contribuição segundo o número de vezes o maior salário-mínimo vigente.

De fato, enquanto entre 1950 e 1960 o salário-mínimo foi reajustado apenas quatro vezes, a alíquota de contribuição alterada de 5% para 6% em 1950 e o salário de contribuição esteve limitado, até 1956, a Cr\$ 2.400, o maior salário mínimo vigente no país; em outubro de 1960 a alíquota passou para 8%, o salário máximo de contribuição, que até então era de Cr\$ 18.000 (3 x 6.000), foi alterado desse mês em diante para Cr\$ 48.000 (5 x 9.600) e o salário-mínimo no curto período de 1961/64 sofreu o mesmo número de reajustamento que sofrera no período de 10 anos.

A constatação da importância relativamente maior da arrecadação da previdência social tem uma explicação paradoxal, em se tratando de contribuições que possuem a característica de tributos diretos: é que, do ponto-de-vista regional, a cobrança das referidas contribuições assume um caráter regressivo. Isto porque a alíquota incide sobre o valor nominal da remuneração dentro de uma faixa compreendida entre o salário-mínimo local e um salário máximo de contribuição igual a um certo número de vezes (determinado em lei) o maior salário-mínimo vigente no país. Assim sendo, quanto mais pobre o Estado, mais ampla é a

faixa de aplicação direta da alíquota, e maior a frequência relativa de remunerações sujeitas a esse sistema. O limite máximo da contribuição será mais facilmente atingido em áreas mais ricas.

Infelizmente, com os dados até agora coligidos não se pode apurar o efeito líquido da operação do sistema da Previdência Social em termos regionais, pois pode acontecer que a concessão de benefícios da previdência atenua ou invalide o efeito regressivo das contribuições.

Relativamente aos Estados da Região, excluindo-se o Estado do Pará em 1950, a arrecadação da Previdência Social foi mais importante do que o imposto de renda em todos os anos analisados. A partir de 1961 observa-se bem mais nitidamente a maior importância da previdência social.

Quanto aos tributos indiretos, o imposto de consumo se constitui no mais importante tributo de esfera da União em termos de volume de arrecadação.

Os quadros XXXI a XXXIII/10 mostram a participação do imposto de consumo na receita tributária da União e na tributária total.

A comparação da participação do imposto de consumo com a da previdência social e a do imposto de renda evidencia que na região amazônica o imposto de consumo teve uma importância relativamente maior nos anos de 1960 e 1962/64.

Em 1950 a Previdência e o imposto de renda foram mais importantes e em 1961 apenas a previdência teve uma participação mais alta que a do imposto de consumo.

Comparando a região Norte com as demais áreas analisadas, constatamos que na quase totalidade dos referidos anos não houve diferença no comportamento da importância relativa desses tributos, pois, excluindo-se 1961, quando na Guayana a participação do imposto de renda e previdência tiveram uma participação maior que o imposto de consumo, todas as áreas apresentaram uma participação mais alta do imposto de consumo.

Convém ressaltar, no entanto, que, embora em quase todos os anos o imposto de consumo tenha sido relativamente mais importante para a região, com respeito aos Estados, enquanto no Amazonas o imposto de consumo sempre apresentou uma participação bem inferior à da Previdência e à do imposto

de renda; o Estado do Pará, excluindo 1950, ano em que a Previdência e o imposto de renda foram ligeiramente mais importantes, teve a participação do imposto de consumo bastante superior à dos dois referidos tributos, alcançando no período 1961/64 uma participação média em torno de 45% da arrecadação tributária da União.

A explicação para essa constatação reside, principalmente, no fato de o imposto de consumo incidir sobre a transformação industrial e, portanto, sua arrecadação ser menor naquelas áreas em que o setor secundário seja mais incipiente.

Convém registrar, ainda, que essa importância do imposto de consumo resultou também das alterações que sua legislação sofreu no período em análise (transformação de incidências específicas em "ad valorem", aumento de alíquotas, criação de adicionais, etc.). A modificação mais importante sofrida por esse imposto foi a de 1959, pois transformou a incidência cumulativa em incidência sobre valor adicionado.



QUADRO XXII/ :  
RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS

NORTE, NORDESTE, BRASIL

- 1950 -

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (G\$ 1 000)			NORDESTE		BRASIL	
	Amazonas	Pará	Total	G\$ 1 000	%	G\$ 1 000	%
União	61 185	129 445	190 630	1 779 100	51,9	22 250 700	47,1
Governo Federal	37 185	91 645	128 830	1 272 400	35,1	17 792 700	33,7
Consumo	12 147	36 047	48 194	622 000	13,1	6 409 800	16,5
Renda	18 343	40 073	58 416	382 800	15,9	5 581 600	14,6
Importação	2 182	8 049	10 231	95 000	2,8	1 694 900	4,4
Selos	4 513	7 476	11 989	105 000	3,3	1 900 400	5,0
Outros	-	-	-	67 600	-	2 206 000	5,3
Autarquias Federais (1)	24 000	37 800	61 800	506 700	16,8	4 458 000	11,6
Estados	46 958	77 050	124 008	1 530 800	33,8	12 968 300	33,8
Governos Estaduais	46 958	77 050	124 008	1 495 300	33,8	12 724 100	33,2
Vendas + Consignações	44 601	71 500	116 101	953 000	31,6	8 533 600	22,3
Inter-vivos	1 932	3 200	5 132	72 000	1,4	1 157 100	3,0
Causa-Mortis	238	2 000	2 238	27 900	0,6	259 100	0,7
Territorial Rural	187	350	537	32 700	0,1	366 500	0,9
Outros	-	-	-	209 600	-	2 407 800	6,3
Autarquias estaduais	-	-	-	35 600	-	244 200	0,6
Municípios	7 213	45 221	52 434	464 400	14,3	3 109 200	8,0
Predial	2 060	3 625	5 685	59 200	1,5	1 111 000	2,9
Indústrias + Profissões	4 352	38 621	42 973	253 000	11,7	1 151 200	3,0
Territorial Urbano	-	-	-	4 800	-	241 900	0,6
Licença	801	2 975	3 776	37 600	1,0	502 100	1,3
Outros	-	-	-	109 800	-	103 000	0,3
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>115 356</b>	<b>251 711</b>	<b>367 072</b>	<b>3 774 300</b>	<b>100,0</b>	<b>38 328 200</b>	<b>100,0</b>

FONTE : IBRE - FGV  
(1) Somente Previdência Social

RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS:

NORTE, NORDESTE, BRASIL

- 1960 -

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (R\$ 1 000)			NORDESTE		BRASIL	
	Amazonas	Pará	Total	R\$ 1 000	%	R\$ 1 000	%
União	723 449	2 326 076	3 049 525	17 419 800	55,1	264 425 000	45,5
Governo Federal	422 849	1 773 876	2 196 725	11 112 600	39,7	1 994 460 700	29,0
Consumo	77 918	1 048 840	1 126 758	5 845 600	20,4	83 511 800	15,3
Renda	257 154	518 660	775 814	3 017 600	14,0	62 229 200	7,9
Importação	20 079	66 854	86 933	632 200	1,6	22 031 700	3,7
Selos	66 305	132 466	198 771	1 144 400	3,6	23 951 300	3,0
Outros	(1) 1 393	7 056	8 449	472 800	0,2	7 734 000	1,2
Autarquias Federais (3)	300 600	552 200	852 800	6 308 200	15,4	64 964 300	16,5
Estados	849 808	1 265 000	2 114 808	17 027 500	38,2	179 667 200	44,5
Governos Estaduais	849 808	1 265 000	2 114 808	16 692 700	38,2	176 930 300	43,6
Vendas e Consignações	821 154	1 200 000	2 021 154	11 346 200	36,6	133 732 200	29,6
Inter Vivos	21 094	40 000	61 094	537 500	1,1	7 051 200	1,4
Causa Mortis	4 779	100 000	14 779	170 600	0,3	1 767 700	0,4
Territorial Rural	2 781	15 000	17 781	139 100	0,3	1 867 300	0,4
Outros	-	-	-	4 498 300	11,8	32 508 300	11,0
Autarquias Estaduais	-	-	-	334 800	0,9	2 736 900	0,6
Municípios	42 421	323 044	365 465	3 835 100	6,6	22 224 200	10,0
Predial	15 811	49 959	65 770	535 000	1,2	8 476 100	1,4
Indústrias + Profissões	18 826	239 208	258 034	2 217 500	4,7	7 604 300	5,8
Territorial Urbano	-	-	-	41 600	0,1	1 771 100	0,1
Licença	7 784	33 877	41 661	188 500	0,8	1 999 800	0,4
Outros	-	-	-	852 500	2,2	2 372 800	6,5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 615 678</b>	<b>3 914 120</b>	<b>5 529 798</b>	<b>38 282 400</b>	<b>100,0</b>	<b>466 516 400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBRE - FGV. (1) Soment: Energia Elétrica; (2) Soment: Energia Elétrica; (3) Autarquias - Soment: Previdência Social.

QUADRO XXIV/O  
RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS  
NORTE, NORDESTE, GUANABARA, BRASIL  
1961 - em \$ 1 000

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (em \$ 1 000)			NORDESTE		GUANABARA		BRASIL	
	Amazonas	Pará	Total	em \$ 1 000	%	em \$ 1 000	%	em \$ 1 000	%
União	1 296 448	3 341 998	4 638 446	23 791 891	61,8	85 074 763	74,4	392 363 631	57,3
Governo Federal	644 448	2 355 998	3 002 446	15 517 791	24,3	62 387 063	54,6	287 470 731	42,0
Consumo	111 524	1 349 636	1 461 160	8 435 381	11,8	22 087 589	19,3	122 690 144	17,9
Renda	346 907	616 636	963 543	4 103 958	7,8	23 474 295	20,5	83 696 545	12,2
Importação	28 130	72 334	100 464	696 120	0,8	8 965 710	7,8	35 715 751	5,2
Sêlos	105 619	194 602	300 221	1 713 185	2,4	5 706 286	5,0	36 053 569	5,3
Outros (2)	52 268	122 790	175 058	569 147	1,4	2 253 183	2,0	9 314 722	1,4
Autarquias Federais (1)	652 000	986 000	1 638 000	8 274 100	13,3	22 687 700	19,8	104 892 900	15,3
Estados	1 743 314	2 310 991	4 054 305	26 661 469	32,9	24 129 719	21,1	255 318 631	37,3
Governos Estaduais	1 743 314	2 310 991	4 054 305	26 661 469	32,4	24 129 719	21,1	255 318 631	37,3
Vendas + Consignações	1 255 199	1 622 972	2 878 171	18 580 838	23,4	21 558 199	18,8	196 851 564	28,8
Outros	488 115	688 019	1 176 134	8 080 631	9,5	2 571 520	2,2	58 467 067	8,5
Municípios	110 731	540 737	651 468	5 810 107	5,3	5 139 034	4,5	36 884 139	5,4
Predial	16 515	44 806	61 321	646 794	0,5	2 669 709	2,3	11 463 451	1,7
Indústrias + Profissões	27 270	364 862	392 132	3 509 581	3,2	859 287	0,8	11 848 125	1,7
Territorial Urbano	1 866	3 509	5 375	84 314	0,1	436 025	0,4	2 453 068	0,4
Licença	9 021	32 439	41 460	241 908	0,3	940 956	0,8	2 646 642	0,4
Outros	56 059	95 121	151 180	1 326 603	1,2	233 057	0,2	8 472 853	1,2
TOTAL GERAL	3 150 493	6 193 726	9 344 219	56 263 467	100,0	114 443 516	100,0	684 566 401	100,0

FONTE: DADOS BÁSICOS DO IBRE

(1) Contribuição para Previdência Social

(2) Inclusive imposto sobre Energia Elétrica



RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS

NORTE, NORDESTE, GUANABARA, BRASIL

1962 - G\$ 1 000

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (G\$ 1 000)			NORDESTE			GUANABARA			BRASIL		
	Amazonas	Pará	Total	G\$ 1 000	%	G\$ 1 000	%	G\$ 1 000	%	G\$ 1 000	%	
	União	1 811 614	4 994 245	6 805 859	36 090 310	43,0	130 235 619	62,3	614 728 254	57,2		
Governo Federal	979 014	3 571 645	4 550 659	23 483 510	28,0	96 381 019	50,5	455 659 854	42,4			
Consumo	167 337	2 254 356	2 421 693	13 568 145	16,2	34 525 260	18,1	204 239 074	19,0			
Renda	494 847	706 992	1 201 839	4 512 515	5,4	32 020 871	16,8	115 566 583	10,8			
Importação	53 536	101 025	154 561	1 266 731	1,5	14 807 255	7,8	58 405 448	5,4			
Selos	178 843	343 221	522 064	3 459 913	4,1	12 122 278	6,4	63 723 114	5,9			
Outros (2)	84 451	166 051	250 502	673 206	0,8	2 905 355	1,5	13 725 630	1,3			
Autarquias Federais (1)	832 600	1 422 600	2 255 200	12 606 800	15,0	33 854 600	17,7	159 068 400	14,8			
Estados	2 416 643	3 044 100	5 460 743	38 268 136	45,6	53 015 492	27,8	400 905 228	37,3			
Governos Estaduais	2 416 643	3 044 100	5 460 743	38 268 136	45,6	53 015 492	27,8	400 905 228	37,3			
Vendas + Consignações	1 798 287	2 200 000	3 998 287	28 819 470	34,3	42 217 259	22,1	329 677 454	30,7			
Outros	618 356	844 100	1 462 456	9 448 666	11,3	10 798 233	5,7	71 227 774	6,6			
Municípios	153 253	846 076	999 329	9 568 961	11,4	7 508 079	3,9	58 164 365	5,4			
Predial	21 634	124 539	146 173	837 596	1,0	3 734 874	2,0	14 978 658	1,4			
Indústria + Profissões	35 090	516 973	552 063	5 570 046	6,6	2 200 770	1,2	19 234 300	1,8			
Territorial Urbano	6 927	4 843	11 770	216 769	0,3	471 948	0,2	4 536 118	0,4			
Licença	10 038	53 046	63 084	341 235	0,4	441 791	0,2	2 821 456	0,3			
Outros	79 564	146 675	226 239	2 603 118	3,1	658 696	0,3	16 592 833	1,5			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4 381 510</b>	<b>8 884 421</b>	<b>13 265 931</b>	<b>83 927 407</b>	<b>100,0</b>	<b>190 759 190</b>	<b>100,0</b>	<b>1 673 797 647</b>	<b>100,0</b>			

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Contribuição para Previdência Social

(2) Inclusivo imposto de energia elétrica

RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS

NORTE, NORDESTE, GUANABARA, BRASIL

Em \$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (G\$ 1000)			NORDESTE		GUANABARA		BRASIL	
	Amazonas	Pará	Total	Em \$ 1.000	%	Em \$ 1.000	%	Em \$ 1.000	%
União	2 917 700	8 972 30	11 889 880	67 514 1766	41,0	251 914 366	73,5	319 428 242	58,5
Governo Federal	1 554 200	6 284 380	7 838 580	144 113 076	26,8	192 575 166	56,2	254 369 966	44,2
Consumo	251 353	4 101 237	4 352 590	24 172 966	14,7	66 290 112	19,3	408 065 205	21,2
Renda	799 426	1 086 736	1 886 162	9 430 306	5,7	65 554 050	19,2	242 546 463	12,5
Importação	41 360	128 566	169 926	2 303 600	1,4	24 816 482	7,3	96 810 133	4,5
Sêlos	376 125	673 258	1 049 383	6 912 373	4,2	32 541 425	9,3	97 167 487	5,0
Outros (1)	85 936	294 583	380 519	1 293 826	0,8	3 543 117	1,0	19 430 678	1,0
Autarquias Federais (2)	1 363 500	2 687 800	4 051 300	23 431 100	14,2	59 339 200	17,3	277 545 400	14,3
Estados	4 556 878	3 044 100	7 600 978	77 048 766	46,8	78 759 380	23,0	673 324 569	35,8
Governos Estaduais	4 556 878	3 044 100	7 600 978	77 048 766	46,8	78 759 380	23,0	693 324 969	35,8
Vendas + Consignações	3 471 709	2 200 000	5 671 709	59 609 714	36,2	74 868 681	21,9	581 365 031	30,0
Outros	1 085 169	844 100	1 929 269	17 439 052	10,6	3 900 699	1,1	111 959 938	5,8
Municípios	550 035	1 592 531	2 142 566	20 049 782	12,2	11 903 929	3,5	110 806 585	5,7
Predial	77 555	234 102	311 657	1 949 224	1,2	5 321 771	1,6	27 969 231	1,4
Industrial + Profissões	125 958	973 036	1 098 994	12 411 087	7,5	3 198 342	0,9	38 100 363	2,0
Territorial Urbano	24 752	9 556	34 308	260 567	0,2	626 344	0,2	7 651 553	0,4
Licença	36 302	1 00 029	136 631	795 413	0,5	696 935	0,2	5 581 106	0,3
Outros	205 468	275 508	560 976	4 633 491	2,8	2 118 537	0,6	31 504 333	1,6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8 024 613</b>	<b>13 608 811</b>	<b>21 633 424</b>	<b>154 642 724</b>	<b>100,0</b>	<b>342 647 675</b>	<b>100,0</b>	<b>1 936 146 920</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados Básicos do IBRE

(1) Inclusive imposto de Energia Elétrica

(2) Contribuição para Previdência Social

RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO E PRINCIPAIS IMPOSTOS  
NORTE, NORDESTE, GUANABARA, BRASIL

1964 - G\$ 1 000

DISCRIMINAÇÃO	NORTE (G\$ 1 000)		NORDESTE		GUANABARA		BRASIL	
	Amazonas	Pará	Total	%	G\$ 1 000	%	G\$ 1 000	%
União	5 895 873	17 875 151	23 771 024	59,6	143 357 284	45,9	509 344 689	75,4
Governo Federal	3 252 973	12 958 551	16 211 524	24,1	92 667 184	29,7	387 768 489	57,4
Consumo	452 620	8 727 725	9 180 345	13,7	52 032 174	16,7	136 618 894	20,2
Renda	1 824 875	2 179 652	4 004 527	6,0	19 029 804	6,1	132 891 626	19,7
Importação	101 438	239 440	340 878	0,5	3 646 413	1,2	34 178 006	5,0
Selos	657 888	1 275 000	1 932 888	2,9	14 366 655	4,6	73 770 916	11,0
Outros (1)	216 152	536 734	752 886	1,1	3 597 838	1,2	10 309 047	1,5
Autarquias Federais (2)	2 642 900	4 916 600	7 559 500	11,3	50 690 100	16,2	121 576 200	18,0
Estados	11 491 444	15 660 615	27 152 059	40,4	168 766 864	54,1	166 227 866	24,6
Governos Estaduais	11 491 444	15 660 615	27 152 059	40,4	168 766 864	54,1	166 227 866	24,6
Vendas + Consignações	7 835 204	12 020 905	19 856 109	29,6	132 026 835	42,3	152 125 190	22,5
Outros	3 656 240	3 639 710	7 295 950	10,8	36 740 029	11,8	14 102 676	2,1
Municípios								
Predial								
Industrial + Profissões								
Territorial Urbano								
Licença								
Outros								
TOTAL GERAL	17 387 317	53 535 756	50 923 083	100,0	312 124 148	100,0	675 572 555	100,0
							3 259 542 805	100,0

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Inclusive imposto, de Energia Elétrica

(2) Contribuição para Previdência Social

QUADRO XXVIII/10

PARTICIPAÇÃO DAS CONTR. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO IMPÓSTO DE RENDA NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1950 e 1960  
Em %

Á R E A	CONTR. PREVIDÊNCIA SOCIAL				IMPÓSTO DE RENDA			
	Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100		Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Norte	18,6	13,3	10,7	8,9	17,6	12,1	10,1	8,1
Amazonas	17,8	12,8	10,2	8,4	13,6	10,9	7,8	7,2
Pará	19,1	13,6	11,0	9,2	20,2	12,8	11,7	8,7
Nordeste	24,1	22,9	11,3	11,4	21,5	14,5	10,1	7,2
Brasil	18,9	18,1	11,0	11,1	25,1	19,6	11,0	12,0

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Incluindo Governo Federal e Autarquias



QUADRO XXIX/10

PARTICIPAÇÃO DAS CONTR. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO IMPÓSTO DE RENDA NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1961 e 1962

Em %

Á R E A	CONTR. PREVIDÊNCIA SOCIAL				IMPÓSTO DE RENDA			
	Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100		Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100	
	1961	1962	1961	1962	1961	1962	1961	1962
Norte	35,3	33,1	17,5	17,0	20,8	17,7	10,3	9,1
Amazonas	50,3	46,0	20,7	19,0	26,8	27,3	11,0	11,3
Pará	29,5	28,5	15,9	16,0	18,4	14,2	10,0	8,0
Nordeste	34,8	35,0	14,7	15,0	17,2	13,0	7,3	5,0
Guanabara	26,7	26,0	19,8	18,5	27,6	24,6	20,5	17,5
Brasil	26,7	25,9	15,4	14,9	21,3	18,8	12,3	10,8

FONTE: Dados básicos do IBRE (1) Incluindo Governo Federal e Previdência Social

QUADRO XXX/10

PARTICIPAÇÃO DAS CONTR. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO IMPOSTO  
DE RENDA NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1963 e 1964

Em %

Á R E A	CONTR. PREVIDÊNCIA SOCIAL			IMPOSTO DE RENDA				
	Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100	Tribut. União = 100 (1)		Tribut. Total = 100		
	1963	1964	1963	1964	1963	1964		
Norte	34,1	31,8	18,7	14,8	15,9	16,8	8,7	7,9
Amazonas	46,7	44,8	17,0	14,7	27,4	31,0	10,0	10,2
Pará	30,0	27,5	19,8	28,5	12,1	12,2	8,0	5,9
Nordeste	34,7	35,9	14,2	16,4	14,0	13,5	5,7	6,1
Guanabara	32,8	23,9	17,3	17,5	36,2	26,1	19,1	19,1
Brasil	24,5	25,1	14,3	14,3	21,5	20,9	12,5	11,9

FONTE: Dados básicos do IBRE

(1) Incluindo governo Federal e Previdência Social  
1964 - Sobre o total sem os Municípios

QUADRO XXXI/10

PARTICIPAÇÃO DO IMPÓSTO DE CONSUMO  
NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1950 e 1960

Em %

Á R E A	TRIBUT. UNIÃO = 100 (1)		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1950	1960	1950	1960
NORTE	14,5	23,2	8,3	15,5
Amazonas	9,0	3,3	5,2	2,2
Pará	18,2	25,8	10,5	17,5
NORDESTE	35,0	28,0	16,5	14,1
BRASIL	28,8	26,4	16,7	16,1

FONTE: Dados Básicos do IBRE

(1) Incluindo Governo Federal e Autarquias.

QUADRO XXXII/10

PARTICIPAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO

NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1961 e 1962

Em %

Á R E A	TRIBUT. UNIÃO = 100 (1)		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1961	1962	1961	1962
NORTE	31,5	35,6	15,6	18,3
Amazonas	8,6	9,2	3,5	3,8
Pará	40,4	45,1	21,8	25,4
NORDESTE	35,5	38,0	15,0	16,0
GUANABARA	26,0	26,5	19,3	18,8
BRASIL	31,3	33,2	18,1	19,2

FONTE: Dados Básicos do IBRE

(1) Incluindo Governo Federal e Previdência Social

PARTICIPAÇÃO DO IMPÓSTO DE CONSUMO  
NA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO E RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL

1963 e 1964

Em %

Á R E A	TRIBUT. UNIÃO = 100 (1)		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1963	1964	1963	1964
Norte	36,6	38,6	20,1	18,0
Amazonas	8,6	7,7	3,1	2,5
Pará	45,7	48,8	30,1	23,4
Nordeste	35,7	37,0	14,7	17,0
Guanabara	36,7	26,8	19,3	19,6
BRASIL	36,0	38,2	36,0	21,7

FONTE: Dados básicos do IBRE  
(1) Incluindo Governo Federal e Previdência Social  
1964 - Percentagem sobre o total com exceção dos Municípios

### 10.2.2.2 - Esfera Estadual

Na esfera estadual, verificamos que, tanto nos anos de 1950 e 1960 como no período 1961/64, a arrecadação quase que exclusivamente se constituiu de tributos indiretos. De fato, na região Norte, em seus Estados, no Nordeste e no Brasil, excluído 1950, a participação desses tributos se situou em torno de 95%.

Esta alta participação dos tributos indiretos nessa esfera de governo deve-se ao imposto de vendas e consignações, base das receitas estaduais.

Os quadros XXXIV a XXXVI/10 evidenciam a importância desses tributos, tanto na arrecadação tributária estadual como na arrecadação tributária total.

Observa-se, ainda, que a evolução da participação desse imposto, quer na receita tributária estadual, quer na receita tributária total, apresentou praticamente o mesmo comportamento na região Norte, Nordeste e Brasil, pois em todas essas áreas quase sempre essa participação aumentou.

O aumento das alíquotas e a criação de adicionais sobre o imposto de vendas e consignações foram os principais responsáveis pela tendência constatada nas áreas analisadas.

De fato, como os governos estaduais não possuem a mesma flexibilidade do governo federal para a obtenção de recursos, qualquer aumento de despesas causado quer por maiores encargos sociais, quer pelo encarecimento dos custos dos serviços prestados à comunidade, obriga a que os recursos necessários para a cobertura de tais despesas sejam, geralmente, obtidos através do aumento das alíquotas e da criação de adicionais sobre o imposto de vendas e consignações, pois, por ter alta participação na receita tributária estadual e tratar-se de um imposto indireto, sua alteração torna-se o caminho mais cômodo politicamente e o mais fácil operacionalmente para alcançar o resultado desejado. Esta, certamente, foi a medida adotada por todos os governos dos Estados da Federação.

POSIÇÃO RELATIVA DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

1950 - 1960

Em %

Á R E A	TRIBUT. EST = 100		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1950	1960	1950	1960
Norte	69,4	78,0	20,1	21,1
Amazonas	58,1	74,8	18,9	23,0
Pará	79,1	80,4	20,8	20,0
Nordeste	62,3	66,6	25,2	27,2
Brasil	65,8	74,4	22,3	25,8

FONTE: Dados básicos do IPRE



QUADRO XXXV/10

POSIÇÃO RELATIVA DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

1961 - 1962

Em %

Á R E A	TRIBUT. EST. = 100		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1961	1962	1961	1962
Norte	71,0	73,2	23,3	22,4
Amazonas	72,0	74,4	33,1	34,5
Pará	70,2	72,3	19,0	17,7
Nordeste	70,1	75,3	26,2	26,9
BRASIL	77,1	57,3	20,3	21,6

FONTE: Dados básicos do IBRE

POSIÇÃO RELATIVA DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

1963 - 1964

Em %

Á R E A	TRIBUT. EST = 100		TRIBUT. TOTAL = 100	
	1963	1964	1963	1964
Norte	74,6	73,1	19,2	29,6
Amazonas	76,2	68,2	36,5	38,0
Pará	72,3	76,8	11,1	25,9
Nordeste	77,4	72,3	28,8	40,5
BRASIL	83,9	85,6	20,8	23,8

FONTE: Dados básicos do IBRE

### 10.2.2.3 - Esfera Municipal

A análise dessa esfera de governo evidencia que, tanto na região Norte como na Nordeste, a participação dos tributos indiretos na receita tributária municipal se situaram entre 80% e 90%. Para o Brasil essa participação mostrou-se bem mais baixa, situando-se em torno de 55%.

Como demonstram os quadros XXXVII a XXXIX/10, a arrecadação do imposto de indústrias e profissões foi o principal responsável por esta alta participação dos tributos indiretos na esfera municipal.

Comparando-se a importância do imposto de indústrias e profissões com os outros dois tributos de maior expressão na arrecadação municipal, imposto predial e imposto de licença, observa-se que o imposto de indústria e profissões teve uma participação bem maior do que esses dois últimos, tanto na região Norte como na Nordeste. Relativamente ao Brasil, embora o referido imposto também tenha sido o mais importante em todos os anos, exclusive 1960, sua participação não foi muito mais elevada do que o imposto predial, segundo tributo em importância municipal.

Relativamente aos Estados, observa-se que enquanto no Pará a arrecadação do imposto de indústrias e profissões atingiu em 1950 70% da arrecadação tributária municipal e no período 60/63 esta participação esteve em torno de 60%; No Estado do Amazonas a participação do referido tributo esteve compreendida entre 15% e 25%. Provavelmente, nesse último Estado, o montante de recursos arrecadados pelas taxas alcançou uma alta participação relativa.

Quanto à evolução relativa dos referidos tributos entre 1950 e 1960, observa-se que, na região Norte, o imposto predial e o imposto de licença aumentaram suas participações em detrimento da participação do imposto de indústrias e profissões, que caiu de 54,7% para 46,1%.

No Brasil, apenas o imposto predial teve sua participação aumentada e no Nordeste, além desse imposto, o imposto de indústrias e profissões também aumentou sua participação.

No período 1961/63, enquanto o imposto de indústrias e profissões apresentou uma queda em sua participação na região Norte e Brasil, na região Nordeste sua participação aumentou. Com respeito ao imposto predial, o mesmo somente aumentou sua participação na região Norte, passando de 9,4% em 1961 para 14,5% em 1963.

QUADRO XXXVII/10

PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, PREDIAL

E DE LICENÇA NA RECEITA TRIBUT. MUNICIPAL

1950 e 1960

Em %

Á R E A	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES		PREDIAL		LICENÇA		SOMA	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Norte	54,7	46,1	7,2	11,7	4,8	7,4	66,7	65,2
Amazonas	13,3	14,8	8,7	12,4	3,4	6,1	30,4	33,1
Pará	70,6	55,2	6,6	8,9	5,4	7,8	82,6	71,9
Nordeste	54,5	57,8	12,7	14,0	8,1	4,9	75,3	76,7
Brasil	37,0	34,2	35,7	38,1	16,1	9,0	88,8	81,3

FONTE: Dados básicos do IBRE

QUADRO XXXVIII/10

PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, PREDIAL  
E DE LICENÇA, NA RECEITA TRIBUT. MUNICIPAL

1961 - 1962

Á R E A	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES		PREDIAL		LICENÇA		SOMA	
	1961	1962	1961	1962	1961	1962	1961	1962
	Norte	60,2	55,2	9,4	14,6	6,4	6,3	76,0
Amazonas	24,6	22,9	14,9	14,1	8,1	6,5	47,6	43,5
Pará	67,5	61,1	8,3	14,7	6,0	5,2	81,8	82,0
Nordeste	60,4	58,2	11,1	8,7	4,2	3,6	75,7	70,5
Brasil	51,1	33,1	31,1	25,8	7,2	4,9	89,4	63,8

FONTE: Dados básicos do IBRE

QUADRO XXXIX/10

PARTICIPAÇÃO DOS IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, PREDIAL  
E DE LICENÇA NA RECEITA TRIBUT. MUNICIPAL

1963 - 1964

Em %

Á R E A	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES		PREDIAL		LICENÇA		SOMA	
	1963	1964	1963	1964	1963	1964	1963	1964
Norte	51,3		14,5		6,4		72,2	
Amazonas	22,9		14,1		6,6		43,6	
Pará	61,1		14,7		6,3		82,1	
Nordeste	61,9		9,7		4,0		75,6	
Brasil	34,4		25,2		5,0		64,6	

FONTE: Dados básicos do IBRE

### 10.3 - CARGA TRIBUTÁRIA

A fim de mensurar-se a carga tributária em um país ou área deste, em termos globais, deve-se relacionar o total da receita tributária ao produto social bruto a preços de mercado.

No plano regional, entretanto, é impraticável fazê-lo, dado que os subsídios não podem ser apropriados por estado, seja pela falta de informações no que tange à distribuição regional efetiva dos mesmos, seja pela ausência de critérios julgados suficientemente razoáveis para estimar a sua distribuição por área.

Outro ângulo da análise macro-econômica da pressão tributária é o de procurar-se medir a carga dos tributos sobre pessoas em relação a diferentes escalões de renda pessoal em u'a mesma comunidade. Um dos objetivos desse procedimento é o de determinar o grau de progressividade ou regressividade de um sistema tributário. Para tal seria necessário conhecer-se a distribuição da renda pessoal da comunidade pelos diferentes escalões de renda e a destinação um tanto quanto detalhada dessa renda segundo suas diferentes faixas. Estas últimas informações conteriam o detalhe referente ao pagamento dos impostos diretos, solucionando automaticamente o problema da sua incidência. Já a dos tributos indiretos teria que ser solucionada ou um tanto arbitrariamente segundo as características aparentes da incidência dos vários tributos sobre as diversas componentes da despesa nos orçamentos familiares, ou com informações suplementares, como o conhecimento da estrutura dos custos da produção em seus diferentes estágios, margens de comercialização, número de transações relativas a um mesmo bem, quando for o caso de incidência cumulativa do tributo, estabelecendo-se hipóteses sobre o grau de transferência dos tributos (+).

Este aspecto também não pôde ser apreciado em nossa análise, visto não dispormos, até o presente, das informações requeridas.

---

(+) Vide R.Bannink - The Incidence of Taxes and Premiums for Social Insurance on Family Budgets - en Finances Publiques - Vol. XV/XV - me Année, N<sup>o</sup> 1/1960.



Alternativamente, para dar uma idéia da intensidade da carga tributária suportada nas diversas áreas do território brasileiro sob análise, tomemos a relação percentual tributos per-capita/renda per-capita.

Utilizaremos o critério da renda per-capita como representativo da desigual distribuição da renda no sentido geográfico, reflexo das disparidades regionais de desenvolvimento econômico, ao invés de tomarmos diferentes escalões de renda coexistindo na mesma área.

Pela análise do quadro XL/10, observa-se q e, entre 1950 e 1960, a carga tributária elevou-se em tôdas as áreas consideradas.

Os resultados constatados no referido quadro conduzem, em primeira aproximação, à conclusão de que, no sentido da distribuição geográfica da renda e da população, o nosso sistema tributário tem caráter progressivo, pois, quanto maior a renda per-capita, mais elevada a carga tributária. Ocorre, entretanto, que tal medida reflote apenas o aspecto formal da arrecadação nas diferentes áreas, mas não permite medir o grau da incidência efetiva dos tributos sôbre os consumidores finais residentes nas respectivas áreas. Isto porque o consumidor final localizado na Amazônia, por exemplo, pode, através do comércio interregional, vir a sofrer o impacto da imposição de tributos sôbre os diversos estágios de produção e comercialização de bens produzidos em outras partes do país e importados pela referida região.

Relativamente aos Estados da região, observa-se exatamente o contrário do que ocorreu entre as outras áreas do país e a região, pois, embora a renda per-capita do Estado do Amazonas tenha sido maior que a do Pará, a carga tributária d'este último Estado foi maior que a do Amazonas, tanto em 1950 como em 1960.

Com respeito à Guanabara, a sua carga tributária apresenta-se relativamente elevada pelas seguintes razões: a estrutura da economia sendo eminentemente urbana, não sofre o grau de evasão a que está sujeito, por motivos óbvios, o setor agrícola; a fiscalização é mais eficiente, o que é facilitado pela concentração, em área relativamente reduzida da matéria tributável e, finalmente, o fato de abrigar as rêdes de grande número de emprêsas, entre as quais as grandes sociodades anônimas.

QUADRO XL/10

CARGA TRIBUTÁRIA EM TERMOS "PER CAPITA"

ESTADOS DO NORTE, TOTAL DO NORTE E NORDESTE, GB E BRASIL

1950 - 1960

ÁREA GEOGRÁFICA	TRIBUTAÇÃO "PER-CAPITA" EM CRUZEIROS		RENDA "PER-CAPITA"		CARGA TRIB. "PER-CAPITA" EM %		AUMENTO PER CENTUAL DA CARGA TRIBU TÁRIA ENTRE 1950 e 1960
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	
Norte	353	4 208	2 638	16 264	13,1	25,9	97,7
Amazonas	456	4 952	4 195	24 905	10,9	19,9	82,6
Pará	305	3 862	2 494	15 713	12,2	24,6	101,6
Nordeste	225	2 158	2 002	13 564	11,2	15,9	42,0
Guanabara	4 512	33 088	13 786	77 966	32,7	42,4	29,7
Brasil	766	7 698	4 240	27 005	18,1	28,5	57,5

FONTE: Dados básicos do IBRE

## 11 - OUTROS APARELHAMENTOS DA ÁREA

### 11.1 - ENSINO

#### 11.1.1 - Ensino Primário

##### A) Escolaridade

O exame do Quadro I/11 nos indica que a escolaridade de menores de 7 a 14 anos é de 71,0% na Região Norte. Para uma região tão subdesenvolvida, tal índice não deixa de causar certa surpresa, uma vez que se aproxima bastante das taxas relativas às Regiões Sudeste e Extremo Sul, respectivamente de 72,3% e 71,1%, e se coloca bem acima da média nacional de 66,3%.

Esta situação se relaciona certamente ao pequeno contingente populacional da Região Norte e à macrocefalia urbana, isto é, à concentração de grande parte da população regional nas duas metrópoles de Belém e Manaus. O nível de escolarização é de 88,5% para as crianças residentes no quadro urbano e de 55,4% para as recenseadas no quadro rural; ao todo, a Região contém apenas 468.600 habitantes de 7 a 14 anos, dos quais 135.900 sem escola.

No Estado do Pará, 89,75% do quadro urbano freqüentam escola, enquanto que no quadro rural a percentagem é de 62,16%, resultando a média do Estado se fixar em 75,99% (Quadro II/11). O índice mais baixo verifica-se no Acre, onde apenas 45,37% das crianças freqüentam escola. Neste Estado, o quadro urbano tem 87,06% das crianças escolarizadas e o quadro rural 31,96%. A população rural tem no Acre importância maior e o índice geral do Estado é bem inferior ao das demais unidades da Federação situadas na Região Norte.

##### B) Professôres

A taxa de escolaridade, relativamente elevada no Norte, é acompanhada de um índice de professores por 1.000 alunos que também é dos mais altos no país: 36,1%, contra 32,3% no Nordeste e 33,1% no Brasil (Quadro III/11). No entanto, é na Região Norte que se encontra a mais elevada percentagem de professores não normalistas, que chega a 67,5%; o

Nordeste apresenta 60,5%, o Extremo Sul apenas 29,4%, sendo a média brasileira de 64,1%. Evidentemente, os problemas da qualidade do ensino entram em foco e cuja solução parece residir no aperfeiçoamento do nível profissional dos professores não diplomados.

A substituição do professorado já existente representa problema muito mais complexo.

É interessante verificar que no Acre, onde durante muito tempo imperou o regime de território federal, o número de professores por 1.000 alunos é o mais elevado da Região: 51,3. Além disso, os índices mais elevados que se seguem referem-se a atuais territórios: Roraima, 44,1 e Amapá, 42,5. Os índices mais baixos pertencem ao Pará e Amazonas, respectivamente 35,2 e 33,9. No entanto, enquanto no Acre 87,4% dos professores não são normalistas e no Amapá 73,1, o Amazonas tem 58,4% de não normalistas e o Pará 68,8%. A situação de Roraima seria a melhor, com apenas 54,2%, porém deve-se considerar os números absolutos muito baixos deste Território, com o total de 188 professores.

### C) Matrículas e aprovações

A percentagem das aprovações sobre o número de matrículas efetivas é de 62,9%, na Região Norte, sendo de 65,1% o índice brasileiro. A variação entre as diversas regiões brasileiras não é muito grande: o mínimo pertence ao Nordeste, com 60,9%, e o máximo ao Sudeste, com 68,3%; a Região Norte encontra-se em situação melhor que o Extremo Sul, cuja percentagem é de 62,1%. Maior diversificação regional é verificada quanto à relação do número de conclusões no ensino primário por número total de aprovações: ela é de 6,3% na Região Norte, quando o Extremo Sul alcança 17,2%, sendo a média brasileira de 13,6%.

No Acre este último índice é bem mais elevado que nas outras unidades da grande Região, alcançando 13,3%. Considerando-se que é muito baixa a frequência escolar no Estado do Acre, pode-se supor que o elevado índice de conclusões representava um número de novas escolas nas quais é necessário tempo para que formem turmas de conclusão. No Pará a percentagem de conclusões sobre as aprovações é de 7,3% e no Amazonas 3,6% (Quadro IV/11).

### 11.1.2 - Ensino Médio

A participação da Região Norte no número de estabelecimentos secundários existentes no país mostra índice inferior ao da população. Neste nível de ensino, a distribuição geográfica aponta condições melhores para o Pará, que detém mais da metade dos cursos secundários da Região Norte. O Quadro V/11 mostra que, na Região Norte, o número de cursos de normalistas quase se iguala ao de ginásios, fato que só encontra certa semelhança no panorama do Extremo Sul.

O ensino agrícola apresenta apenas dois cursos: um no Amazonas e um no Pará, número inferior aos cursos industriais, que somam oito na Região.

As conclusões ginasiais na Região Norte apresentam 12,5% das matrículas efetivas, a mais baixa do país; mas as percentagens são as mais elevadas no país quanto ao ensino industrial e agrícola. O aspecto particular da Região Norte (Quadro VII/11) é a elevada posição de matrículas nos cursos comerciais, que chega a 26,0% em 1963; no Sudeste é de 16,6%. Além disso, entre 1960 e 1963 houve diminuição absoluta das matrículas, considerada a soma dos cursos ginasial e colegial, na ordem de 9,0%, enquanto se elevou as do curso comercial em 7,9% e as do normal em 1,5%. Estas tendências podem representar, de um lado, influências de um possível custo mais barato do ensino comercial em relação ao ginasial-colegial e por outro lado a valorização do curso normal pela taxa relativamente alta da escolaridade primária e número baixo de professores primários formados.

### 11.1.3 - Ensino Superior

O ensino superior na Região Norte só se encontra presente no Pará e no Amazonas. O maior número de cursos se verifica em Artes, Filosofia, Ciências e Letras, mas em proporção menor que o verificado no Brasil (Quadro VIII/11). O número de alunos matriculados é mais concentrado no curso de Direito, repetindo fenômeno nacional. Quando às percentagens de conclusões sobre as matrículas, verifica-se a melhor situação nos cursos de enfermagem (37,9%); também neste caso há similitude com o caso brasileiro. A razão talvez seja de-

vida à maior participação de pessoas do sexo feminino neste curso. Depois do curso de enfermagem, as conclusões são mais altas em Farmácia (24,6%) e nos Serviços Sociais (23,6%). Os mais baixos índices verificam-se em Economia (11,3%) e Direito (12,1%).

Dos cursos universitários ausentes na Região Norte, destacamos os de Geologia, Veterinária, Educação Física e Arquitetura. Profissionais necessários, cuja formação depende destes cursos, devem ser recrutados de outras grandes Regiões.

### 11.2 - RÉDE HOSPITALAR

A macrocefalia urbana na Região Norte aparece nitidamente no Quadro IX/11, que apresenta a distribuição dos estabelecimentos hospitalares. Ao contrário do que ocorre em todas as outras regiões do país, o número de estabelecimentos sediados nas Capitais (37) é superior aos localizados no interior (34). Mas, a Região Norte apresenta outros aspectos originais: nela o número de hospitais oficiais é quase idêntico ao de particulares, 34 para 37; no Sudeste, dominam os oficiais e nas outras regiões, os particulares. No entanto, mesmo no Sudeste, os hospitais oficiais localizados no conjunto de capitais estaduais são em número menor que os hospitais particulares, aparecendo a Região Norte como única exceção: 21 hospitais oficiais contra 16 particulares.

No conjunto de capitais da Região Norte predominam os hospitais especializados em relação ao gerais, fato que se repete no Nordeste. No interior dominam os hospitais gerais.

A importância dos hospitais oficiais na Região Norte se faz principalmente nos Territórios. Aspecto original é fornecido pelo Amazonas onde havia 11 hospitais especializados e nenhuma geral na cidade de Manaus.

A Região Norte é a única onde o número de leitos em hospitais oficiais é superior ao dos hospitais particulares. Em toda as regiões o número de leitos especializados é superior ao dos gerais; na Região Nordeste e, de forma mais acentuada, na Região Norte, o número de leitos nas capitais é superior ao do interior.

O número de leitos por 1.000 habitantes era de 2,5 na Região Norte em 1962, índice superior ao do Nordeste, que era de 1,3, e inferior ao do Sudeste, que era de 4,3. A distribuição geográfica pelo interior da Região mostra novamente o papel de ação governamental dos Territórios. Em Roraima o índice é o mais elevado, com 4,4 (Quadro XII/11).

Quanto ao pessoal em atividade nos hospitais, nota-se que a percentagem em relação ao Brasil é bem inferior ao da população. Na Região Norte encontra-se apenas 1,1% dos médicos atuando em hospitais brasileiros. A situação é pouco melhor quanto a farmacêuticos (2,8%) e enfermeiros (3,5%). As condições de aparelhamento também são muito baixas; existe apenas um hospital em toda a Região que realiza eletrencefalografia. O mesmo se pode afirmar das instalações hospitalares. Numa região como a Norte, consideradas suas condições ecológicas, é realmente muito baixo o índice de laboratórios sobre o total brasileiro: 2,5% quanto a microbiologia, 2,2% quanto a microscopia, e outros índices ainda menores.

### 11.3- INSTITUTOS DE PESQUISAS

#### 11.3.1 - Estações agrícolas experimentais

As estações agrícolas existentes na Amazônia pertencem ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN). São seis as estações existentes nessa Região, sendo uma em Pôrto Velho (Rondônia), uma em Tefé (Amazonas), uma em Manaus (Amazonas), uma em Maicuru (Pará), uma em Alenquer (Pará) e uma em Mazagão (Amapá). Como se vê, a localização das estações não se faz nas áreas de maior atividade agrícola. Algumas cuidam da experimentação com plantio de seringueiras, como as de Pôrto Velho, Tefé e Manaus. A de Maicurá cuida de arroz, juta e búfalos; a de Manaus também cuida de juta, bem como a de Alenquer. Quanto à de Mazagão, inclui nas suas atividades o trato de essências florestais.

As realizações mais expressivas do IPEAN são: a obtenção de uma série de classes de seringueira; seleção e multiplicação de sementes da juta, contribuindo para a difusão da cultura nas várzeas amazônicas; criação de uma Escola de Agronomia na Amazônia; formação de plantéis de gado, in



clusive valorizando e difundindo o búfalo da Amazônia; cartas de solos de trechos da região; valorização de várzeas amazônicas pelo cultivo intensivo do arroz; introdução do dendê na Amazônia. Os cortes das verbas do IPEAN e a sua má distribuição influem nas deficiências da Instituição.

### 11.3.2 - Outras instituições

a) Existem em toda a Região Norte apenas 25 estações meteorológicas, muitas de 3ª classe e muitas de funcionamento irregular. Além destas, 8 encontram-se paralisadas. Os grandes problemas do sistema residem na carência de pessoal e falta de material técnico, que, em última análise, são de ordem financeira, e na deficiência do sistema de comunicações.

b) O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é órgão financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pela SPVEA, sendo administrativamente subordinado ao CNP. Em 1963, com 117 pessoas, tinha 20 pesquisadores, inclusive bolsistas, 34 técnicos de laboratório, 6 laboratoristas e 3 técnicos diversos. Possuía uma Divisão de Pesquisas de Recursos Naturais, com seus setores diversos, uma Divisão de Pesquisas Biológicas, com seus setores, uma de Pesquisas Florestais, com diversos setores, e setores de Antropologia, Documentação e Fotografia e Desenho.

Em moeda de valor corrigido, verifica-se que o Instituto teve o máximo de doações em 1955 - 720 milhões de cruzeiros de janeiro de 1965; tendo a SPVEA contribuído com 462 milhões de cruzeiros. A diminuição da contribuição do SPVEA fez baixar a dotação do Instituto: 590 milhões em 1958 e 347 milhões em 1965, em cruzeiros de janeiro de 1965, quando a participação do SPVEA baixou de 301 milhões para 17 milhões. Os problemas financeiros do Instituto transformam-se em um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de sua ação.

c) O Museu Paraense EMILIO GOELDI dedica-se ao estudo da História Natural e Antropologia da região amazônica.

d) O Instituto EDUARDO CHAGAS, criado pelo governo paraense, e incorporado em 1942 pela Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, investiga problemas médico-sanj

tários na Amazônia. O Instituto isolou, desde 1953, 54 tipos de arbovírus na Amazônia, dos quais 36 pela primeira vez revelados. Tal fato tornou-o um dos expoentes do mundo, quanto a pesquisas dedicadas à arbovirose.

e) O Centro de Estudos, Treinamento e Aplicação (CETA), órgão interno da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Pará, fez uma tentativa de elaboração de fluxos de mercadorias entre a Amazônia e outras regiões.

f) O Núcleo de Pesquisas Econômicas é criação da Universidade Federal do Pará.

g) O CONDEPA, Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará, é antes de tudo um órgão de estudos, embora seja um aparelho de execução de programas. Foi ele que formulou diretrizes para a implantação da bacia leiteira do Belém, para a remodelação do matadouro do Maguary, etc.

#### 11.4 - ÁGUA, ESGOTO E SITUAÇÃO SANITÁRIA

Grave faceta da fisionomia sanitária da Região Amazônica acha-se vinculada aos problemas do abastecimento d'água e dos sistemas de esgoto.

Dos 120 municípios existentes em 1960, apenas 46 possuíam serviços de abastecimento d'água, conforme mostra o Quadro XIV/11.

QUADRO XIV/11  
REGIÃO NORTE

Número de municípios com serviços de abastecimento d'água-1960

Unidades Federadas	Nº de Municípios	Com abastecimento d'água
Rondônia	2	2
Acre	7	1
Amazonas	44	14
Roraima	2	2
Pará	60	23
Amapá	5	4
NORTE	120	46

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

Em verdade, o significado destes serviços d'água existentes é muito diminuído no caso dos municípios interioranos, considerando-se o relevo que assumem as capitais.

Havia na Amazônia, em 1960, 700.181 m de linhas distribuidoras de água; desse total, 516.865 m estavam instalados nas capitais (ou seja, 74%).

Note-se, também, que nos demais municípios os serviços de abastecimento d'água normalmente estavam localizados na sede municipal.

A gravidade sanitária dessa insuficiência no abastecimento de água está no fato de que, para satisfazer suas necessidades, as populações freqüentemente se servem de águas aparentemente sãs, mas que em realidade são poluídas. Essa poluição é acentuada pela inexistência ou precariedade dos serviços de esgoto e o uso, por parte dos habitantes da região, de bacias sanitárias não higiênicas. Estas bacias provocam a poluição de uma área de solo circundante, dentro da qual freqüentemente se encontra um poço rudimentar do qual os moradores retiram a água que consomem. Isto para não se falar de outros agentes poluidores.

Sanitaristas da região têm externado sérias preocupações sobre estes aspectos. Deve-se em parte a estas preocupações o fato de que a atividade do SPVEA, no campo sanitário, freqüentemente tenha dado ênfase aos programas de abastecimento d'água e, em conjunto com a FSESP, estimule programas de construção de bacias higiênicas.

O baixo nível econômico das nossas populações impede que um grande número de habitações situadas no trajeto da rede se beneficie do abastecimento público de água através da ligação domiciliar. Em 24 municípios do Pará e do Amazonas onde existe SAAE, a população estimada para as sedes (1.7.1965) era de 178.151; a população servida era de 63.518. As ligações potenciais ascendiam a 17.809, mas as ligações existentes não iam além de 7.782 - registrando-se um deficit de 10.027 ligações.

Daí existirem dificuldades de rentabilidade e manutenção, mesmo porque aos obstáculos comuns para uma boa operação econômica freqüentemente os sistemas implantados deparam com o grave problema do desperdício; este problema é tão sério que há, no momento, grande interêsse das autoridades em disseminar o uso de torneira especial ("fordillas") que só for

necem quantidade certa de água (por exemplo: 1 litro) a cada vez que são abertas.

Aos problemas de insuficiências quantitativas e qualitativas das cidades interioranas se somam na Região Norte problemas nas capitais das Unidades Federadas, cujos serviços de abastecimento d'água não têm revelado condições para acompanhar o crescimento das metrópoles e apresentam obsolescência ou gravames de organização. No momento, o sistema de Belém está-se ampliando e modernizando com financiamento do BID.

QUADRO I/11

REGIÃO NORTE

Ensino Primário

, Taxas de Escolarização, segundo os Estados - 1964

Unidades da Federação	População (hab)	População		População Urbana Escolarizada (%)	População Rural Escolarizada (%)
		Total	Escolarizada (%)		
Rondônia	9,849	7,509	76,24	80,57	62,79
Ácre	34,522	15,665	45,37	87,06	31,96
Amazonas	127,591	84,593	66,30	87,22	50,11
Roraima	6,022	4,255	70,65	88,30	53,11
Pará	272,865	207,354	75,99	89,75	62,16
Amapá	17,761	13,399	75,44	86,99	60,30
TOTAL	468.610	332.775	71,01	88,56	55,30

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1965

IDADE	NORTE			NORDESTE		ENTRO-OESTE (1)		SUDESTE		EXTREMO-SUL		BRASIL	
	População (1000 hab)	População Escolarizada (%)		População (1000 hab)	População Escolarizada (%)	População (1000 hab)	População Escolarizada (%)	População (1000 hab)	População Escolarizada (%)	População (1000 hab)	População Escolarizada (%)	População (1000 hab)	População Escolarizada (%)
		Urbana	Rural										
7	68,8	78,8	46,6	61,6	43,7	637,0	55,4	889,1	48,5	370,7	47,1	2 017,0	47,3
8	68,1	86,8	52,3	67,8	50,2	620,7	70,3	873,6	74,3	367,5	71,2	1 980,8	65,8
9	59,7	90,0	56,3	72,0	54,6	558,5	76,0	795,7	81,5	336,3	80,0	1 796,6	72,3
10	65,1	90,	57,2	72,6	55,4	608,0	77,5	867,2	81,6	362,6	81,1	1 954,0	73,0
11	55,3	92,1	59,7	75,5	57,9	505,5	79,5	748,6	82,5	315,2	81,6	1 668,6	74,6
12	59,3	91,6	58,4	73,8	57	550,3	79,0	789,1	77,1	325,1	77,0	1 770,5	70,8
13	47,3	91,3	59,3	75,6	58,2	449,7	78,0	666,8	70,3	280,8	68,5	1 482,8	66,7
14	44,7	88,5	57,2	72,2	55,8	401,9	75,2	569,5	62,0	213,7	61,0	1 263,3	60,5
Total	468,6	88,5	55,4	71,0	53,7	4 331,6	73,5	199,6	72,3	2 571,9	71,1	13 933,6	66,3

FONTE: Censo Escolar do Brasil - 1964 - Separata nº I

NOTA: (1) Não estão incluídos dados da área rural do Estado de Goiás

QUADRO III/11  
BRASIL

ENSINO PRIMÁRIO

Número de Professores e Relação Professor/Aluno, segundo as Regiões - 1964

ESTADOS E REGIÕES	NÚMERO DE PROFESSORES			Nº DE PROFESSORES POR 1.000 ALUNOS
	TOTAL	NÃO NORMALISTAS	% DO TOTAL	
NORTE	12.021	8.118	67,5	36,1
Acre	805	704	87,4	51,3
Amapá	569	416	73,1	42,5
Amazonas	2.870	1.678	58,4	33,9
Rondonia	278	183	65,8	37,0
Roraima	188	102	54,2	44,1
Para	7.311	5.035	68,8	35,2
NORDESTE	75.139	45.498	60,5	32,3
CENTRO-OESTE	9.661	5.756	59,5	36,2
EXTREMO SUL	68.950	36.561	29,4	37,7
SUDESTE	124.094	31.946	25,7	31,2
BRASIL	289.865	127.899	44,1	33,1

FONTE: Censo Escolar do Brasil - IBGE - 1964  
SERIATAS N.ºs I e II

QUADRO IV/11

BRASIL

ENSINO PRIMÁRIO

Matrículas, aprovações e conclusões, segundo as regiões - 1961

ESTADOS E REGIÕES	MATRÍCULAS (milhares)		APROVAÇÕES		CONCLUSÕES	
	GERAL	EFETIVA	Milhares	% da mat. ef.	Milhares	% das aprov.
NORTE	266,8	236,9	149,1	62,9	9,5	6,3
Acre	12,0	9,9	4,5	45,4	0,6	13,3
Amapá	11,8	9,8	5,9	60,2	0,4	6,7
Amazonas	63,1	55,1	44,3	80,3	1,6	3,6
Rondonia	9,2	7,3	3,4	46,5	0,2	5,8
Roraima	3,2	2,7	1,4	51,8	0,1	7,1
Para	167,5	152,1	89,6	58,9	6,6	7,3
NORDESTE	1.817,2	1.614,1	984,4	60,9	60,2	6,1
CENTRO-OESTE	310,2	258,6	175,0	67,6	17,5	10,0
EXTREMO SUL	1.542,7	1.325,1	823,8	62,1	386,8	17,2
SUDESTE	3.860,6	3.275,4	2.237,6	68,3	121,1	14,7
BRASIL	7.797,5	6.710,1	4.369,9	65,1	595,1	13,6

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil



CURSOS EXISTENTES, SEGUNDO O RAMO DO ENSINO E REGIÕES  
1963

ESTADOS E REGIÕES	GINASIAL		COLEGIAL		COMERCIAL		INDUSTRIAL		AGRICOLA		NORMAL	
	Números Absolutos	% do Brasil	Números Absolutos	% do Brasil	Números Absolutos	% do Brasil	Números Absolutos	% do Brasil	Números Absolutos	% do Brasil	Números Absolutos	% do Brasil
Norte	70	1,9	17	1,9	50	2,9	8	2,6	2	2,4	64	4,0
Acre	4	0,1	1	0,1	2	0,1	-	-	-	-	8	0,5
Amapá	3	0,1	1	0,1	2	0,1	1	0,3	-	-	2	0,1
Amazonas	17	0,5	3	0,3	10	0,6	3	1,0	1	1,2	16	1,0
Rondônia	4	0,1	1	0,1	3	0,2	-	-	-	-	2	0,1
Roraima	1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1
Pará	41	1,1	11	1,3	33	1,9	4	1,3	1	1,2	35	2,2
Nordeste	806	21,7	134	15,0	279	16,1	56	18,2	15	18,3	307	19,0
Centro-Oeste	159	4,2	26	2,9	66	3,9	11	3,6	3	3,7	72	4,5
Extremo Sul	635	17,2	142	15,9	11	17,4	49	16,0	27	32,9	522	32,3
Sudeste	2 043	55,0	575	64,3	1 032	59,7	183	59,6	35	42,7	650	40,2
BRASIL	3 713	100,0	894	100,0	1 728	100,0	307	100,0	82	100,0	1 615	100,0

FONTE: Sinopse do Ensino Médio

(1) Exceto Distrito Federal

(2) Exceto Guanabara

MATRÍCULAS E CONCLUSÕES, SEGUNDO O RAMO DE ENSINO

1963

RAMO DE ENSINO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		EXTREMO-SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL							
	Matrícula Efetiva (A)	Conclusões (B)	B/A (%)	Matrícula Efetiva (A)	Conclusões (B)	B/A (%)	Matrícula Efetiva (A)	Conclusões (B)	B/A (%)	Matrícula Efetiva (A)	Conclusões (B)	B/A (%)						
Ginasial	19 845	2 496	12,5	176 621	26 066	14,7	612 101	83 360	13,6	166 461	24 030	14,4	32 311	4 300	13,3	1 007 339	140 252	15,9
Colegial	2 743	523	19,0	27 568	5 794	21,0	80 401	18 675	23,2	19 193	4 140	21,5	4 061	635	15,6	133 966	29 767	22,2
Comercial	9 858	1 526	15,4	29 245	5 339	18,2	149 687	28 288	18,8	29 509	5 500	18,6	7 024	1 238	17,6	225 323	41 891	18,5
Industrial	1 139	146	12,8	7 336	836	11,3	34 579	3 809	11,0	5 437	474	8,7	1 627	97	5,9	50 118	5 362	10,6
Agrícola	211	38	18,0	1 227	215	17,5	3 526	596	16,9	2 633	467	17,7	192	-	-	7 789	1 316	16,8
Normal	4 676	768	16,4	22 650	5 870	25,9	64 491	15 174	23,5	43 171	8 945	20,7	4 333	904	20,8	139 321	31 661	22,7

FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Médio - SEEC - 1964

BRASIL

ENSINO MÉDIO

MATRICULA GERAL; SEGUNDO O RAMO DE ENSINO

% DO TOTAL

1960 - 1963

RAMO DE ENSINO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		EXTREMO-SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	1963	+ ou - em 1963	1963	+ ou - em 1963	1963	+ ou - em 1963	1963	+ ou - em 1963	1963	+ ou - em 1963	1963	+ ou - em 1963
	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960	1960
Secundário	66,6	57,6 - 9,0	77,1	77,0 - 0,1	73,1	72,6 - 0,5	73,0	69,3 - 3,7	76,9	72,9 - 4,0	80,6	72,4 - 8,2
Comercial	19,0	26,9 7,9	11,7	11,5 - 0,2	18,1	16,6 - 1,5	10,8	11,9 1,1	13,4	15,0 1,6	7,8	15,1 7,3
Industrial	2,8	2,9 0,1	1,8	2,8 1,0	2,5	3,6 1,1	1,5	1,9 0,4	1,9	3,4 1,5	2,4	3,2 0,8
Agrícola	1,1	0,5 - 0,6	0,8	0,4 - 0,4	0,4	0,3 - 0,1	0,6	0,9 0,3	0,5	0,3 - 0,2	0,6	0,4 - 0,2
Normal	10,3	11,8 1,5	8,4	8,1 - 0,3	5,7	5,7 0,9	13,9	15,8 1,9	7,2	8,2 1,0	8,4	8,6 0,2

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil

QUADRO VIII/II

BRASIL

ENSINO SUPERIOR

CURSOS EXISTENTES, MATRÍCULA EFETIVA E CONCLUSÕES, SEGUNDO O RAMO DE ENSINO

1963

RAMOS DE ENSINO	NORTE (1)				BRASIL				
	Nº de cursos	Matrículas efetivas	Conclusões		Nº de cursos	Matrículas efetivas	Conclusões		
			Abs.	% das matr.			Abs.	% das matr.	
Ciências Sociais e Técnicas Auxiliares	Total	6	708	93	13,1	204	44 030	6 106	13,8
	Administração	-	-	-	-	13	1 540	188	12,2
	Direito	2	429	52	12,1	60	28 020	3 817	13,6
	Economia	2	203	23	11,3	89	11 533	1 628	14,0
	Serviços Sociais	2	76	18	23,6	33	2 387	420	17,5
	Sociologia e Política	-	-	-	-	9	550	53	9,6
	Total	7	935	201	21,4	280	41 729	6 597	15,8
	Agrimensura	-	-	-	-	1	33	15	45,4
	Agronomia	1	126	24	19,0	16	3 067	474	15,4
	Educação Física	-	-	-	-	10	623	168	26,9
Ciências Físicas e Biológicas	Enfermagem	2	58	22	37,9	39	1 081	511	47,2
	Engenharia	1	304	62	20,3	95	15 547	1 829	11,7
	Farmácia	1	69	17	24,6	22	2 026	441	21,7
	Geologia	-	-	-	-	5	354	66	18,6
	Medicina	1	276	55	19,9	36	12 067	1 556	12,8
	Nutrição	-	-	-	-	5	288	61	21,1
	Odontologia	1	102	21	20,5	39	5 566	1 316	23,6
	Veterinária	-	-	-	-	12	1 077	160	14,8
	Total	10	361	44	12,1	705	29 303	5 895	20,1
	Artes, Filosofia e Letras	Arquitetura	-	-	-	-	9	2 107	295
Artístico		1	24	-	-	103	1 936	530	27,3
Filosofia, Ciências e Letras		9	337	44	13,0	593	25 260	5 070	20,0
Outros cursos	Total	1	19	-	-	28	1 504	228	15,3
	Biblioteconomia	1	19	-	-	12	569	103	18,1
	Estatística	-	-	-	-	2	163	18	11,0
Jornalismo	-	-	-	-	14	772	107	14,2	
TOTAL	24	2 023	338	16,7	1 217	116 566	18 826	16,1	

FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Superior - S.E.E.C.  
(1) Somente Amazonas e Para.

QUADRO IX/11  
BRASIL

Estabelecimentos Hospitalares segundo a localização e Entidade Mantenedora - 1962

REGIÕES	ENTIDADE MANTENEDORA		ATIVIDADE		TOTAL
	OFICIAL	PARTICULAR	GERAL	ESPECIALIZADA	
NORTE	34	37	42	29	71
Capitais	21	16	16	21	37
Interior	13	21	26	8	34
NORDESTE	132	336	277	191	468
Capitais	63	82	60	85	145
Interior	69	254	217	106	323
SUDESTE	974	351	982	343	1.325
Capitais	100	251	187	164	351
Interior	874	100	795	179	974
EXTREMO-SUL	58	742	743	57	800
Capitais	17	50	44	23	67
Interior	41	692	699	34	733
CENTRO-OESTE	16	126	122	20	142
Capitais	7	31	25	13	38
Interior	9	95	97	7	104
BRASIL	1.214	1.592	2.166	640	2.806
Capitais	208	430	332	306	638
Interior	1.006	1.162	1.834	334	2.168

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil



QUADRO X/11  
BRASIL

Número de leitos nos hospitais, segundo a localização e Entidade Mantenedora - 1962

REGIÕES	ENTIDADE MANTENEDORA		ATIVIDADE		TOTAL
	OFICIAL	PARTICULAR	GERAL	ESPECIALIZADA	
NORTE	4:507	2:604	1:697	5:414	7:111
Capitais	3:021	2:084	1:159	3:946	5:105
Interior	1:486	.520	.538	1,468	2.006
NORDESTE	14:467	15:942	7:096	23:313	30:409
Capitais	9:329	7:887	2:656	14:560	17:216
Interior	5,138	8,055	4,440	8,753	13,193
SUDESTE	60:893	82:323	37:468	105:748	143:216
Capitais	26:667	29:649	8:669	47:647	56:316
Interior	34:226	52,674	28,799	58,101	86,900
EXTREMO-SUL	12:676	37:052	20:087	29:641	49:728
Capitais	6:814	7:168	1:819	12:163	13:982
Interior	5,862	29,884	18,268	17,478	35,746
CENTRO-OESTE	2:794	4:270	2,500	4:564	7:064
Capitais	2,488	.916	.568	2:836	3:404
Interior	.306	3,354	1,932	1,728	3,660
BRASIL	95:337	142:191	68:848	168:680	237:528
Capitais	48:319	47:704	14:871	81:152	96:023
Interior	47:018	94,487	53,977	87,528	141.505

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E LEITOS, SEQUENDO A LOCALIZAÇÃO, ENTIDADE MANTENEDORA E FINALIDADE

1972

ESPECIFICAÇÃO	N. DE										BR	
	Rondônia		Acre		Amazonas		Pará		Total			
<u>Capitais</u>												
Hospitais	3	4	11	2	13	4	37	145	38	67	351	638
Oficiais	3	3	6	1	6	2	21	63	7	17	100	208
Particulares	-	1	5	1	7	2	16	82	31	50	251	430
Gerais	1	2	-	1	9	3	16	60	25	44	187	332
Especializados	2	2	11	1	4	1	21	85	13	23	164	306
<u>Leitos</u>												
Gerais	98	88	160	70	715	28	1 159	2 656	568	1 819	8 669	14 871
Especializados	174	86	2 143		1 408	102	3 946	14 560	2 836	12 163	47 647	81 152
<u>Estado</u>												
Hospitais	5	9	23	2	28	4	71	459	142	800	1 325	2 806
Oficiais	5	4	8	1	14	2	34	132	16	58	974	1 214
Particulares	-	5	15	1	14	2	37	336	126	742	351	1 592
Gerais	2	6	10	1	20	3	42	277	122	743	982	2 166
Especializados	3	3	13	1	8	1	29	191	20	57	343	640
<u>Leitom</u>												
Gerais	133	158	336	70	972	28	1 697	7 096	2 500	20 087	37 468	68 848
Especializadas	220	185	2 317	33	2 557	102	5 414	23 313	4 564	29 641	105 160	168 082
Total de berços	48	8	198	11	330	10	605	4 143	242	758	4 638	10 386

QUADRO XII/11  
BRASIL

Relação Leitos por Habitante, segundo as Regiões - 1962

ESTADOS E REGIÕES	LEITOS/1.000 HABITANTES		
	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
NORTE	6,2	1,0	2,5
Acre,	3,2	1,4	2,0
Amapá	2,4	0,0	1,7
Amazonas	12,6	0,6	3,4
Rondonia	4,6	3,6	4,4
Roraima	3,7	0,0	3,2
Pará	4,8	1,2	2,1
NORDESTE	5,3	0,6	1,3
CENTRO-OESTE	13,8	1,1	2,1
EXTREMO SUL	11,4	3,0	11,0
SUDESTE	6,3	3,6	4,3
BRASIL	43,0	9,3	21,2

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil



ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES, APARELHAMENTOS, INSTALAÇÕES E PESSOAL  
EM ATIVIDADES, SEGUNDO AS REGIÕES

1962

ESPECIFICAÇÃO	NORTE			NOROESTE		CENTRO-OESTE		EXT. SUL		SUDESTE		BRASIL			
	Capitais	Interior	Total	% do Brasil	Total	% do Brasil	Total	% do Brasil	Total	% do Brasil	Total	% do Brasil	Capitais	Interior	Total
Pessoal em Atividade															
Médicos	253	32	285	1,1	3 126	12,7	859	3,4	3 753	15,2	16 550	67,3	14 683	9 890	24 573
Dentistas	20	12	32	1,5	209	10,2	28	1,3	111	5,4	1 654	81,3	1 391	643	2 034
Farmacêuticos	13	11	24	2,8	101	12,0	21	2,5	303	36,0	391	46,5	300	540	840
Assistentes Sociais	11	-	11	1,5	121	17,1	16	2,2	66	9,3	492	69,6	538	168	706
Técnicos de laboratório	22	8	30	1,8	193	11,6	64	3,8	233	14,0	1 137	68,6	984	673	1 657
Téc. e aper. Raio X	21	1	22	1,4	148	9,6	59	3,8	323	20,9	987	64,1	763	776	1 539
Auxiliares de Raios X	17	4	21	1,9	124	11,5	35	3,2	324	30,2	566	52,8	401	669	1 070
Enfermeiros	232	39	271	3,5	1 046	13,5	275	3,5	1 504	19,5	4 609	59,8	4 637	3 068	7 705
Aux. de enfermagem	256	117	373	1,9	3 291	17,5	767	4,0	3 449	18,3	10 907	58,0	10 862	7 925	18 787
Aparelhamento															
Raios X	18	8	26	1,6	199	12,4	69	4,3	446	27,9	857	53,6	379	1 218	1 597
Abreugrafia	4	2	6	3,2	38	20,5	5	2,7	42	22,7	94	50,3	94	91	185
Radioterapia	3	1	4	1,5	36	14,0	4	1,5	67	26,1	145	56,6	103	153	257
Eletrocardiografia	4	-	4	1,0	42	11,3	9	2,4	91	24,6	223	60,4	168	201	369
Eletroencefalografia	1	-	1	1,2	4	4,8	3	3,6	32	39,0	42	51,2	47	35	82
Metabolismo basal	3	1	4	1,6	21	8,4	5	2,0		25,2	157	62,8	104	146	250
Instalações															
Salas de parto	33	31	64	2,4	430	16,6	122	4,7	765	29,5	1 206	46,6	570	2 017	2 587
Salas de operação	45	27	72	1,8	488	12,6	151	3,9	1 102	28,5	2 049	53,0	1 313	2 549	3 862
Ambulatório	27	26	53	2,6	303	15,3	109	5,5	548	27,8	955	48,5	412	1 556	1 968
Farmácia	26	23	49	3,2	261	17,3	44	2,9	486	32,2	666	44,2	326	1 180	1 506
Laboratório															
Análises clínicas	14	9	23	1,9	188	15,7	57	4,7	262	22,0	660	55,4	317	873	1 190
Microbiologia	13	4	17	2,5	107	15,8	36	5,3	128	19,0	385	57,2	223	450	673
Sorologia	11	8	19	3,0	85	13,7	34	5,4	119	19,1	363	58,5	201	419	620
Anátomo-patologia	3	-	3	1,4	26	12,1	9	4,2	31	14,4	145	67,7	138	76	214
Microscopia	13	8	21	2,2	153	16,3	43	4,5	207	22,0	514	54,7	261	677	938

# Í N D I C E

## PRIMEIRO VOLUME

Página

INTRODUÇÃO .....

### Capítulo I

#### 1. - CONDIÇÕES NATURAIS

1.1 - Solos da Amazônia .....	1
1.1.1 - Aspectos gerais .....	1
1.1.2 - O Latosolo Amarelo .....	2
1.1.3 - O Latosolo Vermelho e a Terra Preta .....	3
1.1.4 - A Várzea .....	5
1.1.5 - Os campos naturais .....	7
1.2 - Hidrografia	
1.2.1 - A bacia amazônica .....	8
1.2.2 - O rio Amazonas .....	9
1.2.3 - Afluentes do Amazonas .....	11
1.3 - Fitologia - a floresta amazônica .....	15
1.4 - Topografia .....	17
1.5 - Clima .....	19
1.6 - Recursos minerais .....	21
1.6.1 - Introdução .....	21
1.6.2 - Áreas prioritárias de pesquisas .....	21
1.6.3 - Levantamentos aerofotogramétricos .....	24
1.6.4 - Ocorrências minerais identificadas .....	26
1.6.4.1 - Metais preciosos .....	26
1.6.4.2 - Metais não ferrosos .....	28
1.6.4.3 - Ferro e metais de ferro-ligas ....	29
1.6.4.4 - Materiais secundários e assemelha- dos .....	31
1.6.4.5 - Minerais energéticos - carvão ....	31

### Capítulo II

#### 2. - DEMOGRAFIA

2.1 - A colonização histórica .....	33
2.1.1 - Da "Nueva Andaluzia" à "Feliz Lusitânia" ...	33
2.1.2 - A colonização e o índio .....	33
2.1.3 - A ocupação significativa .....	34

	Página
2.2 - A população global .....	34
2.2.1 - A evolução populacional .....	34
2.2.2 - A participação relativa .....	35
2.2.3 - Tendência .....	36
2.3 - Coeficientes e índices vitais da Amazônia .....	37
2.4 - A densidade demográfica .....	40
2.4.1 - Confronto com a densidade brasileira ..	40
2.4.2 - O "vazio demográfico" .....	40
2.5 - A evolução etária .....	43
2.5.1 - Os principais grupos etários .....	43
2.5.2 - A pirâmide populacional 1940/50 .....	44
2.5.3 - Composição etária; comparação Amazônica-S.P.	44
2.6 - População economicamente ativa - 1950 e 1960 .....	48
2.7 - Movimentos migratórios, nomadismo e êxodo .....	49
2.7.1 - Mobilidade intra-regional .....	49
2.7.2 - Êxodo rural .....	51
2.7.3 - Migração inter-regional .....	52
2.7.4 - Imigração japonesa .....	54
2.8 - Urbanização .....	55
2.8.1 - O dinamismo da Amazônia .....	55
2.8.2 - Urbanização "micro" .....	56
2.8.3 - Urbanização ou concentração .....	57
2.9 - A sociedade rural .....	63
2.9.1 - O dinamismo rural da Amazônia .....	63
2.9.2 - A ocupação do meio rural .....	63
2.9.3 - A ocupação territorial e as vias líquidas ..	64
2.9.4 - A ocupação territorial e o padrão extrati- vista .....	64

### Capítulo III

3. - <u>PRODUTO</u>	
3.1 - Crescimento econômico - Produto real .....	65
3.1.1 - Comportamento geral .....	65
3.1.2 - Expansão industrial .....	69
3.1.3 - Desenvolvimento da agricultura .....	71
3.1.4 - Evolução dos serviços .....	80

S E G U N D O V O L U M E

Capítulo IV

4. - <u>RENDA</u>	Página
4.1 - Renda da região e confronto com a nacional .....	85
4.2 - Participação setorial na formação da renda ..	89
4.3 - Agricultura .....	91
4.4 - Indústria .....	92
4.5 - Serviços .....	95
4.6 - Renda per capita .....	96

Capítulo V

5. - <u>PRODUÇÃO PRIMÁRIA</u>	
5.1 - O panorama agrário na Amazônia .....	105
5.2 - Produção extrativa vegetal .....	110
5.2.1 - Evolução da produção extrativa vegetal .....	110
5.2.1.1 - Crescimento do índice do produto real .....	110
5.2.1.2 - Borracha natural .....	112
- Evolução da produção	
- Áreas de produção	
- Mão-de-obra - produtividade	
- Produção no Estado da Bahia	
- Projeção da demanda de borracha nos próximos 10 anos	
5.2.1.3 - Castanha-do-Pará .....	133
5.2.1.4 - Madeiras .....	136
5.2.1.5 - Oleaginosas .....	140
5.2.1.6 - Guaraná .....	142
5.3 - Produção extrativa mineral .....	144
5.4 - Caça e Pesca .....	151
5.4.1 - Caça-peles e couros de animais silvestres ..	151
5.4.2 - Pesca .....	152
5.4.2.1 - Considerações gerais .....	152
5.4.2.2 - Distribuição do pescado .....	153
5.4.2.3 - Recursos pesqueiros .....	154
5.4.2.4 - Capacitação pesqueira .....	154

	Página
5.4.2.5 - Meios de captura .....	154
5.4.2.6 - Processos tecnológicos .....	155
5.4.2.7 - Comercialização .....	155
5.4.2.8 - Industrialização .....	155
5.4.2.9 - A pesca no Estado do Amazonas ....	156
5.5 - Lavouras .....	166
5.5.1 - Introdução .....	166
5.5.2 - Mandioca .....	170
5.5.3 - Juta .....	173
5.5.4 - Pimenta do reino .....	186
5.5.5 - Arroz .....	190
5.5.6 - Milho .....	193
5.5.7 - Guaxima e malva .....	211
5.5.8 - Feijão .....	213
5.5.9 - Fumo .....	224
5.5.10 - Cana de açúcar .....	226
5.5.11 - Cacau .....	229
5.5.12 - Algodão .....	231
5.6 - Pecuária .....	232
5.6.1 - Considerações gerais .....	232
5.6.2 - Principais espécies .....	233
5.6.3 - Bovinos .....	235
5.6.3.1 - Raças criadas .....	235
5.6.3.2 - Crescimento do rebanho bovino, 1950-1964 .....	236
5.6.3.3 - Distribuição por zonas fisiográfi- cas - 1962 .....	238
5.6.3.4 - Bubalinos .....	239
5.6.4 - Suínos .....	241
5.6.4.1 - Raças criadas .....	241
5.6.4.2 - Crescimento do rebanho suíno, 1950-1964 .....	241
5.6.5 - Rebanho equino, 1950-1964 .....	244
5.6.6 - Estrutura de apoio e algumas conclusões ....	246
5.6.6.1 - Órgãos de apoio .....	246
5.6.6.2 - Pesquisas .....	246
5.6.6.3 - Fomento .....	246
5.6.6.4 - Defesa sanitária .....	246

	Página
5.6.6.5 - Formação profissional .....	247
5.6.6.6 - Crédito pecuário .....	247
5.6.6.7 - Algumas conclusões .....	247
5.6.7 - Alguns aspectos da pecuária no Estado do Amazonas .....	248
5.6.7.1 - Zonas de criação .....	248
5.6.7.2 - Rebanho e seu desenvolvimento ....	248
5.6.7.3 - Produção de derivados .....	249
5.6.7.4 - Zonas de pastagens .....	251
5.7 - Problemas de emprego no setor primário .....	255
5.7.1 - Evolução do emprego .....	255
5.7.2 - Produtividade do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas .....	258

TERCEIRO VOLUME

Capítulo VI

6. - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

6.1 - Introdução .....	263-A
6.1.1 - Considerações preliminares .....	263-A
6.1.2 - Resumo das conclusões .....	263-B
6.2 - Confronto entre os censos de 1950 e 1960 .....	265
6.3 - Seleção dos principais gêneros industriais .....	279
6.4 - Análise dos principais gêneros .....	282
6.4.1 - Minerais não metálicos .....	283
6.4.2 - Madeira .....	286
6.4.3 - Mobiliário .....	291
6.4.4 - Borracha .....	293
6.4.5 - Química .....	294
6.4.6 - Têxtil .....	297
6.4.7 - Vestuário, Calçado e Artefatos de Tecidos ..	299
6.4.8 - Produtos Alimentares .....	300
6.4.9 - Bebidas .....	303
6.5 - Localização .....	305
6.6 - Produto real .....	306
6.6.1 - Amazonas .....	306
6.6.2 - Pará .....	307
6.7 - Produção Industrial .....	307



Capítulo VII

	Página
7. - <u>INFRA-ESTRUTURA</u>	
7.1 - Energia Elétrica .....	314
7.1.1 - Situação regional .....	314
7.1.2 - Estado do Amazonas .....	318
7.1.3 - Estado do Pará .....	322
7.1.4 - Comentários finais .....	329
7.2 - Transporte rodoviário .....	332
7.3 - Transporte ferroviário .....	345
7.4 - Navegação fluvial e marítima .....	380
7.4.1 - Caracterização do setor .....	380
7.4.2 - Transporte hidroviário .....	382
7.4.3 - Navegação fluvial e marítima .....	384
7.4.4 - Portos .....	392
7.4.5 - Perspectivas .....	397
8. - <u>ATIVIDADES COMERCIAIS</u> .....	401
8.1 - Introdução .....	401
8.2 - Comércio Inter regional .....	406
8.2.1 - Introdução .....	406
8.2.2 - Comércio por Cabotagem .....	409
8.2.3 - Balança Comercial .....	413
8.3 - Comércio Exterior .....	413
8.3.1 - Importações .....	413
8.3.2 - Exportações .....	415
8.3.3 - Balança Comercial .....	416
8.3.4 - Termos de Troca .....	417
9. - <u>ATIVIDADES FINANCEIRAS</u> .....	507
9.1 - Rêde Bancária Regional .....	507
9.1.1 - Evolução da Rêde Bancária .....	507
9.1.2 - Bancos Oficiais .....	509
9.1.3 - Bancos Particulares .....	510
9.1.4 - Bancos Regionais Estaduais .....	511
9.1.5 - Valorização da Rêde Bancária .....	512

Q U A R T O V O L U M E

	Página
9.2 - Depósito e Aplicações .....	513
9.2.1 - Depósitos Bancários .....	513
9.2.2 - Recursos e Aplicações .....	524
9.3 - Comportamento das aplicações em relação aos depósitos .....	528
9.4 - Bancos Regionais .....	536
9.4.1 - Banco de Crédito da Amazônia .....	536
9.4.2 - Banco do Estado do Amazonas .....	542
9.4.3 - Banco do Estado do Pará .....	545
9.5 - Caixa Econômica Federal .....	545
9.6 - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico .....	554
9.7 - Conclusões .....	561
10. - <u>ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS</u> .....	566
10.1 - Introdução .....	566
10.2 - Receita Tributária .....	566
10.2.1 - Estrutura da Receita Tributária, segundo a Incidência .....	566
10.2.2 - Estrutura da Receita Tributária, segundo Esferas de Governo .....	587
10.3 - Carga Tributária .....	619
11. - <u>OUTROS APARELHAMENTOS DA ÁREA</u> .....	622
11.1 - Ensino .....	622
11.1.1 - Ensino Primário .....	622
11.1.2 - Ensino Médio .....	624
11.1.3 - Ensino Superior .....	624
11.2 - Rede Hospitalar .....	625
11.3 - Institutos de Pesquisas .....	626
11.3.1 - Estações Agrícolas Experimentais .....	626
11.3.2 - Outras Instituições .....	627
11.4 - Água, Esgoto e Situação Sanitária .....	628